

ALEXANDRA FANTE NISHIYAMA

**COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E MÍDIA-EDUCAÇÃO:
ÁREAS DISTINTAS E CONVERGENTES**

**Universidade metodista de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Comunicação social
São Bernardo do Campo – SP, 2011**

ALEXANDRA FANTE NISHIYAMA

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E MÍDIA-EDUCAÇÃO:
ÁREAS DISTINTAS E CONVERGENTES

Dissertação apresentada em cumprimento parcial às exigências do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da UMESP – Universidade Metodista de São Paulo, para obtenção do grau de Mestre.
Orientadora: Prof^a Pós-Dra. Cícília Maria Krohling Peruzzo.

Universidade metodista de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Comunicação social
São Bernardo do Campo – SP, 2011

FOLHA DE APROVAÇÃO

A dissertação de mestrado sob o título “**Comunicação Comunitária e Mídia-
educação: Áreas distintas e convergentes**”, elaborada por Alexandra Fante Nishiyama
foi defendida no dia
tendo sido:

- Reprovada
- Aprovada, mas deve incorporar nos exemplares definitivos modificações sugeridas
pela banca examinadora, até 60 (sessenta) dias a contar da data da defesa.
- Aprovada
- Aprovada com louvor

Banca examinadora:

Área de Concentração: Comunicação Comunitária e Cidadania

Linha de Pesquisa: Comunicação Comunitária e Mídia-educação

Projeto Temático: Prática e conceitos da Comunicação Comunitária e da Mídia-
educação

*Rosa Ermínia Fante, minha mãe.
Lutadora, chefe da casa, meiga, com uma fé admirável,
paciente, linda e sábia. Admiro, amo e respeito. A ela
tento, de uma forma singela, retribuir os
ensinamentos que recebi, lhe dedicando
esta pesquisa.*

“Na construção dessa caminhada, fui aprendendo
a fazer e refletir sobre o que fazia,
para voltar a fazer,
entendendo a prática como um processo
que envolve construção, desconstrução e reconstrução
de saberes que, ao longo do tempo,
se estruturam e se aprimoram”
(CAMPOS, 2002, p.16).

AGRADECIMENTOS

À Deus pela Sua infinita bondade, permissão e inspiração.

À minha mãe pelo apoio, pelas orações, pela paciência em meus dias de nervoso, stress, cansaço e preocupações. Minha gratidão pelo amor, cuidado, carinho e incentivo.

À minha orientadora, Prof^a Cicília Peruzzo, pela compreensão em momentos difíceis, pela orientação, por palavras de incentivo, por acreditar no meu potencial e pelas cobranças necessárias durante o desenvolvimento desta pesquisa. Todo o meu respeito e admiração.

Minha grande amiga de mestrado, Tatiane Carvalho, companheira de estudos, de congressos, de viagens, de risos, de choros e desabafos. Uma amiga pra vida inteira.

À minha família que compreendeu minha ausência tantas vezes, devido ao mestrado.

À instituição que abriu as portas para minha capacitação profissional e humana.

A todos os colegas de mestrado e doutorado que convivemos juntos neste tempo.

Ao CNPQ, pelo apoio financeiro, indispensável para mim neste processo.

Aos docentes pela dedicação e contribuição no conhecimento.

Aos funcionários da secretaria, biblioteca, portaria e limpeza. Pelo excelente atendimento e prontidão.

Aos meus grandes irmãos de fé, que se preocupavam comigo, orando e torcendo.

Ao meu grande companheiro Logan, meu Pit Bull de estimação, que esteve presente ao meu lado madrugadas inteiras, quando escrevia esta dissertação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - Comunicação Comunitária: Conceitos, fundamentos e objetivos.....	15
1.1 Conceitos e objetivos.....	15
1.2 Conceitos históricos no Brasil e na América Latina	25
1.3 Direito à Comunicação Comunitária	28
1.4 Comunicação Comunitária na prática.....	31
CAPÍTULO II - Mídia-educação: os meios de comunicação como instrumento e tendência no processo educativo.....	40
2.1 Conceitos e objetivos.....	40
2.2 Os primeiros passos.....	48
2.3 A influência das mídias	53
2.4 Porque e quando trabalhar usando a mídia na educação	55
2.5 Educação formal, informal e não-formal	63
CAPÍTULO III - O que é participação?	67
3.1 Conceitos e fundamentos.....	67
3.2 Níveis de participação	69
3.3 A importância da participação popular	73
3.4 Participação nas oficinas	76
Capítulo IV - O caminho da cidadania.	78
4.1 O que é cidadania? Conceitos e fundamentos.....	78
4.2 Democracia	84
4.3 Praticando a cidadania.....	90
4.4 Sentir-se cidadão	95
CAPÍTULO V - Cenário.	99
5.1 Dissertações e Teses que comprovam a interação prática entre a Comunicação Comunitária e a Mídia-educação	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS.....	148

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi verificar se os campos epistemológicos da Comunicação Comunitária e da Mídia-educação, mesmo distintos, são convergentes. O método de pesquisa foi o qualitativo e a técnica a pesquisa bibliográfica. Um primeiro levantamento foi feito em todas as publicações de teses de doutorado e dissertações de mestrado publicadas no site da Capes¹ - Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, do Ministério da Educação, entre os anos de 2000 a 2009. Pelo levantamento, observou-se o fomento nas pesquisas nos anos de 2008 e 2009, concentrando as análises nestes anos. Para filtrar o conteúdo foram usadas as palavras-chave: Comunicação Comunitária; Mídia-educação, Educomunicação e Comunicação e Educação. Constatou-se que a Comunicação Comunitária e a Mídia-educação trabalham com o intuito de alcançarem os mesmos objetivos, mesmo por vias e métodos distintos, tornando-se áreas convergentes.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária; Mídia-educação; Cidadania; Participação; Educação.

¹ <http://www.capes.gov.br>

ABSTRACT

The objective of this study was to determine whether the epistemological field of Community Communication and Media-education even distinct, are convergent. The research method was qualitative and the technical literature. A first survey was done in all publications of PhD theses and dissertations published on the site Capes -. Coordination for the Improvement of Higher Education, Ministry of Education, between the years 2000 to 2009 For the survey, noted are fostering the polls in 2008 and 2009, focusing the analysis in these years. To filter content were used the keywords: Community Communication; Media education, Educommunication Communication and Education. It was found that the Community Communication and Media-education work in order to achieve the same goals, even for roads, ways, becoming convergent areas.

Keywords: Community Communication; Media education; Citizenship; Participation; Education.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue determinar si el campo epistemológico de la Comunicación Comunitaria y Medios de Comunicación-educación, incluso distintos, son convergentes. El método de investigación fue cualitativa y la literatura técnica. Una primera encuesta se realizó en todas las publicaciones de tesis doctorales y tesinas publicadas en los cabos sitio -. Coordinación de Perfeccionamiento de la Educación Superior, Ministerio de Educación, entre los años 2000 a 2009 Para la encuesta, señaló están fomentando las urnas en 2008 y 2009, centrándose el análisis en estos años. Para filtrar el contenido se utilizaron las palabras clave: Comunicación de la Comunidad; La educación en medios, Educomunication Comunicación y Educación. Se encontró que la Comunicación de la Comunidad y el trabajo de medios-educación con el fin de lograr los mismos objetivos, incluso para carreteras, caminos, convirtiéndose en las zonas convergentes.

Palabras clave: comunicación comunitaria; La educación en medios; Ciudadanía; Participación; Educación.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais, algumas pessoas, devido à violência e a falta de tempo, deixam de se importar com os acontecimentos no bairro ou com os vizinhos. Em muitos lugares não há organização cultural e o entretenimento é recebido pronto, na maioria das vezes, por meio das grandes mídias, que é um meio barato e de fácil acesso. Neste ambiente passa a inexistir o interesse e identidade dos moradores com suas comunidades e com ambientes como as bibliotecas, as escolas e associações de bairro.

As populações inseridas nesses lugares, muitas vezes, não tem conhecimento de como fazer e não participam de ações ou reivindicações dos direitos deles como cidadãos. É o retrato de pessoas carentes e excluídas socialmente dos direitos básicos, que não conhecem as ferramentas, nem o ato de lutar por seus direitos.

Neste cenário, organizações não governamentais, iniciativas privadas e o voluntariado de pessoas anônimas, buscam reverter este quadro. Das muitas ferramentas usadas no resgate de identidade e luta pela cidadania, são usadas a Comunicação Comunitária e a Mídia-educação.

As duas áreas, ao incentivar o despertar do senso crítico, motivando a participação, com o auxílio dos meios de comunicação, faz com que os envolvidos exercitem a cidadania, com o intuito de cobrar ações de quem está no poder, de fiscalizar serviços públicos, de respeitar o próximo, de contribuir para a organização, de dar voz e oportunidade tornado-os iguais, sem distinção de raça, idade, classe social, religião, sexo, etc...O que resulta na melhora da qualidade da vida da comunidade.

Por ser este os campos de estudo da autora desta dissertação, verificou-se que a Comunicação Comunitária e a Mídia-educação podem auxiliar na conquista de direitos, na liberdade à expressão, ao raciocínio e ao pensamento do indivíduo, para que assim, ele possa se tornar um agente multiplicador e capacitado a contribuir para transformar o ambiente em que vive. Essa liberdade é conquistada a partir da educação. Da mesma forma, a cidadania.

Esta pesquisa buscará compreender os conceitos teóricos das áreas da comunicação comunitária e da mídia-educação e suas metodologias de aplicação por meio de relatos em teses de doutorados e dissertações de mestrado, envolvendo

simultaneamente os dois campos de estudo, disponíveis no site da Capes² - Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, do Ministério da Educação, entre os anos de 2000 a 2009. Pelo levantamento, observou-se o fomento nas pesquisas nos anos de 2008 e 2009, concentrando as análises nestes anos. Para filtrar o conteúdo foram usadas as palavras-chave: Comunicação Comunitária; Mídia-educação, Educomunicação e Comunicação e Educação.

Diante das observações feitas desde a graduação, surgiram as questões: a Comunicação Comunitária e a Mídia-educação são áreas distintas em seus métodos, mas convergentes em seus conceitos? Se sim, quais os principais conceitos e os parâmetros metodológicos de ação que fundamentam a convergência entre os dois campos? Outra questão que me intrigava era saber se havia a possibilidade do trabalho usando os dois campos, simultaneamente. Assim, cogitamos se esse trabalho feito por duas vertentes poderiam ser aplicados na educação formal e não-formal. Também interessava saber, por meio dos estudos realizados, quais os resultados alcançados.

Para tentar responder a todas essas perguntas, o objetivo era entender como as metodologias aplicadas e as abordagens teóricas, voltadas à cidadania, a participação e a educação, eram trabalhadas e abordadas pelas teses e dissertações. Desta forma, o método adotado foi o qualitativo, com o desígnio de verificar as abordagens teóricas e metodológicas da aplicação da Comunicação Comunitária e da Mídia-educação.

A pesquisa qualitativa não pretende medir em números ou estatísticas os resultados obtidos na pesquisa. Ela objetiva a observação e a análise.

A partir da decisão de estudar o tema, com o auxílio da orientadora referente à metodologia, começou-se a pesquisa bibliográfica sobre os conceitos da Comunicação Comunitária e da Mídia-educação.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois permitirá identificar e reconstituir os conceitos e análises de casos já abordados na produção recente.

De acordo com os conceitos amplo e restrito de pesquisa bibliográfica, [...] adotaremos o sentido restrito, definindo-a como um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa, bem como técnicas de leitura e transcrição de dados que permitem recuperá-los quando necessário (STUMPF, 2005, p.54).

² <http://www.capes.gov.br>

Segundo Gil (2007, p.65), a vantagem da pesquisa bibliográfica é que ela permite “ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. O autor ressalta que é importante, principalmente, “quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço”.

Em seguida foi feito o levantamento das teses e dissertações, aplicação do filtro contendo as palavras-chave, leitura dos resumos e do conteúdo integral. Com o levantamento das informações, foi feita a análise para comprovação ou refutação do questionamento.

No primeiro levantamento foi totalizado 431 teses e dissertações entre os anos de 2000 e 2009, com as palavras-chave apontadas. O segundo filtro foi a verificação de repetição de títulos no levantamento, por incluírem mais de uma palavra-chave apontadas para escolha. O terceiro filtro aplicado foi a leitura dos resumos. Aqueles não relacionados à pesquisa social na área de comunicação foram descartados. O quarto filtro aplicado foi a leitura dos capítulos para verificação da abordagem dos conceitos pesquisados.

Verificou-se o fomento nas pesquisas incluindo a Comunicação Comunitária e a Mídia-educação nos anos de 2008 e 2009, conforme aponta a tabela no capítulo V. Após os filtros, totalizou-se 43 trabalhos que abordaram de forma, simultânea, a Comunicação Comunitária e a Mídia-educação.

Para embasamento teórico, verificação das possibilidades e eficiência na análise, o trabalho foi dividido em cinco capítulos. Sendo eles:

Capítulo I – Comunicação Comunitária: Conceitos, Fundamentos e Objetivos. Neste capítulo, um dos pilares da dissertação, será feito um resgate histórico sobre o desenvolvimento da Comunicação Comunitária na América Latina e no Brasil, quais os conceitos e objetivos a serem alcançados na aplicação da metodologia, sobre o direito da comunidade à Comunicação Comunitária e as formas de expressão nos meios de comunicação.

Capítulo II – Mídia-educação: Os meios de comunicação como instrumento e tendência no processo educativo. Este capítulo, também, um dos pilares centrais deste trabalho, pretende explanar os conceitos e objetivos da Mídia-educação, o contexto histórico, os diversos termos usados no Brasil e no mundo, a discussão sobre a influência da mídia na educação, as possibilidades e questionamentos de uso dos meios

de comunicação para a educação e a diferenciação entre educação formal, informal e não-formal.

Capítulo III – O que é participação? Almeja-se, com este capítulo, entender os conceitos e fundamentos, aprofundando-se nas possibilidades e níveis da participação, a importância da participação popular para a sociedade e como se dá o processo nas oficinas de Comunicação Comunitária e Mídia-educação.

Capítulo IV – O caminho da cidadania. O capítulo sobre cidadania faz o resgate histórico das conquistas da humanidade em relação aos direitos e deveres, quer apontar as características deste assunto no mundo moderno, suas possibilidades e conceitos, definiu-se, embasados nos principais autores sobre o tema, os termos cidadão e democracia, assim como as formas de participação na sociedade e no despertar do sentimento de pertença.

Capítulo V – Cenário. O levantamento de teses de doutorado e dissertações de mestrado, a explicação da metodologia e a análise das teses e dissertações para verificação dos estudos simultâneos, abordando a Comunicação Comunitária e a Mídia-educação estão neste capítulo.

CAPÍTULO I - Comunicação Comunitária: Conceitos, fundamentos e objetivos.

Neste capítulo, um dos pilares da dissertação, será feito um resgate histórico sobre o desenvolvimento da Comunicação Comunitária na América Latina e no Brasil, quais os conceitos e objetivos a serem alcançados na aplicação da metodologia, sobre o direito da comunidade à Comunicação Comunitária e as formas de expressão nos meios de comunicação.

1.1 Conceitos e objetivos

Inicialmente é necessário ressaltar que a comunicação pode ser entendida como um processo dinâmico de transmissão de mensagens, tendo entre os componentes dessa relação: emissores, receptores, meios de transmissão e a mensagem. Contudo, Mário Kaplún (1998, p.11) define comunicação como algo muito mais complexo do que o simples sistema de emissor, mensagem e receptor.

A comunicação não é só uma especialidade, algo exclusivo dos profissionais formados nela. Mas, toda ação educativa, sendo aquela que se realiza presencialmente em uma aula e no uso de meios, implica num processo comunicativo. [...] Pensemos nas múltiplas mensagens que diariamente são emitidos num cenário social: um periódico sindical..., um vídeo para a prevenção da AIDS..., um folheto sobre cooperativismo..., uma campanha ecológica em prol da conservação do meio ambiente..., incluso a pregação de um sacerdote. Bem feitos, todos eles são mensagens educativas.

Com o advento e desenvolvimento dos meios de comunicação de massa (MCM), o processo de comunicação se tornou ainda mais dinâmico, tendo como características a velocidade, a mensagem direta e o longo alcance. O processo ganhou força com a expansão do capitalismo, após da Segunda Guerra Mundial e o crescimento da Indústria Cultural.

A introdução da lógica capitalista na produção cultural e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa criaram um novo modelo para a comunicação. A imprensa escrita ganha a companhia da transmissão de notícias pelo rádio e pela

televisão - dois meios mais atraentes, que dispensavam a necessidade de leitura e podiam abranger uma área maior. Logo a aproximação da comunicação social com a lógica capitalista transformaria os interesses dos veículos de comunicação e a maneira de trabalhar a notícia.

A manipulação do público – perseguida e conseguida pela indústria cultural entendida como forma de domínio das sociedades altamente desenvolvidas – passa assim para o meio televisivo, mediante efeitos que se põem em prática nos níveis latentes das mensagens. Estas fingem dizer uma coisa e dizem outra, fingem ser frívolas mas, ao situarem-se para além do conhecimento público, reforçam o seu estado de servidão. Através do material que observa, o observador é continuamente colocado, sem saber, na situação de absorver ordens, indicações, proibições (WOLF, 1985, p. 91).

Assim, os meios de comunicação de massa ganham um carácter impositivo, sob uma perspectiva capitalista. Os meios de comunicação não servem aos propósitos sociais a qual deveriam se propor.

A mídia não transmite valores. Ela tem ou deveria ter – o aspecto de serviço, com consciência de uma função social e responsabilidade pelas mensagens que propaga, pois as televisões são concessões públicas. Contudo, esse aspecto é amplamente superado pelos valores impostos, pelos interesses do mercado (VIVARTA, 2004, p.36).

Desta maneira, a Comunicação Comunitária pode ser entendida, inicialmente, como uma opção contrária aos processos e ideologias dos meios de comunicação de massa, tornando-se uma alternativa para os “cidadãos que tiveram suprimidas suas vozes perante os meios de comunicação hegemônicos” (YAMAMOTO, 2007, p. 9).

Maria do Inês Amarantes (2004, p.32), define uma rádio comunitária. Contudo, podemos generalizar tal apontamento para definir a comunicação comunitária.

Uma rádio é comunitária quando ela é feita pela e para a comunidade, gerida por ela, sem fins lucrativos e objetivos político-partidários. Assim, não seriam rádios comunitárias apenas emissoras que funcionam por sistemas de alto-falantes, caixinhas de som ou FM. Os conteúdos, os objetivos, a potência, a forma de administração, a pluralidade, etc., são alguns dos critérios que definem o seu perfil comunitário.

Os meios de comunicação de massa, segundo o pensamento dos estudiosos da Escola de Frankfurt, segue um sistema vertical, um sentido único, no qual o processo é assimétrico e direcionado. A comunicação de massa segue a filosofia de que os receptores são homogêneos, inertes e passivos diante de todo processo. Segundo Wolf (2008, p.7), a massa é entendida como,

Uma estrutura social produzida pelo desenvolvimento da sociedade capitalista, alguns traços comuns caracterizam a estrutura da massa e seu comportamento: a massa é constituída por um agregado homogêneo de indivíduos que – enquanto seus membros – são substancialmente iguais, não distinguíveis, mesmo se provêm de ambientes diversos, heterogêneos e de todos grupos sociais.

Na contramão a esse processo de comunicação, a Comunicação Comunitária surge como uma alternativa aos processos midiáticos estabelecidos e massificados. A estrutura essencial se diferencia quando defende que a comunicação é direito de todos, pode ser produzida por todos e direcionada de maneira que tenha como foco o interesse local e individualizado, atendendo demandas direcionadas à um grupo com necessidades em comum, caracterizado por elos geográficos e identidades regionalizadas.

Dentro desse contexto comunitário, a comunicação passa a servir aos interesses da comunidade, resultando em um processo horizontal que aborda e busca soluções para os interesses locais, transformando o membro da comunidade em agente ativo e disseminador na dinâmica comunicativa. Berti (2009, p.60), conceitua a Comunicação Comunitária da seguinte forma:

Entende-se como Comunicação Comunitária a comunicação das comunidades, feitas nas comunidades e para as comunidades, também sendo presente em localidades e grupos que se assumem como comunidades ou nichos comunitários, dando vazão às suas vozes, ideias e ideais, geralmente em contraponto aos meios de comunicação tradicionais (que raramente dão voz e espaço a essas comunidades e grupos) ou nova forma de visão, mesmo sendo reverberada por outros meios, frente às mídias tidas como tradicionais e historicamente massivas, não socializantes em certos aspectos que ocorrem nas comunidades.

Assim, pode-se afirmar que, o processo é direcionado, regionalizado e simétrico, onde os elementos se confundem entre receptores e emissores e as mensagens são

construídas dentro de uma lógica de produção no qual o importante é o processo e não o produto em si, contrário ao objetivo dos meios de comunicação de massa.

Desta forma, o processo de comunicação, apesar de social, não pode ser entendido em sua amplitude, como comunitário. Mesmo em todas suas vertentes, a comunicação sendo inseparável do conceito de sociedade, a Comunicação Comunitária deve ser entendida como uma oposição aos processos de comunicação hegemônicos e massificados.

O termo Comunicação Comunitária, tem como sinônimos “comunicação popular” e “comunicação alternativa”, sendo por diversas vezes, aceitos com um único significado: representar essa comunicação diferenciada e democrática.

Entretanto, esses termos, apesar de terem origem semelhante, apresentam significados que devem ser diferenciados. Inicialmente, esses termos referem-se às formas de comunicação alternativas no Brasil e na América Latina, que surgem de manifestações populares, como forma de crítica a condição política e social desses países durante as décadas de 1970 e 1980.

Segundo Mário Kaplún (apud PERUZZO, 2009, p. 3),

[...] ao referir-se ao fenômeno da comunicação popular e alternativa, afirma tratar-se de “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista”. Ressaltando os aspectos educativos desse tipo de processo de comunicação, o autor esclarece que as mensagens são produzidas “para que o povo tome consciência de sua realidade” ou “para suscitar uma reflexão”, ou ainda “para gerar uma discussão”. Os meios de comunicação, nessa perspectiva, são concebidos, pois, como “instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador”.

A Comunicação Comunitária ganhou força durante as repressões políticas, tornando-se uma arma intelectual com o intuito de mobilizar a sociedade, despertar a cidadania e o senso crítico para o exercício dos direitos e deveres e como forma de luta, como canal para exprimir crenças e para exclamação de voz.

Porém, o termo “comunitário” ganha maior destaque no Brasil ao incorporar a imagem de um processo simplificado, onde a comunicação, independentemente de sua produção, ganha status de comunitário, a partir de seu direcionamento. Assim, grandes veículos de comunicação vão assumir para si o termo para algumas de suas produções.

Segundo Peruzzo (2006, p. 2), “percebe-se, dessa forma, que comunitário é um termo de uso problemático, já que pode se referir a processos diferentes entre si”.

Já a comunicações popular e alternativa fazem referência a conteúdos produzidos por meio de movimentos populares emancipatórios. Essa comunicação está ligada a cultura popular e utiliza os meios de comunicação para difusão de suas particularidades. É a voz do povo, representada nos veículos de comunicação tradicionais.

A comunicação popular, nesse sentido, está diretamente vinculada a organizações não governamentais, movimentos populares que, por meio das rádios e televisões comunitárias, jornais e boletins esse processo se completa, difundindo as necessidades, anseios e demandas populares, geralmente ligados a crítica e reivindicando a participação popular nos processos oficiais.

Já a comunicação nominada como alternativa se relaciona aos movimentos de liberação da comunicação durante a década de 1960, 1970 e 1980. Esse termo tem maior relação com os meios de comunicação alternativos desse período, contemplados por jornais com ideologias não alinhadas à comunicação disseminada pelos meios de comunicação de massa nessa época.

Durante esse período da história, os grandes meios de comunicação tinham seu discurso e suas ideias vinculadas ao discurso imposto pelo governo, e a comunicação alternativa, por meio do que se denominou imprensa alternativa estabeleceu-se como uma voz opositora.

A imprensa alternativa representada pelos pequenos jornais, em geral com formato tablóide, ousava analisar criticamente a realidade e contestar um tipo de desenvolvimento. São exemplos, o PIF-PAF, lançado em 1964; Pasquim (1969); Posição (1969); Opinião (1972); Movimento (1975); Coojournal (1975); Versus (1974); De Fato (1975); Extra (1984), entre outros¹³. Eram jornais dirigidos e elaborados por jornalistas de esquerda, alguns ligados à pequena burguesia, que, cansados do autoritarismo, aspiravam um novo projeto social e preocupavam-se em informar a população sobre temas de interesse nacional numa abordagem crítica. (PERUZZO, 2009, p.7).

Assim, o que se tratava como comunicação alternativa, era uma opção aos meios de comunicação vigentes, que apresentavam um discurso alternativo ao regime da época, representado em grande parte por jornais em formato tablóide e boletins. O que se caracterizava como alternativo, era o discurso impresso nesses veículos e as fontes de

informação para a redação dos textos, que não tinham o caráter oficial representados nos grandes veículos de comunicação, “eram chamados de alternativos mais pela força do sentido do seu conteúdo e sem dispensar a leitura de jornais convencionais” (PERUZZO, 2009, p.8).

Em síntese, a comunicação popular e alternativa se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa (PERUZZO, 2009, p. 4).

Essas são características de uma comunicação diferenciada que vigoraram durante o século passado e tem atravessado esse século, possibilitando práticas alternadas em diversos veículos como jornais e rádios comunitárias, alterando conceitos e abrindo novos campos de estudos na área da comunicação.

Assim, cabe entender que inicialmente representando uma comunicação que se alterna, se diferencia, aos processos comunicativos massificados e hegemônicos, a Comunicação Comunitária apresenta características próprias que a distinguem tanto como um processo comunicativo alternativo, como área do conhecimento ligada aos estudos da Comunicação Social.

Adotaremos neste estudo, o termo Comunicação Comunitária por concordar que abrange as demais denominações, tendo como objetivo a libertação, a transformação e a valorização do indivíduo no processo, sendo feita pelo povo e para o povo.

A Comunicação Comunitária pode ser entendida de várias maneiras, mas no seu aspecto principal vale lembrar que ela se estabelece tendo como referencia o povo. É uma comunicação que se faz tendo a população, ou a comunidade, como protagonista no processo. Essa vertente da comunicação se caracteriza por ter outras diferenças, comparadas aos meios de comunicação de massa. Uma das grandes diferenças é que a Comunicação Comunitária não tem como objetivo, fins lucrativos. A comunicação, dentro dessa perspectiva, tem como principal finalidade, oferecer voz àquela população, discutir suas necessidades, encontrar soluções, disseminar conteúdos culturais e educativos, criando uma perspectiva de acesso à cidadania.

Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos. E a participação ativa do cidadão, como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos, propicia a constituição de processos educomunicativos, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do exercício da cidadania (PERUZZO, 2009, p. 10).

A partir desta perspectiva, vale ressaltar que nem todos os meios de comunicação inseridos na comunidade podem ser considerados “Comunicação Comunitária”. Segundo Peruzzo (2007), os meios de comunicação tem que estar envolvidos profundamente com a dinâmica daquela sociedade, representando suas demandas reais e distantes da intervenção de governos, partidos políticos ou interesses comerciais. Segundo Berti (2009), a Comunicação Comunitária está presente no dia-a-dia da comunidade, com um envolvimento, principalmente, social.

Para Ricardo Fabrino Mendonça (apud BERTI, 2009, p.61),

[...] a Comunicação Comunitária não pode ser entendida como uma simples forma de expressividade comunicacional, feita para simples veículos, para, somente, exposição de reivindicações, mas como um canal que se caracteriza como para fazer: ‘ todo tipo de discurso mediado por tecnologias da comunicação e dirigida a audiências espacialmente distantes, que seja regido por uma lógica não mercadológica e produzido por um grupo de pessoas que partilham um conjunto de valores’.

Esse novo modelo de comunicação deve estar vinculado aos interesse da comunidade, sendo canal multiplicador, disseminando e facilitando o processo comunicativo desinteressado do ponto de vista comercial, tendo como suporte entidades não governamentais, pesquisadores acadêmicos, organizações de bairro e afins e, sem fins lucrativos e políticos. “A Comunicação Comunitária, [...] pluraliza, está em sintonia com as especificidades de cada realidade onde está inserida e mais ainda, instiga a participação ativa de entidades não governamentais e sem fins lucrativos” (BERTI, 2009, p. 62).

A compreensão da comunicação popular passa necessariamente por um mergulho profundo no universo das culturas populares em meio a todos os

conflitos e ambiguidades que elas encerram. Torna-se indispensável entender e resgatar os valores que perspassam o cotidiano e o imaginário tanto de emissores quanto de receptores e que vão se configurando como as mediações da comunicação popular.[...] É pensar a comunicação a partir dos critérios e valores dos grupos populares ligados a esse meio ambiente. Valores como o sentido da vida, do trabalho, da solidariedade, que aparecem articulados no cotidiano do povo (COGO, 1998, p.48-49).

A Comunicação Comunitária tem primeiramente a obrigação de ser parte do processo de organização e estruturação de uma localidade ou comunidade e simultaneamente a isso, um veículo de disseminação de conteúdos emancipatórios, educativos, culturais e geradores do processo de transformação do sujeito passivo e acrítico para o de protagonista social, portador de senso crítico e conhecedor dos seus direitos e deveres.

O desenvolvimento da criticidade, um dos objetivos da comunicação comunitária é definida por José Manuel Moran (apud AMARANTES, 2004, p.61).

É mudar a atitude básica das pessoas diante da comunicação, e especialmente diante dos grandes meios: ajudar a desenvolver em cada um a percepção mais ativa, atenta, de acompanhamento consciente do que significa viver em comunhão com o mundo e conseguir formas de comunicação mais fortes, autênticas, expressivas, significativas, ricas, que superem o reducionismo empobrecedor das formas convencionais de relacionamento.

Cidadania que nesse sentido extrapola a esfera de cumprimento de deveres e exigência dos direitos. Aplicando-se dentro desta perspectiva, O caráter atual para a expressão “cidadão” reflete aquele que toma para si as ações de modificação do seu meio; por meio da criação de uma consciência transformadora. “A conquista da cidadania significa a passagem de súditos para cidadãos, cujo arcabouço social requer o envolvimento das pessoas, condicionando-se seu status de cidadão à qualidade da participação” (PERUZZO, 2001, p. 114).

É imprescindível ressaltar que o conceito de Comunicação Comunitária está diretamente ligado ao entendimento de comunidade. A percepção reflete a um local específico. É válido ressaltar que comunidade faz menção também àquilo que é do povo.

Os conceitos de comunidade são complexos e estão sempre em transformação. Peruzzo destaca os estudos de Ferdinand Tönnies para explicar as diferenças, segundo o autor, entre comunidade e sociedade.

O autor mostra uma oposição entre os dois conceitos, identificando comunidade como portadora de relações resultante de “uma vida real e orgânica”, enquanto sociedade teria estrutura “mecânica e imaginária”. “Tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto [...] será entendido como vida em comunidade. A sociedade é a vida pública – o próprio mundo” (PERUZZO, 2009, p. 11).

A partir desta perspectiva a autora completa que a comunidade é como uma estrutura “orgânica”, mais enraizada e simbiótica com os indivíduos, contrastando com a visão da sociedade como uma estrutura mecânica, portanto menos verdadeira e mais “passageira e aparente”.

Porém ao estabelecer os conceitos de comunidade pode se observar outros critérios. Nisbet e Hillary (apud Peruzzo, 2009) acrescentam outros conceitos de comunidade que devem ser considerados de forma a apresentar uma configuração básica para a existência de uma comunidade:

- a) um processo de vida em comum por meio de relacionamentos orgânicos e certo grau de coesão social;
- b) auto suficiência (as relações sociais podem ser satisfeitas dentro da comunidade, embora não seja excludente);
- c) cultura comum;
- d) objetivos comuns;
- e) identidade natural e espontânea entre os interesses de seus membros;
- f) consciência de suas singularidades identificativas;
- g) sentimento de pertencimento;
- h) participação ativa;
- i) locus territorial específico; e
- j) linguagem comum (PERUZZO, 2009, p. 13).

Porém, algumas destas premissas se modificaram com o passar do tempo. Noções de “territorialidade”, “auto suficiência” e “identidade” foram revistas com os avanços tecnológicos e alterações sociais, não perdendo suas características fundamentais, mas sendo modificados de alguma forma. As redes sociais, a tecnologia de forma geral pode atravessar os fundamentos destes conceitos, mas não modificam a essência do que se entende como comunidade.

Desta forma, os conceitos que guiam a definição de comunidade, como aplicação da Comunicação Comunitária, vão além de entendimentos simples como proximidade geográfica, ideologias semelhantes ou crédulos comuns. Enfim, não basta a formação de um grupo, para que haja a existência de uma comunidade.

Os elementos intrínsecos dos conceitos de comunidade constituem parte dos fundamentos da concepção de Comunicação Comunitária anteriormente explicitada. Ou seja, não basta um programa de televisão ou um meio de comunicação se auto denominar comunitário, assim como não basta estar situado numa pequena localidade e saber falar para o “povo” ou “das coisas do povo” para caracterizar-se como comunitário, pelo menos no sentido profundo da palavra (PERUZZO, 2009, p. 14).

Entretanto, esses conceitos não engessam a aceitação do que é comunitário. Segundo Berti (2009, p.66), dentro da sociedade moderna, seria difícil aceitar, segundo estes conceitos, uma “verdadeira” comunidade. Porém, a comunidade se institui dentro destas ideias, sociabilizando, integrando e coletivizando os processos de comunicação.

Um dos caminhos da Comunicação Comunitária ou sensação de Comunicação Comunitária pode ser a dedicação ao local e ao regional e aos espaços coletivos e participativos das sociedades e grupos sociais possibilitada pelos processos comunicacionais. (BERTI, 2009, p. 66).

A Comunicação Comunitária deve ser entendida, sobretudo desta maneira: um espaço comum, democrático, de integração, socialização e coletivização dos processos comunicativos, como forma de gerar a cidadania por meio da disponibilização de educação, cultura e das demandas daquele grupo, alheio a interesses pessoais, políticos e econômicos.

Kaplún (1998, p.63), difere a comunicação dominadora (meios de comunicação de massa) da comunicação democrática.

Comunicação Dominadora	Comunicação Democrática
Monólogo	Diálogo
Poder	Comunidade
Vertical	Horizontal

Unidirecional	Horizontal
Monopolizada	Participativa
Concentrada em minorias	Ao serviço da maioria

No qual a notícia não é só comprada e lida, as pessoas discutem, comentam e compartilham o que está escrito, porque o conteúdo saiu da própria comunidade, pois são temas escolhidos por eles e que correspondem à realidade da comunidade.

A comunicação eficaz e educativa pretende “potenciar os educandos como emissores, oferecendo possibilidades, estímulos e capacitação para a autogeração de mensagens” (KAPLÚN, 1998, p.244).

O processo deve promover a autogestão de todo o processo, permitindo a participação, na possibilidade da inserção de suas próprias necessidades, valores e cultura. Mediante uma postura crítica. Este processo deve significar a busca por mudanças, num processo grupal e com sentimento de pertencimento.

Em resumo: a comunicação popular, alternativa, é um processo de inter relação que se dá dentro de um grupo de seres humanos, com o propósito de recuperar seu significado, de sua memória histórica, de sua vida cotidiana e de sua experiência humana da realidade. Para estruturar estes significados como guias de ação vital, com a participação popular e a capacitação para elaborar, controlar, conduzir, executar e valorizar seu próprio projeto; dentro das diversas estratégias de um processo de transformação, que dão lugar a diversos níveis, formas e técnicas da comunicação popular, alternativa e participatória (UTRERAS, 1998, p.23).

1.2 Conceitos históricos no Brasil e na América Latina

No Brasil, assim como na América Latina essa forma a comunicação comunitária ganha espaço e se desenvolve a partir da década de 1970. Seu surgimento está envolto, nos países sul americanos de uma forma geral, num contexto semelhante entre eles, por momentos políticos controversos e agitações dos movimentos populares e das classes menos favorecidas. Esse período sócio-histórico vai favorecer a o surgimento da comunicação alternativa aos meios massivos.

Segundo Peruzzo (1995), o termo Comunicação Comunitária possui registro desde 1883, mas seu uso ganhou importância mais recentemente. Compreendido o que é

a Comunicação Comunitária, dentro dos seus diversos aspectos, cabe ressaltar que o uso do termo sempre esteve associado ao lado alternativo da comunicação.

O pesquisador José Marques de Melo (apud Botão, 2002, p.3) destaca diversos tipos históricos de manifestações da comunicação comunitária ou popular: como a imprensa negra, jornais de bairro e de igrejas e a imprensa de imigrantes.

Com estes conceitos, pode-se definir a Comunicação Comunitária, também chamada na pesquisa de Popular, Alternativa, Participativa, Horizontal, como aquela que está inserida na conjuntura sócio-econômica, política e cultural do povo, com conteúdos relacionados a esta situação, sendo comprometida com a mudança social e transformação do povo em sujeito em busca de uma sociedade mais justa. “Deve estar vinculada à luta pela conscientização e integrada num processo de luta com a perspectiva de nova sociedade” (Gomes apud Peruzzo, 1995, p. 36).

A busca por esses direitos, historicamente tem início na década de 1960, quando a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), levantou a necessidade de um entendimento mais profundo do fluxo de comunicação no mundo. O direcionamento do fluxo de informação estava diretamente ligado as relações econômicas e políticas mundiais, e se disseminavam através das agências de informação, e na distribuição da cultura por meio de filmes, programas televisivos e quadrinhos. Segundo Peruzzo (2008, p.8), “Um dos marcos foi a realização da *Primeira Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Comunicação na América Latina*, realizada na Costa Rica, em julho de 1976.”

O texto final desta Conferência tece várias recomendações em prol da democratização nacional e internacional da Comunicação. Propõe a adoção de “critérios justos de intercâmbio” de informações entre as nações e fala da necessidade de “definir e executar políticas, planos e legislações que tornem possível o advento de relações de comunicação mais equilibradas”, tanto internamente como entre as nações, entre outros aspectos (PERUZZO, 2008, p. 8-9).

A partir dessa conferência, durante a década de 1970, sucederam vários encontros com a mesma finalidade. Todos realizados em cidades de países fora do grupo conhecido como 1º Mundo. O resultado foi apresentado em dezembro de 1979, “Um mundo, muitas vozes” foi o relatório final apresentado “e que trazia um diagnóstico do fluxo informativo no mundo. Este relatório gerou controvérsias provocando até a retirada dos Estados Unidos da UNESCO” (PERUZZO, 2008, p. 9).

A proposta apresentava políticas públicas internacionais, nacionais e regionais, e previam um modelo comunicativo mais participativo, ao encontro dos interesses dos países chamados de “3º Mundo”, diminuindo a influência dos Estados Unidos sobre eles, “através de fontes alternativas de informação geradas na América Latina, Ásia, África etc” (PERUZZO, 2008, p. 9).

Entretanto, vale ressaltar que os movimentos de democratização da comunicação têm seu surgimento ainda antes da mobilização por políticas públicas e da intervenção de organizações internacionais. Na América Latina os movimentos que faziam uso da comunicação como instrumento de agregação por meio do rádio, alto-falantes, jornais e folhetins.

Neste contexto vale citar as rádios mineiras bolivianas. Peruzzo (1995) define essas rádios como “experiências históricas pioneiras, no continente latinoamericano”. Ligadas aos movimentos dos mineiros, sempre estiveram vinculadas ao contexto e a vida dos trabalhadores e se tornaram em instrumentos de voz nos momentos de conflitos. “Nascidas nessa conjuntura, também cresceram num ambiente de conflito [...] e de enfrentamento por que passaram durante os regimes militares instalados em seu país” (PERUZZO, 1995, p. 193), tendo sua origem marcada em 1947.

Entre esses exemplos, vale relatar a experiência cubana da “*Rádio Rebelde*”, criada em 1958 a partir da idéias de Che Guevara e usada como instrumento de disseminação de idéias no período revolucionário. “Assim, a Rádio Rebelde foi uma importante arma na luta para libertar da dominação norte-americana e da ditadura de Fulgencio Batista” (PERUZZO, 1995, p. 236). Assim, durante os períodos de conturbação política, de avivamento dos os movimentos sociais, e de reivindicações das classes “de baixo”, sempre estiveram ligadas aos processos de comunicação comunitários, como vozes alternadas às hegemônicas e agregadoras dentro de seu alcance.

Apesar da diminuição de lutas nos movimentos libertadores na América Latina, com o fim dos governos militares e a diminuição das revoltas populares, a Comunicação Comunitária continua seguindo como um espaço de democratização da comunicação. Por meio do reconhecimento de organizações não governamentais, dos governos e da sociedade, esse processo tende a prevalecer e se estabelecer com mais força em localidades que necessitam e procuram alternativas que auxiliem no desenvolvimento da comunidade.

No Brasil, só o amadurecimento das propostas de políticas públicas nacionais e regionais de comunicação propiciaria o reconhecimento e inclusão de forma clara da comunicação popular e comunitária, como expressão dos setores populares organizados da sociedade civil, e que efetivamente vem democratizando a comunicação, nas discussões e nos mecanismos regulatórios. Estes setores não querem ser controlados, nem mesmo regulamentados em todos os seus passos, mas necessitam de políticas que garantam apoio e condições de funcionamento (PERUZZO, 2008, p. 10).

1.3 Direito à Comunicação Comunitária

Durante as décadas de 1970 e 1980 de maneira mais expressiva, a comunicação alternativa, popular ou comunitária foi a voz da minoria expressando suas demandas, desejos, ideias e opiniões, com direito à participação efetiva, diferente dos meios de comunicação de massa. A partir da década de 1990, a comunicação comunitária ganhou um novo caráter, passando a ser incorporada na agenda das mobilizações sociais como forma acesso ao direito à comunicação.

Até os anos de 1990 a comunicação popular e comunitária era vista como instrumento de mobilização e uma necessidade de expressão dos movimentos sociais. Aos poucos vem sendo agregada a noção de acesso aos mesmos como um direito de cidadania (PERUZZO, 2005, p.5).

Segundo Peruzzo (2005, p.7), várias entidades, ativistas e estudiosas têm reforçado a necessidade do acesso à comunicação como uma ferramenta de democratização dos meios de comunicação. “A mobilização em torno do avanço da democratização do direito à comunicação na ‘sociedade da informação’ teve como desdobramentos a criação de órgãos em vários países”.

Entretanto, é necessário esclarecer o que de fato vem a ser o direito à comunicação.

Sobre o entendimento do que vem a ser direito à comunicação, tradicionalmente as abordagens teóricas tendem a enfocá-lo sob o ângulo do direito ao acesso à informação ou como direito à liberdade de informação e de expressão. Tal concepção também está expressa nos ordenamentos jurídicos que abordam o tema (PERUZZO, 2005, p. 9).

Porém, no entendimento dos conceitos da Comunicação Comunitária, o acesso à informação ultrapassa apenas o direito de indivíduo como receptor. Na Comunicação Comunitária, os sujeitos fazem parte do processo em vários níveis, indo desde a escolha de pautas, a administração dos recursos, as atividades operacionais até a produção dos conteúdos.

Em última instância, realiza-se o direito à comunicação na perspectiva do acesso aos canais para se comunicar. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos (PERUZZO, 2006, p. 10).

O termo “direito de expressão” é equivocado nos meios de comunicação de massa, já que o acesso a esse direito não é regulamentado e não garante o acesso direto aos meios de fazê-lo cumprir. Ao falar em acesso à comunicação, é imprescindível ressaltar que não basta idealizar o direito e incentivar a participação, é necessário criar políticas e mecanismos que garantam essa democratização e o pleno direito à comunicação. Superando os aspectos legais, citados na “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, de 1948, na “Convenção Americana de Direitos Humanos”, de 1969 e também na Constituição Brasileira de 1988 (Cap.I, Artigo 5º, inciso IX), que diz, “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”, o direito de acesso à comunicação é muito mais representado pela real apropriação da população dos meios de comunicação.

Políticas democráticas de informação e comunicação são necessárias porque somente através delas se pode visualizar e estabelecer o papel da mídia, novos e velho, num enfoque global de desenvolvimento da sociedade, e, em particular, no que se refere à educação, ciência e cultura. Políticas de informação e comunicação, nessa ótica, não são simples reação a algo estabelecido, mas um conjunto estratégico ligado aos objetivos da sociedade (JAMBEIRO, 2003, p. 230).

A comunicação de massa segue um plano vertical, onde apenas os interesses do emissor são relevados. Na comunicação comunitária, acontece uma comunicação horizontal, onde o emissor e o receptor buscam, juntos, as formas de fazer. A “liberdade de expressão” passa

pela disseminação dos interesses da população, de seus conteúdos e demandas e da apropriação de todos os termos no processo comunicacional. Sobre isso, Peruzzo (1995, p. 276) ressalta que

A participação popular implica uma decisão política e o emprego de metodologias operacionais que o favoreçam. Em matéria de comunicação, não basta incentivar o envolvimento. É necessário criar canais para tanto e mantê-los desobstruídos. Isso tem a ver com objetivos estratégicos, ou seja, aonde se quer chegar.

É importante ressaltar que o acesso à comunicação tem ligação direta com o acesso a cidadania. Os meios de comunicação massivos tem pouca preocupação com programações inclinadas a educação, politização e cultura. O objetivo é a busca por lucro. E quando o fazem uma programação voltada à educação, cultura, política e cidadania, têm sempre uma inclinação mercadológica, permeada por uma quantidade grande de apelos estéticos e voltados para o consumo. Mesmo nas programações tidas com educativas existem as ligações comerciais e financeiras. O caráter de cidadania nessa programação pouco se assemelha aos conceitos de cidadania abordados dentro da perspectiva da Comunicação Comunitária.

Assim, o direito à comunicação está diretamente ligado ao acesso que transforma os indivíduos em cidadãos. E “Como o cidadão pode usufruir plenamente desse direito se não lhe é possível tornar-se emissor de mensagens, mas somente receptor?” (PERUZZO, 2005, p. 15). Sem o acesso aos meios de comunicação de massa, esse direito só pode ser garantido através dos meios de comunicação comunitária. O Brasil tem como característica a desigualdade social e a dificuldade de acesso aos plenos direitos que a cidadania confere a cada indivíduo. A comunicação comunitária surge como possível meio para alcançar, desenvolver e fazer a manutenção desses direitos e deveres conferidos a cada um, como canal de vez e voz onde todos podem reivindicar seus direitos. Segundo Demo (apud Peruzzo, 2005, p. 19), a cidadania é algo que se conquista “não é doada nem é dádiva de governantes que, aliás, só cedem à ampliação de direitos mediante pressão popular, é que os segmentos populares conscientizados buscam sua auto-emancipação comunicativa”.

Portanto, o acesso da população à comunicação é garantir além das políticas, dos discursos legalistas e da retórica governamental, acesso à meios de expressão das demandas populares. Representadas por suas próprias vozes, através de canais próprios,

com a capacidade de transformá-los em emissores e receptores, e com o objetivo mirando na busca da cidadania. “O cidadão se torna sujeito dos meios de comunicação e tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele e com a mídia” (PERUZZO, 2005, p. 19).

1.4 Comunicação Comunitária na prática

Em meio aos argumentos teóricos que regem as características da Comunicação Comunitária e que apresentam as regras metodológicas para a criação e sustentação dos meios de comunicação alternativos, é necessário apresentar como esse processo ocorre na prática.

A comunicação comunitária usa os meios impressos (jornais, boletins, jornal mural, folhetos e outros), os meios eletrônicos (rádio e televisão) e atualmente os digitais (proporcionados pelo avanço e facilitação no acesso à internet como os blogs, sites, comunidades virtuais, micrologs, etc).

Devido ao custo e o acesso à tecnologia, alguns meios de comunicação são mais acessíveis dentro de um processo de comunicação comunitária, do que outros. A facilidade de acesso, a capacitação técnica para operação de equipamentos e tecnologias, e os preços para o investimento em equipamentos e manutenção tornam mais usuais alguns veículos do que outros.

Entre os meios de veiculação da Comunicação Comunitária está o uso das Rádios Comunitárias. No Brasil, o serviço de Radiodifusão Comunitária é autorizada pelo Governo Federal sob a Lei 9.612³, de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615 do mesmo ano. A regulamentação das Rádios Comunitárias especifica claramente em seu Art. 3º Inciso II: “oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social”. Ainda, dentro do texto da lei, as Rádios Comunitárias tem que apresentar uma programação voltada para a formação do cidadão com conteúdo cultural, educativo, informativo e artístico, “em benefício do desenvolvimento geral da comunidade” (Art. 4ª, Inciso I). Segundo Peruzzo (apud BAHIA, 2006, p. 144), “as rádio comunitárias são definidas como tendo por ‘finalidade

³ Lei 9.612, acessado no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9612.htm, em 24/04/2011 às 10h30.

primordial servir à comunidade’, podendo ‘contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e construção da cidadania’.

A produção comunitária, independente do meio, deve criar uma relação muito próxima com os receptores. Primeiro porque eles fazem parte da produção, segundo porque deve abordar assuntos relacionados à comunidade em que está inserido. Objetiva-se, primeiramente, não o produto final, mas o processo de produção, que não usa especialistas, mas as pessoas da comunidade. “Nesse tipo de mídia quem produz (cria, fala, redige, edita, transmite etc) as mensagens não é necessariamente um especialista, mas o cidadão comum. (BAHIA, 2003, p. 118).

O pesquisador Moacir Barbosa de Sousa ressalta que no uso das rádio como meio de comunicação comunitária é necessário também, o auxílio de um profissional da área de comunicação. A participação de pessoas da comunidade nos processos de criação e transmissão de mensagens deve ser auxiliada por membros da população diretamente ligada a rádio. “Porém ele deve ter uma capacitação mínima no que diz respeito à linguagem do rádio, para saber que meio está explorando, suas características, suas potencialidades e até suas limitações” (SOUZA, 2006, p.197).

Ainda vale acrescentar que o movimento de rádios comunitárias no Brasil conta com a representação de diversas entidades como ABRACO (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária), FNDC (Fundação Nacional de Democratização da Comunicação), ANCARC (Associação Nacional de Rádios Comunitárias m Católicas), AMARC (Associação Mundial de Comunicação Comunitária) e Rede Brasil de Comunicação Cidadã.

É importante lembrar que as práticas de comunicação comunitária no rádio não estão somente ligadas às rádios comunitárias. Mesmo os princípios técnicos se mantendo semelhantes, e a produção das mensagens (redação, edição, pautas, locução) obedecendo aos mesmos critérios da comunicação social, pode-se criar espaço de comunicação por meios radiofônicos em escolas, clubes, associações por meio de alto falantes e rádio postes as “rádios do povo” (PERUZZO, 1995).

No meio escolar, esta tem sido uma experiência que demonstra a uma característica representativa da Comunicação Comunitária, apresentando aos alunos a possibilidade de transformá-los de receptores à emissores de mensagens. Por meio da análise crítica dos conteúdos, da necessidade de aplicação de regras formais ou acertadas da língua e pela participação ativa em todo o processo, eles ganham acesso aos primeiros passos da cidadania. “Acreditamos que a partir do momento em que estão

participando de toda produção da peça, desde a escolha do texto até a montagem e produção, estarão aprendendo arte e seus reflexos positivos sobre suas vidas.” (DELIBERADOR, 2007, p.12).

Ainda, sobre a importância das rádios comunitárias como práticas dentro da escola, a pesquisadora Zeneida Alves de Assumpção (1999, p.15) destaca que,

O Rádio já é uma escola. Ele tem o dom de transformar a vida em sonoridade, penetrando não apenas no pensamento do ouvinte, mas naquilo que ele tem de sensibilidade. Decodificando as mensagens radiofônicas o ouvinte elabora idéias, cria imagens, produz fantasias, enriquece o espírito, modifica ou consolida comportamentos.

Os meios legais que regulamentam as TVs comunitárias são semelhantes às aquelas que fazem o mesmo nos veículos de rádio. Os canais são oferecidos pelas prestadoras de serviço de televisão a cabo, segundo a Lei 8.977⁴ de 6 de janeiro de 1995. Segundo o Art. 5º Inciso VIII

Canais Básicos de Utilização Gratuita - é o conjunto integrado pelos canais destinados à transmissão dos sinais das emissoras geradoras locais de TV em circuito aberto, não codificados, e pelos canais disponíveis para o serviço conforme o disposto nas alíneas a a g do inciso I do art. 23 desta Lei.

Peruzzo (2002, p.14) pontua as principais características que os canais comunitários a cabo devem ter

- Sua operacionalização está garantida em lei.
- Os canais são estruturados e gerenciados por Associações de Usuários formalmente constituídas e regidas por estatuto e regimento próprio.
- São espaços de acesso gratuito, destinados a todas as entidades não governamentais e sem fins lucrativos, sem a tutela do Estado ou da grande mídia.
- O espaço da programação, planejamento e gestão é aberto.
- O espaço da grade de programação é ocupado por um conjunto de entidades, dividindo-o entre as associadas que queiram transmitir seus programas.
- Sua gestão é coletiva com mandato temporário.
- Propriedade coletiva.

⁴ Lei 8.977 de 6 de janeiro de 1995, acessado no site <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8977.htm>, em 24/04/2011 às 14h45.

- As entidades participantes são amplamente diferenciadas entre si, tendo em comum o fato de serem não governamentais e sem fins lucrativos.
- A programação é pluralista e eclética.
- O conjunto da programação tem como objetivo central contribuir para a educação, cultura e desenvolvimento comunitário.
- Buscam a auto - sustentação financeira através de contribuições das associadas, patrocínios e, eventualmente, prestação de serviços.
- Estão voltadas para uma audiência ampla e heterogênea.
- São meios para canalização e expressão dos resultados da mobilização das pessoas no exercício da cidadania.
- Concretizam a democratização da televisão, um dos meios de comunicação de massa de maior importância no país.
- Não têm interesses comerciais.

Apesar das restrições impostas pela transmissão a cabo, esses canais comunitários representam um avanço no direito de democratização da comunicação. É necessário lembrar que entre todos os veículos de comunicação utilizáveis hoje, a televisão representa o mais caro e o com maior dificuldade de acesso a população, seja pela dificuldade técnica de operação, ou pelo preço de aquisição e manutenção dos equipamentos.

Além dos canais comunitários a cabo, existem outras experiências com TVs comunitárias anteriores. Segundo Peruzzo (2007, p. 13) “antes do surgimento dos canais comunitários, entre os canais ‘básicos de utilização gratuita’, no sistema de televisão a cabo, o Brasil conheceu outros tipos de televisão comunitária”.

Entre esses tipos vale destacar as TVs comunitárias em UHF (Ultra High Frequency). Que se tratava de uma outorga local de transmissão televisiva, oficialmente de caráter educativo, ela retransmitiam o sinal de televisões educativas.

As transmissões em VHF (Very High Frequency) são experiências de transmissão de sinal televisivo sem autorização necessária e regulamentação. Não tem frequência de transmissão ordenada e entram no ar ocasionalmente. “São experimentos que objetivam exercitar a liberdade de expressão e contestar o sistema de concessão de canais de televisão no país, bem como sua programação, marcada por interesses mercadológicos” (PERUZZO, 2007, p. 16). Existe como uma crítica a hegemonia no controle dos meios de comunicação de massa, se caracterizando por um modelo alternativo de comunicação.

E por fim as TVs de rua ou TV livre, que são gravações produzidas, geralmente de forma artesanal, com a participação da população e transmitidas em lugares públicos (abertos ou fechados). “São experiências de comunicação oriundas dos movimentos

populares e que têm por finalidade a mobilização social em torno das lutas por melhor qualidade de vida” (PERUZZO, 2007, p.20).

Os processos de Comunicação Comunitária usando a televisão como veículo de comunicação ainda estão em fase de estruturação, pois aos desafios tecnológicos, técnicos e financeiros se colocam como impedimento em muitas tentativas. Porém, a de se considerar a participação da população, mesmo que como ouvinte e receptor.

As possibilidades de formas de produção dos meios impressos na criação de mensagens vão desde à possibilidade de impressão industrial e o uso de software e hardware mais sofisticados até mesmo à formas mais simples, exemplos disso são os jornais murais, boletins, panfletos e fanzines⁵. Além de um editor de texto, uma impressora e fotocópias nada mais de implementos tecnológicos são necessários para possibilitar um processo de Comunicação Comunitária usando como veículo o meio impresso.

Dentro da perspectiva do impresso, há uma gama de possibilidades menos restritas, de menor custo e fácil acesso, sem a necessidade dos aparatos tecnológicos, operacionais e de autorização para o funcionamento de canais de rádio ou televisão, aproximando da comunidade a possibilidade de uma comunicação que depende menos da burocracia e tecnologia e mais do empenho em exercer o direito da emissão de mensagens.

O jornalismo impresso atende semelhantemente aos outros veículos comunitários as mesmas preposições já discutidas. A participação da comunidade em todas as etapas do processo e a busca pela cidadania por meio da difusão de conteúdos culturais, artísticos e informativos, demandados pela comunidade. Assim o jornalismo, dentro do veículo impresso, reassume seu papel fundamental, o de resignificar o mundo e retransmitir os conteúdos, levando à população a informação que gera a consciência, que posteriormente gera o debate e a busca pela solução.

Essa capacidade vicária do campo midiático, principalmente do jornalismo como forma de enunciação que traz para si a responsabilidade da “representação dos fatos sociais”, se configura em singularidades como o processo de produção de notícias: seletividade, geração de forma e memória. A capacidade de recortar o mundo,

⁵ Jornais dobráveis, geralmente montados de recortes e colados em folhas para serem fotocopiados. A expressão *fanzine* vem Do inglês, e remete a uma revista elaborada por fãs de um determinado assunto ou tema. CAMPOS, Fernanda Ricardo. Fanzine: da publicação independente a sala de aula. Acessado em 21/04/2011 às 22h:35 no site <http://www.ufpe.br/nehte/hipertexto2009/anais/b-f/fanzine.pdf>.

estabelecendo a diferença entre o que é ou não importante ou a visão da comunicação como uma ocorrência seletiva é o que caracteriza a seletividade jornalística, constituída de “pressupostos que permitem proceder à seleção de acordo com a idéia de norma e de desvio se tornam constitutivos dos chamados valores-notícias e da própria idéia de atualidade”. Aquilo que é selecionado pelo jornalismo ganha forma, deixa de ser amorfo, indiferente, torna-se visível e ganha diferentes níveis de repercussão na agenda pública. (LACERDA, 2007, p. 3)

Assumindo esse caráter do discurso jornalístico somado à comunicação comunitária, a comunidade pode participar não somente como receptor das mensagens, mas tomar parte em todo o processo. A compreensão dos caminhos da criação da notícia serve como mola propulsora de transformação, no sentido da cidadania.

A finalidade do jornal é ser um meio para realizar os objetivos que explicitamos anteriormente. A realização dessa finalidade, o jornal, se dá, portanto pela colaboração num processo de síntese cultural, num “agir orientado para o entendimento mútuo”, em que os diferentes atores harmonizam internamente os interesses de cada organização da comunidade que representam. (LACERDA, 2007, p. 12).

A experiência comunitária, seja no rádio, televisão e/ou nos meios impresso tem que estar focadas, acima de tudo em serem “[...] experiências concretas de participação popular na Comunicação Comunitária, que aliás pode usar também os meios massivos, demonstram sua importância no processo de conquista da cidadania, ajudando o homem a tornar-se sujeito” (PERUZZO, 1995, p. 159).

Outra possibilidade, como veículo de comunicação, que está aberta a participação popular é a mídia digital. Desde a popularização da Internet, no final da década de 1990, o espaço que ela ocupa no cotidiano brasileiro vem aumentando de maneira exponencial. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o uso de internet no Brasil aumentou 75% entre os anos de 2005 e 2008⁶.

A Internet, atualmente, representa o mais acessível, com menor custo e o mais fácil meio de fazer comunicação a um grande número de pessoas. “A Internet possibilita a circulação de mensagens independentemente de territórios geográficos, de tempo, das

⁶ Pesquisa acessada no site do IBGE em 25/04/2011 as 23:00.
http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1517&id_pagina=1&titulo=De-2005-para-2008,-acesso-%E0-Internet-aumenta-75,3%-

diferenças culturais e de interesses, sejam eles econômicos, culturais ou políticos, globais, nacionais ou locais” (PERUZZO, 2005, p. 268).

A Internet representa um marco nos sistemas de comunicação, modificando as estruturas habituais e apresentando uma nova dinâmica no processo. Para Paulo Cunha Filho (apud PERUZZO, 2005, p. 269), a Internet representa mais que um veículo, ela é um ambiente de comunicação.

Entretanto, Peruzzo alerta para a necessidade de capacitação. Os usuários dos meios digitais devem se atentar para sua instrução, na medida em que se busca a participação ativa no processo de comunicação.

Nesse contexto, tornar a Internet de todos para todos, coerentemente com o espírito do Livro Verde, implica criar condições para o acesso público dos cidadãos às redes digitais, porém, não apenas o acesso aos suportes tecnológicos necessários, mas também a capacitação das pessoas para tornarem-se usuárias ativas, ou seja, não somente receptoras, mas também emissoras de conteúdos. (PERUZZO, 2005, p. 273).

O acesso e a liberdade do ambiente permitem nessa nova dinâmica, novas possibilidades no processo de participação. As comunidades que se criam em torno de afinidades, gosto e demandas elaboram e disseminam mensagens dentro de suas próprias necessidades, compondo entre si uma comunidade que possivelmente se mantém distante geograficamente, mas que detém em si, características de pertencimento e auto reconhecimento.

Somando-se a isso, outra alteração no processo de comunicação com a participação da Internet na dinâmica de comunicação usual está na transformação das rotinas dos jornais. As novas possibilidades de *feedback* permitem às redações a maior interatividade com o público. O retorno das informações, o reflexo de uma reportagem ou notícia representa uma possibilidade de ajuste aos conteúdos produzidos para uma aproximação com as demandas do público. A participação popular no processo de comunicação desta maneira se dá através de canais de retroalimentação, facilitados pela rede, por meio de espaços de interatividade.

Esses espaços criados para discussão, como chats, fóruns, grupos de discussão entre outros, suplementam o debate e disponibilizam novos fatos não noticiados. Assim, o processo de criação jornalística, mesmo que não tendo a mesma ênfase dentro de sua rotina normal, ganha mais um espaço de discussão de informações segmentadas e

demandas por um público específico. “Mesmo que não signifique falar para os públicos diretamente envolvidos nas ações presenciais das lutas populares, trata-se de uma oportunidade de falar para segmentos amplos da sociedade e difundir informações que não encontram espaço na mídia tradicional” (PERUZZO, 2005, p. 281). Assim, a Internet como meio de comunicação de massa, se enquadra no contexto e na utilização da Comunicação Comunitária, abrangendo as discussões formais dadas nos noticiários, por meio de ferramentas dentro da própria rede, como forma de amplificar o acesso e estreitar o direcionamento da discussão.

Além disso, a Internet abre espaço para a interação com outras mídias. Dentro do ambiente de comunicação da Internet se remontam antigos veículos. Jornais *online*, televisão e rádio são criados e difundidos por meio da rede. A Internet tem potencial para impulsionar a democratização da comunicação, abraçando nela mesma diversos meios.

Desse modo, a Comunicação Media por Computadores (CMC) representa uma ruptura no modo de produzir e difundir mensagens, bem como no modo de interagir com os outros e de receber informações. Permite a produção e a difusão descentralizada num esquema de todos-todos ou muitos-muitos, abrindo as comportas da emissão em direção ao pluralismo de ideias e à diversificação incessante de fontes (PERUZZO, 2005, p. 286).

Os veículos de comunicação que são apropriados, democratizados e utilizados como condutores dos processos comunitários de comunicação estão ligados sempre aos critérios semelhantes. Independentemente do seu meio de divulgação, das suas possibilidades de exploração, seu alcance e suas facilidades (e dificuldades) técnicas, o que os une é o que Freire (1981) em sua obra “Educação e Mudança”, definiu como a busca pela transformação do indivíduo em sujeito de sua própria mudança, ativo na sua transformação.

Na comunicação comunitária, a comunicação passa então a ter uma direção horizontal, onde os receptores são também emissores, mas acrescenta-se à transmissão de mensagem o trabalho de despertar do senso crítico, a conscientização do alcance e da capacidade dos meios na vida da comunidade. A comunicação comunitária tem como função, ser libertadora e transformadora.

O que importa aqui, mais do que encenar coisas e transmitir conteúdos, é que o sujeito aprenda e aprender, que seja capaz de

raciocinar por si mesmo, de superar as constatações meramente empíricas e imediatas do que o rodeia (consciência ingênua) e desenvolver sua própria capacidade de deduzir, de relacionar, de elaborar sínteses (consciência crítica) (KAPLÚN, 1998, p. 51).

E a consciência crítica acontece apenas quando o sujeito está inserido no processo de forma ativa, quando há a autogestão da informação.

CAPÍTULO II - Mídia-educação: os meios de comunicação como instrumento e tendência no processo educativo.

Este capítulo, também, um dos pilares centrais deste trabalho, pretende explicar os conceitos e objetivos da Mídia-educação, o contexto histórico, os diversos termos usados no Brasil e no mundo, a discussão sobre a influência da mídia na educação, as possibilidades e questionamentos de uso dos meios de comunicação para a educação e a diferenciação entre educação formal, informal e não-formal.

2.1 Conceitos e objetivos

A comunicação e a educação se constituíram em dois importantes eixos epistemológicos. Ambos tratam de interações entre pessoas, de valores culturais, demonstram eficácia no processo e tem como foco as relações sociais.

Seja por desenhos, escritas, gestos e/ou fala, o homem tenta interagir com outros seres humanos. Essa troca se chamou comunicação. Braga e Calazans (2001, p. 24-28) pontuam 3 tipos de comunicação: A interação face a face, também chamada como simétrica, onde há essencialmente dois recursos, a fala e a escuta; A interação mediada do tipo dialógico, onde há sucessividade de fala, contudo não imediatas – é o caso de e-mails; E a interação diferida e/ou difusa, que envolve além da interação entre os homens, o uso de produtos e meios de comunicação.

Ao se dotar de mediações tecnológicas para desenvolver as interações sociais, a sociedade não apenas acrescenta instrumentos que aceleram e diversificam sua comunicação, mas acaba por modificar seus próprios processos. É o que leva à caracterização das estruturas do século XX por expressões como “sociedade de informação”, “sociedade da comunicação”, “sociedade mediática”, “idade mídia” (BRAGA; CALAZANS, 2001, p.30).

Ao se comunicar o homem aprende. E essa natureza de aprendizado está presente nas observações que faz do meio em que vive, por meio da interação, da reflexão e do experimento. A família, o espaço social e as práticas diárias são, pelo menos, 3 espaços em que o ser humano está inserido e em constante aprendizado. Esses

ambientes propiciam 3 tipos de ensino: o formal, o não-formal e o informal que discutiremos em um subcapítulo posterior.

A educação deve ser ajustada ao presente, à realidade do indivíduo de uma forma que ela, a comunicação e a cultura se entrelacem. Com as inovações tecnológicas e os novos modos de fazer e receber a comunicação, as relações sociais e culturais foram modificadas. Essas mudanças chegaram às salas de aula e a escola precisou repensar suas metodologias. Ao contrário de décadas passadas, o mundo tornou-se um grande campo de aprendizado.

Verificamos hoje que o ambiente educacional constitui um espectro difuso, desprovido de centro, um ambiente que assume a forma de um “ecossistema comunicativo” dinâmico, indiferente aos ritmos institucionais e que faz circular uma grande multiplicidade de saberes e proporciona diferentes formas de aprender (ALVES, 2007, p.13).

Celéstin Freinet (1978, p.33), firma que “Nos dias de hoje já não se pode continuar pensando em uma escola encerrada entre quatro paredes e completamente desvinculada do processo da comunicação”.

Paulo Freire, autor de *Pedagogia do Oprimido*, afirma que não se deve aplicar a educação bancária, ou seja, o professor não deve apenas transmitir o conhecimento. A educação deve ser multidirecional. Não deve-se entender o educando como objeto do processo, aquele que apenas escuta, que deve ser educado e que não tem conhecimento, mas uma pessoa que pode contribuir com o conhecimento de vida que tem.

Freire (1969) defende que a educação bancária apenas dita ideias, não há o intercâmbio, a troca delas. Só o professor ensina. Não há debates. Para o estudioso a educação bancária não oferece meios ou mecanismos para que o educando pense autenticamente, ele espera os conteúdos prontos, porque ao receber as fórmulas dadas, simplesmente as guarda. O aluno não as incorpora o ensino, porque este tem que ser resultado da busca.

Assim como na educação, a comunicação também já foi vista e defendida como unilateral. Os espectadores eram notados como recipientes vazios, onde apenas se depositava conhecimento. “O receptor era ‘tábua-rasa’, apenas um recipiente vazio para depositar os conhecimentos originados, ou produzidos, em outro lugar” (MARTIN-BARBERO, 1995, p.41). Porém nos dias atuais

Devemos abandonar a ideia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos, cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares. Devemos também descartar a suposição de que a recepção em si mesma, seja um processo sem problemas, acrítico, e que os produtos são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja que absorve água. Suposições deste tipo têm muito pouco a ver com verdadeiro caráter das atividades de recepção e com as maneiras complexas pelas quais os produtos da mídia são recebidos pelos indivíduos, interpretadas por eles e incorporados em suas vidas (THOMPSON, 1998, P.31).

Alves (2007, p.11) defende que é preciso colocar “a educação em sintonia com o ambiente social e cultural” devido às mudanças causadas pela presença das mídias, nas mudanças sociais, no modo de viver e também pela globalização. A autora completa que é necessário “compreender o processo de articulação entre a comunicação, a cultura e a educação sob a influência das novas tecnologias da comunicação, a que passaram a exercer um papel fundamental na sociedade globalizada”.

Assim, comunicação e a educação passaram a ser considerado um novo campo de estudos e pesquisas, na qual juntas podem estimular o aprendizado, trazer a realidade para dentro das salas de aula através das mídias, discutindo o cotidiano e com o intuito de encontrar possíveis soluções ou sugerir melhorias para o ambiente no qual os sujeitos estão inseridos. A essa interação, chamamos de Educomunicação, Comunicação e Educação e/ou Mídia-educação.

Esse novo campo de estudo tem o objetivo de estimular o aprendizado e não aceitar a denominação ao espectador de ‘tábua-vazia’, que Jesús Martin-Barbero passou a estudar na América Latina a educação para os meios, com o intuito de “proteger os enganos que o levavam a converter-se em uma vítima” (1995, p.41).

A inter-relação entre Comunicação Social e Educação ganhou densidade própria e se figura como um campo de intervenção social específico (SOARES, 1999, p. 19).

Para Baccega (2005, p.8-9), as crianças já chegam à escola alfabetizadas. Não nos referimos à escrita e a leitura, mas na alfabetização visual, o que chama de “alfabetização pós-moderna”. A autora defende que “a televisão introduziu-se como fonte de educação que não pode ser ignorada”.

Para Mário Kaplún (1998, p.201), “A educação necessita atualizar-se, adotar as novas tecnologias, valer-se dos modernos meios de comunicação: o rádio, o vídeo [...]”.

Embasado nos estudos dos pesquisadores citados, pode-se afirmar que a Comunicação fez-se um novo método de ensino, em pelo menos duas vertentes. No estudo para os meios, através do desenvolvimento de uma leitura crítica dos conteúdos e no estudo com os meios, preparando os educandos para a leitura crítica e acrescentando-lhes conhecimento de prática, no produzir comunicação.

Podemos caracterizar esse espaço de interface pela percepção de que o sistema educacional e seus processos e objetivos são tema e objeto de observação mediática – e, portanto, submetidos a uma interação social ampla e crítica. (BRAGA; CALAZANS, 2001, p.69).

Contudo, não se pretende aqui dar crédito apenas à comunicação como formato adequado e único à educação. A leitura e a escrita fazem parte da alfabetização, assim como a escola é um espaço de relações onde os seus também aprendem de modo informal e onde se despertam o pensamento crítico e criativo. Por esta razão a escola não deve fechar-se em si, mas usar também novas perspectivas e possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC’S), contribuindo para a construção do cidadão.

Aprender e comunicar são componentes de um mesmo processo cognitivo; componentes simultâneos que se inter-relacionam e necessitam se reciprocamente. [...] Educar é envolver-se e participar de uma rede de múltiplas interações comunicativas (KAPLÚN, 1998, p.215).

Um dos pioneiros a empregar o termo Educomunicação na América latina foi Kaplún, comunicador argentino que defendia o acesso aos meios de comunicação, por meio da participação, para que a sociedade não fosse meramente receptora dos conteúdos. Por meio de uma educação comunicativa, o estudioso defendia uma comunicação com participação, rica em conteúdo e trocas, com o objetivo de criar um ambiente que colaborasse para a construção e o desenvolvimento do conhecimento.

[...] Quando fazemos comunicação educativa, estamos sempre buscando, de uma ou outra maneira, um resultado formativo. Decidimos que produzimos nossas mensagens para que os

destinatários tomem consciência de sua realização, ou para suscitar a reflexão, ou para gerar uma discussão. Concebemos, pois, os meios de comunicação que realizamos como instrumentos para uma educação popular como alimentadores de um processo educativo transformador (KAPLÚN, 1998, p.17).

No Brasil, Ismar de Oliveira Soares define a Educomunicação como

O campo próprio do Educomunicador é aquele que se estabelece com a busca da gestão democrática e criativa da ação comunicativa, o que inclui as já conhecidas áreas dos estudos da recepção e da educação para a comunicação, assim como área das mediações tecnológicas em função da produção e do manejo do saber, levando as comunidades envolvidas a transformarem seus espaços educativos em ecossistemas comunicacionais expressivos (1999, p. 41).

Para Rivoltella (Apud FANTIN, 2006, p.51), o campo de interação entre comunicação e educação, chamado por ele de Mídia-educação é visto

Como prática social e disciplina curricular na formação de crianças, jovens e adultos trabalhando os conteúdos e as linguagens da alfabetização midiática. Capacitando os sujeitos a ‘ler e escrever’ criticamente com as mídias e discutindo temas como igualdade, direitos de acesso, participação e cidadania – temas do campo da mídia-educação.

Na concepção de Baccega (sd, p. 384), o campo comunicação/educação é uma tarefa complexa de entendimento que exige o reconhecimento dos meios de comunicação como “lugar do saber”. “O encontro comunicação/educação leva a nova metassignificação, ressemantizando os sentidos, exigindo, cada vez mais, a capacidade de pensar criticamente a realidade, de conseguir selecionar informação [...] e de inter-relacionar conhecimentos”.

Mônica Fantin (2006, p.36-37), defende que

A mídia-educação pode ser compreendida em duas dimensões: pode configurar-se como campo de conhecimento interdisciplinar na interseção entre as ciências da educação (didática em particular) e as ciências da comunicação (principalmente a sociologia da comunicação

e a semiótica), delineando-se também como possível disciplina, e pode ser entendida como prática social em contextos não só extraescolares.

Adotaremos nesta pesquisa a expressão definida por Rivoltela e Fantin, a mídia-educação, por ser usada também em toda a Europa, onde inúmeras pesquisas têm sido produzidas com o apoio governamental, por entender que a acepção dada pelos autores abranjam também níveis não-formais e informais, além do modelo formal de educação (diferente do caso da Educomunicação defendida por Soares, que tem como foco o trabalho desenvolvido na educação formal), porque a mídia-educação tem o foco principal não o produto final, mas o processo de participação e envolvimento dos participantes, analisando o desenvolvimento e a manutenção da cidadania e, por entender que a expressão Educomunicação resume a palavra educação em apenas 3 letras, ao contrário de mídia-educação, que mantêm a autonomia e a complexidade de dois campos específicos e de iguais pesos, sem hierarquizar um ou outro.

A mídia-educação é um campo de reflexão que não envolve apenas o campo formal, mas pensa e repensa todos os processos que propiciam a educação.

Desta forma, neste campo de estudo há duas vertentes. A apropriação dos meios, no qual a educação crítica é desenvolvida por meio da produção de vídeos, jornais, programas de rádio, por exemplo. E a leitura crítica da mídia que se dá através da desconstrução do material midiático, estudando separadamente os diversos elementos que o formam (conteúdo, edição, fontes, imagens).

A preocupação em analisar as possibilidades da interação entre a comunicação e a educação em outros níveis de aprendizagem, dá-se por entender que a comunicação comunitária é produzida, não somente nos bancos escolares. E o objetivo desta pesquisa é apreender a possibilidade de convergência entre a comunicação comunitária e a mídia-educação.

Assim, para entender qual é a relevância do novo campo de estudo, ou seja, verificar os estudos já realizados e suas formas de abordagem faz-se necessário, a priori, analisar o contexto atual dos níveis de interação e mudança dos meios de comunicação no cotidiano da sociedade. Neste contexto, as mídias estão diretamente ligadas à vida de todos e têm um papel informante e não menos importante, por isso, também educam.

Os avanços técnicos em eletrônica, informática e redes vem criando um novo campo de ação, novos processos sociais, métodos de trabalho, mudanças culturais profundas, novos modelos de aprender e de perceber o mundo e portanto, de intervir

nele, com repercussões significativas no campo da educação, a exigir transformações radicais nos métodos de ensino e nos sistemas educacionais.

Estamos sendo educados por imagens e sons e muitos outros meios provindos da cultura de mídias, o que torna os audiovisuais um dos protagonistas dos processos culturais e educativos, e a escola precisa redimensionar tais potencialidades [ainda que o texto escrito tenha seu lugar assegurado por ser um referencial fundamental que possibilita voltar, pensar, refletir] (FANTIN, 2006, p.27).

Segundo Alves (2007, p.13), a escola deixou de ser o único lugar oficial de aprendizado. O mundo, como um “espectro difuso, desprovido de centro”, tornou-se um ecossistema comunicativo, onde circulam múltiplos saberes e formas de aprender.

A discussão não se resume a tirar da instituição seu papel na educação, mas perceber os mais diversos contextos sociais que educam. Assim como instalar aparatos tecnológicos nas instituições de ensino, não garante a eficácia de educar para as mídias.

A escola cometeria um grande erro se tentasse se adaptar a essa realidade partindo de uma visão mecanicista, tecnicista, limitando-se a aparelhar-se com as novas tecnologias, mas mantendo intactos os velhos procedimentos de ensino baseados na idéia de transmissão do saber. Isso constituiria uma falsa resposta aos desafios colocados pelo ambiente cultural. Equipar-se com novos suportes técnicos não significa que a escola tenha compreendido o papel estratégico que tem a comunicação para a educação (ALVES, 2007, p.14).

Segundo Belloni (2001, p.46), a mídia-educação tem por objetivo a formação, e aqui complementa-se, o despertar do senso crítico e criativo do indivíduo, assim como a possibilidade de interação e de conhecimento na forma de produzir.

Pensamento crítico significa, por exemplo, capacidade para distinguir a fantasia da realidade, compreensão do que as mensagens da mídia são construções com fins específicos, compreensão do papel econômico, político, social e cultural da mídia nas comunidades local/global, compreensão dos direitos democráticos, negociação e resistência, identidade cultural e cidadania do seu grupo, bem como dos outros (ULLA, 2002 p.29).

O conhecimento técnico das formas e uso dos elementos usados na comunicação permite saber e entender os mecanismos aplicados a produção de materiais de informação e publicitários, fazendo com que o sujeito perceba, entenda, analise e se torne um agente multiplicador, que tem a função de disseminar a necessidade de análise crítica do que se lê, vê e ouve.

A mídia-educação não serve apenas como um conhecer sobre os meios e suas mensagens, mas é o conhecimento da estética, do conteúdo implícito e dos aspectos operacionais que permitirão usar a mídia como processo de educação.

Para Gutierrez (1978, p.32), “A educação deve proporcionar técnicas de aprendizagem, autoexpressão e participação. Este será, sem dúvida, um passo seguro que obrigará a sociedade a modificar os meios de informação em meios de comunicação”.

O principal pilar da mídia-educação é a preparação por meio da mediação. Mostrar ao sujeito como analisar as mensagens subliminares, os símbolos e os conceitos da indústria cultural que estão entranhados nos conteúdos midiáticos. “Educar para a mídia define bem uma nova necessidade e de ensinar os meios, fazer deles objeto de estudo e ao mesmo tempo instrumentos de comunicação e educação” (BELLONI, 2002, P.34).

Afinal de contas, ajudar as crianças a aprenderem a usar a mídia como um instrumento para o seu próprio desenvolvimento, a serem usuários críticos e inteligentes dos vários meios de comunicação, em vez de serem totalmente hipnotizadas ou de ficarem indefesas em relação à mídia, é o melhor investimento. Elas precisam aprender a explorar as melhores possibilidades que a mídia pode oferecer, ao mesmo tempo em que também se protegem dos efeitos negativos ou potencialmente prejudiciais, simplesmente aprendendo a ser seletivas e conscientes e a ler todas as formas de mídia (Ulla, 2002 p.312).

As características de uma consciência crítica se reconhece no desejo de análise, em profundidade dos problemas; o indivíduo percebe que há a possibilidade de uma realidade mutável; o senso comum é substituído por análise e busca de soluções autênticas, possíveis e por meio da mobilização do grupo; discute-se e procura-se verificar ou testar as descobertas e novas possibilidades; livra-se de preconceitos e passa-se a tentar entender o contexto; a indagação, a investigação, o diálogo, a valorização do velho e a busca do novo, assim como a atitude ao invés da passividade,

passam a fazer parte do cotidiano do sujeito. É mister destacar aqui que todas as características citadas neste parágrafo convergem com os objetivos da comunicação comunitária. Em resumo, a busca por uma formação de cidadania, no qual o indivíduo torna-se um participante ativo do ambiente em que está inserido.

“Educar para as mídias significa educar para viver em liberdade e responsabilidade em um novo meio ambiente. Isso significa, evidentemente, a necessidade de pensar uma nova pedagogia” (RIVOLTELLA, 2008, p.52).

Fantin (2007, p.2-3), complementa que educar para as mídias

Implica a adoção de uma postura “crítica e criadora” de capacidades comunicativas, expressivas e relacionais para avaliar ética e esteticamente o que está sendo oferecido pelas mídias, para interagir significativamente com suas produções e para produzir mídias também. E isso interpela as mediações escolares, visto que a educação para as mídias não se reduz aos meios e a seus aspectos instrumentais, pois as mídias situam-se numa arena de produção de significados.

2.2 Os primeiros passos

O pensamento de resistência aos produtos midiáticos, principalmente entre as décadas de 30 a 60, era fortemente influenciado pela Escola de Frankfurt. Os estudiosos afirmavam que a comunicação de massa tinha como objetivo a dominação da forma de pensar e consumir da sociedade, frente às novas perspectivas da indústria cultural, produção em série e do capitalismo. Desta forma, os primeiros estudos da mídia-educação tinham como foco uma educação voltada contra os meios, principalmente referente à publicidade, cinema e literatura popular.

O estudo da mídia-educação ganhou ainda mais força durante a segunda guerra mundial quando os Estados Unidos implantaram recursos audiovisuais à prática pedagógica para o treinamento de homens e mulheres para os trabalhos de guerra. Os resultados surpreenderam, especialmente na aprendizagem de línguas estrangeiras, o que gerou um movimento de expansão para a escola, pesquisas, debates, publicações.

Apenas numa segunda fase que o campo de estudo da mídia-educação teve um caráter não apenas de crítica, mas de discernimento e análise dos produtos.

Celéstin Freinet, estudioso francês, a partir da década de 20 usou o jornal impresso, pela primeira vez em sala de aula. O estudioso relata a experiência no livro O

Jornal Escolar. Para Freinet, a interação do aluno-professor é essencial para o aprendizado. E a metodologia do uso do jornal impresso em sala de aula envolve todos no processo, independente de classe social ou nível de inteligência. Como Freinet, Paulo Freire - estudioso brasileiro, acreditava e defendia que o conteúdo deveria estar ligado ao cotidiano dos alunos. Desta forma, a escola seria libertadora e o aluno buscaria pela sua própria educação.

Contudo, a expressão mídia-educação não havia sido definido. Foi apenas em junho de 1973, que o Conselho Internacional do Cinema e da Televisão (CICT) – organização ligada à Unesco, na França, a definiu como

Estudo, ensino e aprendizagem dos modernos meios de comunicação como disciplina autônoma no âmbito da teoria e prática pedagógica, reconhecendo a escola como lugar específico da mídia-educação (FANTIN, 2007, p.8).

Em 1979, o conselho aperfeiçoou a definição ampliando o campo de intervenção em duas direções:

Na extensão da mídia-educação aos aspectos históricos, valorativos e do uso criativo, considerando as mídias como produtos e processos culturais e sociais; na ampliação da disciplina escolas Mídia-Educação para outras faixas etárias, envolvendo crianças, jovens e adultos em geral (FANTIN, 2007, p.8).

Segundo Fantin (2006, p. 54), atualmente o Canadá, Grã-Bretanha, Austrália e África do Sul são os países que mais investem na pesquisa e na aplicação da mídia-educação na formação das crianças. Na América do Norte e em alguns de países da Europa, por exemplo, a mídia educação foi implantada para diminuir os efeitos que a mídia causa a população. A partir da década de 90, a Itália e a Espanha instituíram na grade escolar a disciplina de mídia-educação no ensino formal. Em algumas regiões dos Estados Unidos, as escolas têm trabalhado essa perspectiva nas salas de aula.

Ao longo dos últimos 30 anos, vários governos, especialmente na América do Norte e na Europa, decidiram estabelecer políticas educativas voltadas a minimização dos efeitos da mídia sobre as crianças e adolescentes. (...) a partir dos anos 40, outros países da Europa, assim como a Austrália e o Canadá passaram a adotar programas educativos destinados a enfrentar a presença crescente dos

meios massivos de comunicação na sociedade (SOARES, 1999, p. 28).

Jesús Martin-Barbero começou a estudar a educação para os meios na América Latina, com o intuito de “proteger o receptor, em corrigir seu ponto de vista para que ele pudesse, de algum modo, contrabalançar os enganos que o levaram a converter-se em uma vítima” (1995, p.41).

A investigação de Martin-Barbero, analisando a forma da recepção, deixa de considerar os receptores como uma massa homogênea, como também defendia Karl Marx⁷, e a massa passa a ser vista como uma multiplicidade e heterogênea.

Segundo Belloni (2002, p.47), os primeiros estudos sobre a interação entre a comunicação e a educação aconteceram no século XVII,

[...]quando eclodiu o movimento denominado ‘realismo pedagógico’ desencadeado por alguns educadores que se contrapunham à organização, à estrutura e aos métodos empregados na escola, em especial, ao excessivo verbalismo.

Com o avanço tecnológico, se repensou as formas de comunicação e educação. Fantin (2006, p.41), afirma que

A mídia-educação nasce e se desenvolve paralelamente à formação da indústria cultural ao longo das primeiras décadas do século XX. Naquele contexto, as mídias eram vistas como um mal que a educação deveria combater. Documentos datados de 1938 criticavam o sistema hollywoodiano e sua capacidade de perverter o gosto das jovens gerações, unindo-se a outras críticas mais antigas sobre os espetáculos de massa. Como veículos de uma anticultura, as mídias eram objeto de diversas reações por parte dos educadores. De um lado eram ignoradas porque eram consideradas irrelevantes e, de outro, sua crescente popularidade levou a escola a adotar um papel ativo de resistência cultural às vazias reações emotivas que a mídia parecia encorajar.

No Brasil os primeiros estudos aconteceram nos movimentos de resistência ao governo, “a história da mídia-educação no país revela o forte traço político que tem

⁷ Karl Heinrich Marx (1818 - 1883) foi um [intelectual](#) e [revolucionário alemão](#), fundador da [doutrina comunista](#) moderna, que atuou como [economista](#), [filósofo](#), [historiador](#), [teórico político](#) e [jornalista](#). O pensamento de Marx influencia várias áreas, tais como Filosofia, História, [Sociologia](#), [Ciência Política](#), [Antropologia](#), [Psicologia](#), Economia, [Comunicação](#), [Arquitetura](#) e [Geografia](#). Recentemente, em uma pesquisa realizada pela [Radio 4](#), da [BBC](#), em 2005, foi eleito o maior filósofo de todos os tempos.

marcado sua atuação nos movimentos sociais desde a época da ditadura militar nos anos 60” (FANTIN, 2006, p. 65).

As experiências de mídia-educação se desenvolveram de forma não-oficial, ou seja, foram instituições não governamentais e pequenos grupos informais que usavam as ferramentas deste campo para a educação dos seus, inicialmente entre as décadas de 60 e 80.

O percussor deste campo que defendia a inter-relação entre comunicação e educação no Brasil foi Paulo Freire. Já na década de 60 o estudioso defendia uma educação libertadora, a indissociabilidade entre a comunicação e a educação, que a educação deveria estar ligada à realidade dos alunos e que a vida de todos estava mediatizada, portanto na intercomunicação. Mesmo com mais aplicabilidade voltada para o ensino nas instituições públicas de ensino, Freire defendia um ensino multidirecional, que deveria ser pautado no dia a dia da comunidade e nas suas necessidades.

A comunicação está no centro de muitas ideias de educação em alguns pressupostos da pedagogia freiriana: no estilo e presença do educador cujo pensamento está em comunicação com a realidade; como espaço em que acontece o diálogo educativo; como materiais (fotografia, filmes, cartazes, etc.) através dos quais acontece a intervenção educativa que propicia a reflexão sobre a codificação-decodificação, análoga à semiótica e aos estudos culturais; e como instrumento de libertação do sujeito na medida em que as técnicas de comunicação da leitura e escrita propiciam um novo acesso ao mundo (FANTIN, 2006, p.75).

No Brasil, início da década de 60, um grupo mais progressista da igreja católica percebeu as possibilidades dos meios de comunicação como instrumento para a evangelização. A igreja passou a utilizar os meios para reforçar a presença na sociedade e mais tarde, como forma comunitária, denominado “meios grupais de comunicação”. Para o uso dos meios, era necessário que os fiéis tivessem uma postura mais crítica.

Segundo Cogo (1998, p.35), os bispos perceberam que era “urgente educar o povo para a produção e utilização de seus próprios meios de comunicação”, no qual o objetivo principal do projeto era “dar voz aos que não têm voz”.

As CEBs – Comunidades Eclesiais de Base eram grupos de pessoas católicas que se reuniam com o objetivo de discutirem os textos bíblicos. Criadas na década de

60, atingiram o apogeu na década de 70. O processo de estruturação das CEBs privilegiava a fala, a formação crítica e a comunicação comunitária ou popular. Esse movimento da igreja católica chamou-se MEB – Movimento de educação de base e pretendia alfabetizar a comunidade com o intuito de evangelizar. Este projeto é um dos primeiros registros da mídia-educação no país. “Em 1972, cerca de quinhentos mil acompanharam os cursos pelas rádios” (ASSUMPCÃO, 1999, p.34).

Foram criadas escolas radiofônicas, como centros de educação e conscientização, sementes de Igreja. Em 1965, eram 1410 escolas radiofônicas da Arquidiocese de Natal. Através delas, reuniam-se grupos de pessoas para alfabetizar-se, formar uma comunidade, menor que o povoado e a paróquia. Todos os participantes eram católicos. O trabalho era orientado pela Arquidiocese. Então, catequizava pela rádio. Aos domingos, as comunidades se reuniam em torno do aparelho de rádio para responder à missa que o bispo celebrava e para escutar a sua palavra (COGO apud MELO, 1998, p.36).

Décadas depois, em 2004, um programa oficial da cidade de São Paulo, chamado Educom – Educomunicação pelas ondas do rádio, foi implantado em todas as escolas municipais. Desenvolvido pela ECA/USP (Núcleo de Comunicação e Educação), coordenado pelo Professor Doutor Ismar de Oliveira Soares, o projeto objetivava a capacitação de alunos e professores do ensino fundamental para o uso do rádio e da televisão nas escolas para a produção de programas com cunho comunitário.

Timidamente, a mídia-educação tem ganhado espaço nos movimentos populares e nas organizações não-governamentais. Iniciativas como esta ainda “são consideradas práticas isoladas, que dependem mais do trabalho de profissionais do que de políticas públicas a esse respeito” (FANTIN, 2006, p.65).

Contudo, a mídia-educação, mesmo timidamente, com ações que aos poucos deixam de ser isoladas, busca criar, desenvolver e manter o senso e a postura crítica através de reflexões e ações, tendo como instrumento a inter-relação entre a comunicação e a educação.

2.3 A influência das mídias

Mas porque o estudo entre a comunicação e a educação se tornou, no início do século XXI, uma necessidade?

Devido aos avanços tecnológicos, as formas de comunicação afetaram os processos sociais. As distâncias deixaram de ser medidas em quilômetros e passaram a ser alcançadas em segundos, por meio das mídias digitais. Este processo instituiu mudanças culturais e novos modos de aprender e perceber o mundo, o que repercutiu no campo da educação, a ponto de exigir mudanças nos métodos de ensino. “Muitas crianças de hoje nascem num mundo envolto em tecnologia e se relacionam intensamente com ela, seja na figura da TV, do computador, dos celulares, dos videogames ou de tantos outros [...]” (LANGE *et al*, 2009, p.36).

Adolescentes brasileiros passam em média quatro horas por dia em frente à tv, segundo o estudo *A Voz dos Adolescentes*, publicado em 2002 pela Unicef. São mais de 21 milhões de garotos e garotas entre 12 e 17 anos, que representam 12,3% da população brasileira – uma audiência disputada agressivamente pelas emissoras, pois representa a possibilidade concreta de alcançar mais sucesso, mais publicidade, mais dinheiro em caixa (VIVARTA, 2004, p.10).

Nota-se a crescente importância da internet na rotina diária dos jovens, tanto em termos quantitativos (horas de utilização), quanto em termos qualitativos (variedade de atividades executadas: comunicação, informação educacional, informação em geral, consumo cultural e consumo de bens e serviços).

A tecnologia tem a capacidade de alterar a relação do sujeito com o meio em que vive. Manuel Castells (Apud SOARES, 1999, p.102) afirma que “a informação representa o principal ingrediente de nossa organização social, e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico de nossa estrutura social”.

O sujeito está inserido nessa conjuntura social e cotidiana. E para uma educação de qualidade, voltada à formação plena, o método educativo deve integrar as formas de comunicação, por meio de uma perspectiva que considere o diálogo bidirecional. De acordo com Belloni e Fantin (2008, p.200), a integração das novas tecnologias é necessária nos processos educacionais, “para que esteja em mais sintonia com as demandas geradas pelas mudanças sociais típicas da sociedade contemporânea de economia globalizada e cultura mundializada”.

A tecnologia empregada nos meios de comunicação, que permitem a instantaneidade, a agilidade e a mobilidade tem alterado a relação do homem no ambiente em que vive. Ela tem se tornado agenda da organização social, sendo canal de troca de mensagens, imagens e sons. É como se o homem vivesse em uma aldeia global, ou uma grande sociedade em rede.

Se o homem é um animal suspenso em teia de significado que ele mesmo teceu, como Geertz uma vez observou, então os meios de comunicação são rodas de fiar do mundo moderno e, ao usar estes meios, os seus humanos fabricam teias de significação para si mesmos (THOMPSON, 1998, p.20).

O mundo em redes envolve o homem em suas redes, de energia, de água, telefonia, bancária, comercial, de informações e de significados provocando a simbiose presencial-virtual de um novo mundo, o mundo digital. As barreiras da linearidade, da fragmentação dos saberes são rompidas e surge um novo estilo de sociedade, vinculada a uma nova ecologia cognitiva, que provoca a transformação do pensar, das formas de aprender, de se organizar, constituindo um novo ambiente cognitivo. Novas linguagens são socializadas, não apenas como utensílios, mas como reflexão do observar, do conhecer, das ações e das emoções, que caracterizam a singularidade do ser humano e compõe o cenário de interação cognição, ciência e vida cotidiana (ASSMANN apud MATURANA, 2005, p.46).

Asmann (2005, p.16), ainda afirma que o aprendizado acontece durante toda a vida, desde o início da escolaridade obrigatória, do trabalho e em casa, por meio das experiências da vida e com a ajuda de diferentes instituições (família, escola, amigos, igreja, colegas de trabalho e os meios de comunicação).

A essa comunicação digital, aplica-se várias expressões, como “revolução tecnológica”, “virada cibernética”, “digitalização da sociedade”, “sociedade do conhecimento”, ou ainda “sociedade da informação”. O fato é que todas as transformações técnicas e comunicacionais geraram novos desafios tanto nos processos de sociabilidade quanto na educação.

A integração das tecnologias de informação e comunicação aos processos educacionais é uma das transformações necessárias à escola para que esteja em mais sintonia com as demandas geradas pelas mudanças sociais típicas da sociedade contemporânea de economia globalizada e cultura mundializada (BELLONI, 2008, p.100).

Além de convergirem em formas de socialização e transmissão simbólica, as mídias contêm e difundem informações socioculturais que resultam na construção de significados, construindo a leitura do mundo.

2.4 Porque e quando trabalhar usando a mídia na educação

De que forma as mídias, na perspectiva da mídia-educação podem contribuir como possibilidade de oferecer novos olhares? O avanço tecnológico permitiu novas formas de obter informações, interagir e também fazer comunicação. São novos modelos de interação que carregam em si, novos ambientes de aprendizagem. A educação à distância é um exemplo. São ambientes multidimensionais, com diferentes estilos de aprendizagem.

Com o uso da Internet as experiências de aprendizagem ultrapassam o espaço físico da sala de aula, os limites das disciplinas e expressam a dinâmica da vida, o conhecimento vivo, que não fragmenta o mundo e os seus fenômenos. São vivências em espaços de conhecimento que avançam do currículo unificado para um currículo transdisciplinar e consideram os saberes e as competências individuais dos sujeitos envolvidos, que se tornam relevantes e integrados. A aprendizagem é vista de maneira mais imediata, real e pessoal e acontece num espaço invisível de construção de novos caminhos, de re-significação de outros, transformando o pensamento linear em pensamento em rede, hipertextual, mais ligado à vida (DELGIN Apud MORAN, 2005, p.69).

Belloni (2002, p.65), afirma que o uso de mensagens (ela atenta-se para o uso dos audiovisuais), resulta no aumento da receptividade dos alunos, na criação de novas situações perceptivas, estímulo à atividade escolar, entre outros. A autora complementa que no processo da aprendizagem ativa o sujeito deve ser autor do seu próprio saber.

Perceber esses novos caminhos e canais permite o visualizar de novas dimensões e níveis de aprendizado. É pertinente que neste caminho, se aprenda a selecionar o novo e elimine-se o que é prejudicial. Porém, o “ruim” pode servir de canal de análise para o despertar do senso crítico.

O espaço educacional não estará preso entre quatro paredes ou cercado por muros. Com os meios de comunicação é possível trocar informações e fazer pesquisas.

A educação tem suas possibilidades otimizadas pela possibilidade de integração de várias mídias. Na televisão há canais educativos que podem servir de base para aulas de diversas disciplinas. O rádio pode ser usado como meio de comunicação interno, por ter baixo custo e a produção dos programas mostrar o (des)construir como formato de aprendizagem e interdisciplinaridade. Tem-se ainda a possibilidade de fazer um jornal escolar, abordando temas referentes à comunidade escolar e à realidade dos assuntos. A internet pode ser usada como forma de intervenção e luta por direitos e mesmo para mobilização da comunidade, por e-mail, blog ou outras mídias sociais. Em todos esses formatos de mídia, o educador não deve censurar, mas acompanhar, sugerir, incentivar, questionar e principalmente, aprender com o aluno.

Por meio de trabalhos mais interativos e multidirecionais, o método de ensino torna-se mais atraente ao educando, pois o conteúdo, além de imagens e sons, faz parte do dia a dia dele.

Essa metodologia resulta no aumento das conexões interpessoais, linguísticas, tornando-se eficaz na absorção do conhecimento. Isso porque ele pode se direcionar e tem na metodologia a oportunidade de questionamento e a busca de respostas. Esse aluno interage com inúmeros textos, imagens, narrativas, culturas e conteúdos, além do inter-relacionamento na rede.

Trabalhar com as mídias, tendo como foco principal a busca do senso crítico e o despertar da cidadania, ajuda a desenvolver a intuição, a flexibilidade, a resolução de problemas e a adaptação de ritmos de aprendizagem.

A escola e o sistema educativo deveriam fazer uma aliança crítica em relação aos meios de comunicação. A escola deveria ir se convertendo em um fórum, onde se orientem, se sancione, critiquem e legitimem os aprendizados feitos pelos alunos em espaços extra-escolares. Isso deveria à ela um papel relevante no processo educativo. A escola também deveria definir uma estratégia de alfabetização múltipla e abandonar suas pretensões de se a única instituição educativa, afirma Guillermo Orozco (apud VIVARTA, 2004, p.62).

O estudioso Mário Kaplún afirma que

Em concordância com uma educação que quer ser formativa e não só informativa, que suscite a criticidade e a criatividade, o modelo

de comunicação terá que ser participativo, dialógico, multidirecional (apud MELO, 2006, p.72).

A citação de Kaplún afirma a convergência, novamente, entre a comunicação comunitária e a mídia-educação em seus objetivos e métodos. E complementa que esse sujeito, comunidades e grupos, ao passarem a participar direta e ativamente do ciclo comunicacional, se tornam emissores e autogeradores de mensagens. Esse processo fará com que o emissor entre em um processo de autoeducação. Onde o objetivo não é o produto final, mas o processo que ocorre durante a construção. O que importa é o crescimento que se faz nos participantes, referente à aprendizagem de expressão e comunicação. Essa é a cidadania que deve ser buscada.

Cabe então à escola educar e orientar os jovens para o exercício da cidadania no que diz respeito à abertura para a discussão e a apropriação das mensagens midiáticas e das relações que ali mesmo se estabelecem, onde é possível desenvolver a consciência crítica e o espírito cidadão (GOIDANICH apud BELLONI, 2002, p.78).

O desenvolvimento de uma abordagem integradora deve ter como intuito a promoção de um usuário crítico, autônomo e independente.

O indivíduo nasce com determinadas características e potencialidades que podem ser desenvolvidas ao longo da existência humana, desde que ele encontre condições de fazê-lo ao longo de sua experiência. Entendemos que o ser humano é possuidor de potencialidades passíveis de desenvolvimento: dessa forma, a consciência e a sensibilidade, quando desenvolvidas, transformam-se em capacidades e incorporam-se à maneira de ser e agir do sujeito social. Desenvolvê-las seria um compromisso com a humanização do indivíduo (CAMPOS, 2002, p.19).

No caso específico da TV, Girardelo (2008, p.131) pontua três fatores que influenciam o nível de recepção das crianças. São eles: o tempo de exposição, se há ou não mediação e o conteúdo da programação.

Um dado preocupante, citado anteriormente, é o tempo excessivo que os jovens brasileiros passam em frente ao aparelho diariamente. O conteúdo da programação nem sempre é indicado para tal faixa etária. E há a necessidade da mediação de um adulto, quanto ao controle do tempo de exposição e da análise apropriada do conteúdo em

relação à idade. “O tempo em que a criança passa assistindo TV aparece como ferramenta na influência do meio sobre a imaginação” (GIRARDELLO, 2008, p.131).

Para possibilitar a mediação da comunicação e da educação, professores, educadores, pais e comunicadores devem estar preparados.

No caso de padrões de audiência relativamente baixos, a mediação adulta parece como grande diferencial na qualidade imaginativa da experiência da criança com a televisão. A televisão pode mesmo nutrir a imaginação se a experiência for guiada por um adulto que ajuda a criança a contextualizá-la, a assistir à TV criticamente e a compreender a linguagem do meio, suas riquezas e limitações (GIRARDELLO, 2008, p.131).

Assim, surge o educador ou mídia-educador, que é um profissional preparado para fazer essa ponte entre os dois campos epistemológicos em questão.

Esse profissional não é um professor especializado encarregado do curso de educação para as mídias, é um professor do século XXI, que integra as diferentes mídias em suas práticas pedagógicas (BELLONI Apud JACQUINOT, 2002, P.30).

Segundo Fantin (2006, p.89) ele pode ter sua formação pensada a partir de diversos níveis, como

Cursos de capacitação para educadores tendo como objeto as mídias e as novas tecnologias; cursos de graduação e de pós-graduação nas áreas de comunicação e educação; acompanhamento de experiências de movimento e animação cultural e do tipo curricular sobre os aspectos da comunicação de massa, entre outras.

Adotaremos nesta pesquisa, a expressão mídia-educador.

É necessário ressaltar que o mídia-educador deve ser um profissional que trabalhe com a educação e seja sintonizado com as novas tecnologias de informação e as linguagens da mídia e um comunicador que tenha preocupação educacional. Ambos devem ter a preocupação com a cidadania e a busca do senso crítico. A preparação deste profissional deve envolver a universidade, a escola e a sociedade.

Fantin (2006, p.94) afirma que o mídia-educador

Seria um profissional que atuaria no plano crítico ativando as competências necessárias para integrar conscientemente a esfera midiática (decodificação crítica das mensagens, avaliação dos produtos, análise das dimensões econômicas, políticas e culturais, etc.); e um profissional como formador multimídia, que atuaria no plano tecnológico (uso dos meios como suporte de aprendizagens, produção de mídias, planejamento e gestão do ambiente didático *on line*), assim, a competência do mídi-educador envolve a mediação cultural e técnica.

O mídi-educador é o mediador, o fomentador de discussões. Ele provoca dúvidas, reflexão e acena possibilidades. Ele não quer transmitir conteúdo ou saber, o objetivo é construir uma educação baseada na participação, na liberdade e na criatividade. A comunicação unilateral não pode existir. O professor deve adotar uma nova postura, como um condutor do conhecimento, aquele que não dá a palavra final, mas permite e estimula a contra palavra.

Dentro da perspectiva de mídi-educação, as instituições podem trabalhar para ensinar com os meios de comunicação ou para eles, sendo que o resultado pode alcançar toda a sociedade. Há duas vertentes na aplicação da mídi-educação. Um âmbito de estudo é mais instrumental, enquanto o outro mais conteudista. Porém, os dois buscam o despertar do senso crítico e a cidadania. O objetivo é pensar as mídias como recurso ou ferramenta para a educação, porque as mídias são “visões do mundo” e portanto, formativas.

A mídi-educação pode funcionar como instrumento cultural e educativo, tanto no sentido da formação prático-reflexiva dos profissionais da comunicação, como na formação e capacitação de educadores. Como instrumento cultural, seria uma oportunidade dos profissionais da comunicação refletir sobre sua própria atividade, relacionando-a com a responsabilidade social e educativa que ela implica (construção de notícias, qualidade dos programas televisivos, etc). como instrumento educativo, construiria a competência dos professores e dos educadores em geral, como por exemplo, pais, operadores grupais e outros profissionais que trabalham com educação não-formal (FANTIN, 2006, p.53).

Masterman (apud FANTIN, 2006, p.71) apreende todas as perspectivas que a aplicação da mídi-educação pode ressaltar em uma comunidade. Segundo o estudioso, os participantes podem entender e analisar os mecanismos da mídi, “revelando seu caráter de construção”, ensina a investigar, entendendo e comparando a realidade

construída pela mídia e a realidade e valores culturais; é um instrumento de análise; um processo de longo prazo que deve ser aplicada por toda a vida; “a mídia-educação visa não só a compreensão crítica, mas também a autonomia crítica”.

O ensino *com os meios* objetiva que a mídia se torne uma forma didática de ensino, incluindo além do livro, novos suportes tecnológicos. Essa vertente da mídia-educação chama-se contexto metodológico ou tecnológico.

A educação *para os meios* quer fazer uma leitura aprofundada dos símbolos, ícones e mensagens. Uma outra expressão usada à esse estudo é Leitura Crítica da Mídia. O objetivo é investigar as formas de abordagens e os interesses do conteúdo apresentado. Moran (1989, p.7) define que a “Leitura Crítica da comunicação, é uma leitura específica, uma parte da leitura da realidade, da sociedade”. Esse método é chamado contexto crítico.

A educação *através dos meios* refere-se à produção de mensagens. É a utilização da mídia como linguagem. Para a produção de programas é necessário, além da leitura crítica, a criatividade e o conhecimento técnico. O contexto é produtivo.

A escolha pelo tipo do processo deve levar em conta o aparato tecnológico, estrutura física, humana e financeira disponíveis. Mesmo que o objeto central não seja o produto final, mas a qualidade, é necessário ter equipamentos que ofereçam possibilidades para o estudo.

Contudo, ambos devem ser fontes de conhecimento e proporcionar um processo de educação ativa, num movimento horizontal, onde o indivíduo seja o sujeito do seu próprio processo de saber. Mas é necessário ressaltar que o objetivo principal é o desenvolvimento e a manutenção da cidadania.

A escola, como parte da sociedade, precisa estar preparada para acompanhar e participar das transformações em curso pela introdução dos recursos informáticos e comunicacionais cada vez mais numerosos e velozes que passam a integrar o dia-a-dia dos cidadãos (GOMES, 2002, p.121).

Os mediadores, chamados mídia-educadores, precisam estar em constante aperfeiçoamento do conhecimento e das técnicas e aceitar que o sujeito traga para a instituição suas dúvidas, seu dia a dia, seus conhecimentos. E na construção desse saber,

as mídias e a tecnologia que fazem parte da vida deles, devem estar inseridas, mas, num formato de análise crítico.

O tipo de acompanhamento doméstico efetuado (ou não) por pais e parentes – a restrição do tempo de exposição às mídias, a limitação do acesso a determinados conteúdos e/ou o diálogo sobre cenas e acontecimentos – também é um elemento demarcador (SAMPAIO, 2009, p.12).

A comunicação de massa não tem em sua essência o caráter educativo, mas o entretenimento, ao contrário dos formatos produzidos pela mídia-educação e pela comunicação comunitária que buscam o despertar de um olhar mais crítico e de um sujeito menos vulnerável à mídia.

Desta forma, o uso dos meios de comunicação deve ser incorporado à educação como ferramenta pedagógica.

A tentativa de recolocar a educação em sintonia com ambiente social e cultural profundamente modificado pela presença das mídias, pela globalização e pela reestruturação dos modos de ser e viver dos indivíduos e grupos sociais exige que assumamos a tarefa de tentar compreender o processo de articulação entre a comunicação, a cultura e a educação sob a influência das novas tecnologias da comunicação que passaram a exercer um papel fundamental na sociedade globalizada (ALVES, 2007, p.11).

Segundo Goidanich (2002, p.121), “a escola não é a única porta de acesso ao conhecimento formalmente construído pela humanidade e espaço para formação da sensibilidade (ética e estética) e da cidadania”, esse espaço representa um lugar, onde há a possibilidade para apropriar-se do conhecimento, mas ao mesmo tempo ter a oportunidade de ter acesso a novos recursos tecnológicos e comunicacionais. Tanto o espaço voltado à educação quanto à comunicação apresentam valores e conceitos.

O saber, de fato, não se encontra mais guardado nos depósitos (na biblioteca, no arquivo), aos quais é preciso dirigir-se para atingi-lo, mas está disponível à própria consulta através das próprias telas, que fazem aumentar sua circulação [...] Multiplicar as telas significa não

só multiplicar as possibilidades do ser e do saber, mas também dos espaços do habitar, do viver social (RIVOLTELLA, 2008, p.42-43).

Contudo, a educação, independente do meio ou lugar onde seja construída, é o elemento essencial de uma sociedade democrática. “A educação emancipadora - a verdadeira formação que forma a consciência verdadeira - deverá ser um dos caminhos para a democracia política e social, para a construção de uma sociedade mais justa, mais sólida e inclusiva” (BELLONI, 2002, P.9).

Mesmo que o nível de aceitação do conteúdo transmitido pela mídia seja diferente de um sujeito para outro, esses, ao serem despertados para o senso crítico, podem usar, trabalhar e reelaborar os produtos a favor deles. A recepção é um processo hermenêutico, ela depende de um certo grau de atenção e interpretação do receptor. “Interpretação, como Gadamer diria, não é uma atividade sem pressuposições: é um processo ativo e criativo no qual o intérprete inclui uma série de conjecturas e expectativas para apoiar a mensagem que ele procura entender” (THOMPSON, 1998, P.44).

As mídias são parte vital da nossa cultura. Então, devemos repensar o conceito de alfabetização e ensino no século XXI. Girardello (2008, p.155) afirma que existem “4C” que definem a Mídia-educação, defendendo um ensino integrador: cultura, crítica, criação e cidadania. Desta forma, a autora complementa que além do saber (conteúdo-domínio), é preciso saber-fazer (habilidade técnica).

A educação voltada ao senso crítico, à sensibilidade e à cidadania são os objetivos da mídia-educação e da comunicação comunitária. Ambos campos de estudo defendem que

A capacidade de perceber o mundo pela percepção estética torna-se possível quando o sujeito encontra espaço para fazê-lo, qualidade que contribui para educar e formar um sujeito humano, capaz de provocar mudanças no contexto social, hoje apontadas como urgentes e necessárias (CAMPOS, 2002, p.19).

Para Campos e Belloni (2002, p.20), a sensibilidade também é necessária no processo educativo e

Representa uma abertura constante do mundo e nos liga de um modo imediato ao acontecer em torno de nós, sensibilidade é uma porta de “entrada das sensações”, construídas nas relações do “ser” com o externo natural e social, a todos oferecida e apreendida por todos os que se dispõem a vivenciá-las.

A Mídia-educação vem para assumir o desafio da alfabetização múltipla, educando não só através do oral e da escrita, mas de outras instâncias como museus, teatros, música, com as mídias, através das relações inter-pessoais, de pesquisas, enfim, por meio de outras linguagens, também legítimas e fundamentais para a socialização e na apropriação de conhecimentos.

É importante ressaltar que o mediador deve estar preparado tanto técnica quanto metodologicamente para trabalhar com as mídias. Além disso, “é possível crer que o sujeito pode querer ou não querer aprender, ficando a sua escolha o como aprende e o quando; ou seja, ele é o sujeito, o “senhor” de seu conhecimento e de sua aprendizagem” (CAMPOS, 2002, p.20).

Para finalizar este tópico acrescentamos que

O trabalho no campo da educação para a comunicação desemboca, quase necessariamente, na produção e na busca de alternativas comunicacionais. Alternativas que se impõem pela necessidade de quebrar a unidirecionalidade dos processos de comunicação existentes. É dentro dessa perspectiva que se insere o trabalho da escola na formação do senso crítico (GOMES; SOARES, s.d, p,11).

2.5 Educação formal, informal e não-formal

O ser humano é um ser em construção. O meio em que vive vai moldando a personalidade, educando e o preparando para a vida em sociedade. Este aprendizado pode acontecer em 3 vertentes: pela educação formal, não-formal e informal. Este capítulo tem o objetivo de identificar as diferenças de cada tipo de educação para que possamos entender ainda mais como a comunicação comunitária e a mídia-educação inserem-se no cotidiano da comunidade.

Antigamente defendia-se que apenas a família, a escola e a igreja educavam. Num mundo globalizado, marcado pela velocidade da informação, com múltiplas linguagens e culturas, a forma de definir o saber mudou.

Afinal, hoje o saber está em toda parte: na escola, no livro, no professor, no museu, na biblioteca, no cinema, na televisão, na Internet. E nessa perspectiva, a formação precisa ser entendida como formação cultural que envolve o amplo repertório imagético literário, artístico, musical, midiático, das diversas produções humanas disponíveis (FANTIN, 2008, p.154).

Com inúmeras formas de saber, cogitou-se como a aprendizagem era inserida na vida das pessoas. Gohn (s.d, p.27-29) pontua as diferenças entre os objetivos, formas de aplicação, ambientes e agentes da educação formal, informal e não-formal. A autora começa a diferenciá-las.

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, no bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.

Para completar o pensamento da estudiosa e entender melhor sobre as diferenças, dividiremos os itens em uma tabela, pontuando os três tipos de educação e aplicabilidade.

	Educação formal	Educação não-formal	Educação informal
<i>Quem educa</i>	Professores	O outro com quem interagimos	Pais, família, amigos, vizinhos, colegas de escola, os meios de comunicação e a igreja
<i>Onde</i>	Escolas e/ou instituições regulamentadas por lei	Fora dos bancos escolares. Acontece onde há processos interativos intencionais (ONGs e associações de bairro, por exemplo)	Em casa, no bairro, na igreja, com o grupo com que se socializa
<i>Contexto</i>	Ambientes onde regras e padrões são normas	Em ambientes e situações de interação coletivas, onde o indivíduo pode optar em participar	Ambientes espontâneos onde há relações sociais
<i>Objetivos</i>	Aprendizagem de conteúdos normatizados por instituições legais	Capacita os indivíduos a serem mais críticos perante a sociedade através de um processo interativo e participativo	Socialização entre os indivíduos
<i>Necessidades</i>	Tempo, pessoas	Trabalha e forma a cultura	Não há sistematização,

	capacitadas, sistematização, metodologia, organização por séries, idade e conteúdo, regulamentação, leis e o envolvimento de órgãos oficiais	política do grupo. Busca pelo sentimento de pertença dos indivíduos, busca a solidariedade, o grupal, a identificação de interesses em comum e da cidadania	metodologia, não é organizada. As experiências são repassadas a partir de práticas e convivência. O campo de atuação é de emoções e sentimentos
<i>Metodologia</i>	Formal, aplicada de acordo com as leis instituídas	Desenvolvimento e manutenção do pensamento crítico, modos de agir, contexto social. Forma dinâmica e caráter humanista	Vivência e interação
<i>Resultados</i>	Certificação, titulação e a aprendizagem efetiva do conteúdo oficial da grade escolar	Segue abaixo	Surtem sem planejamento. O senso comum é um dos resultados da interação

Os resultados da educação não-formal podem resultar em:

- Consciência e organização de como agir em grupos coletivos;
- A construção e reconstrução de concepção(ões) de um mundo e sobre o mundo;
- Contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade;
- Forma o indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacita-o para entrar no mercado de trabalho);
- Quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes a educação não-formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de auto-ajuda denominam, simplificada, como a auto-estima); ou seja dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de auto-valorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, etc);
- Os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler a interpretar o mundo que os cerca (GOHN, s.d, p.31).

Identificando os três tipos de educação, pode-se verificar a aplicabilidade da mídia-educação nos três níveis. Na educação formal, com o uso das disciplinas oficiais da grade curricular. Na educação informal, onde os conteúdos culturais e sociais fazem parte do desenvolvimento e dos assuntos abordados. E na educação não-formal para a formação de um indivíduo mais crítico que busca, oferece e contribui para a o bem coletivo. A mídia-educação pretende agregar os conhecimentos formais e de vida de

cada um, fazê-los entender, questionar e buscar resoluções, propiciando um sentimento de pertença e de solidariedade.

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc (GOHN, s.d, p.28).

CAPÍTULO III - O que é participação?

Almeja-se, com este capítulo, entender os conceitos e fundamentos, aprofundando-se nas possibilidades e níveis da participação, a importância da participação popular para a sociedade e como se dá o processo nas oficinas de Comunicação Comunitária e Mídia-educação.

3.1 Conceitos e fundamentos

Uma das características mais marcantes da comunicação Comunitária e da Mídia-educação é a participação.

O dicionário da língua portuguesa Michaelis (2008, p.644), define participação como “ter, tomar parte, partilhar, comunicar, informar, associar-se pelo conhecimento ou sentimento, solidar-se, compartilhar”. Este é o ponto de partida para entender-se a dinâmica da comunicação comunitária e da mídia-educação.

Para Cortez (2004, p.221), “A participação é um exercício dialógico. [...] É parte do direito humano de ser igual quanto ao direito de construir sua própria individualidade”.

A princípio, a Comunicação Comunitária, foi usada como canal de informação pelas classes subalternas e dos movimentos contra-hegemônicos, para servir de meio de difusão de mensagens que não interessavam aos detentores do poder. Já a Mídia-educação só tem resultados com a participação dos educandos e educadores para a produção das mídias.

Porém, o direito de se comunicar não está restrito aos movimentos libertadores e contestadores, tampouco fica restrito aos profissionais de mídia e autoridades. Na década de 1990, sobretudo após a popularização da Internet, e neste século, a criação e divulgação de conteúdo foram facilitadas.

Contudo, a mobilização em busca ao direito de acesso as informações transformou a mídia toda numa espécie de “comunicação horizontal limitada”, onde o público, de maneira geral, se entende participante dos processos de comunicação. “Qual o poder de decisão que esse cidadão tem no processo de edição de suas participações? Nenhum” (PERUZZO, 2005. p. 250-251).

A verdadeira comunicação horizontal se dá dentro dos aspectos de criação, divulgação e participação completa da Comunicação Comunitária e da Mídia-educação, que tenta ser anulada, em seu conteúdo limitado, pelas grandes corporações de comunicação, como forma de apresentar conteúdos participativos.

Nos meios de comunicação de massa, o cidadão se sente participante do processo, porém tem sua intervenção controlada e editada durante o processo. O próprio sentido de participação coletiva fica interrompido pela seleção das fontes limitadas dentro da lógica de produção dos conteúdos dos meios de comunicação massivos.

Ao contrário, os processos da Comunicação Comunitária e da Mídia-educação, intensificam e amplificam a participação, criando estruturas e métodos de inclusão dos cidadãos no processo.

São os meios de comunicação comunitários que mais potencializam a participação direta do cidadão na esfera pública comunicacional no Brasil contemporâneo. Eles estão mais ao alcance do povo se comparado a grande mídia. “Moram” ao lado, poder-se-ia dizer, possuem um endereço conhecido e podem demonstrar a viabilidade do acesso das pessoas através de suas práticas cotidianas, tanto nos conteúdos que são transmitidos como na gestão coletiva das pequenas organizações de comunicação (PERUZZO, 2003, p. 251).

Porém, é preciso esclarecer que mesmo nos meios de Comunicação Comunitária e na Mídia-educação, nem sempre a participação completa, em todos os níveis é possível, embora esteja sempre aberta a possibilidade em algum nível da participação, “[...] a participação nos microfones é bem comum. Nesse caso, ela chega a ser tão importante que contribui para caracterizar uma rádio como sendo comunitária” (PERUZZO, 2003, p. 251).

Diferentemente dos meios massificados de comunicação, a participação nos processos da Comunicação Popular ou Comunitária são irrestritos, aberto aos indivíduos, desde que atendendo ao contexto de envolvimento que caracterizam uma comunidade, tendo no seu processo criativo o engajamento pela transformação do sujeito no cidadão; com uma produção que atenda as demandas da comunidade, e acompanhada de produtos culturais e educativos sem finalidade lucrativa e partidária.

A participação significa estar inserido no processo, não apenas como receptor, mas como emissor. Kaplún (1998, p. 67-69), afirma que a participação estimula para a

troca de opiniões, do diálogo, apontam possíveis notícias, contribuem com informações, são pessoas que trabalham de forma grupal com foco no interesse da coletividade.

Há níveis de participação, conforme o capítulo abaixo que iremos abordar. Contudo, é importante ressaltar que o nível de participação é um processo. O sujeito, muitas vezes, sente-se aos poucos seguro em dar opiniões e sugerir pautas. Vai aprendendo aos poucos como fazer. “É preciso avançar pacientemente, passo a passo, sabendo que a participação é um processo. Que não se dá de um dia para o outro. Nem se dá tão pouco por geração espontânea: tem que ser estimulado” (KAPLÚN, 1998, p.77).

Tanto na comunicação comunitária quanto na mídia-educação, o estímulo é necessário para que os participantes sintam segurança e passem a contribuir para os processos.

[...] o primeiro requisito para que a comunidade (os membros de uma organização) comecem a envolver-se na comunicação é que não sejam alheios às mensagens que se propõe, mas que se sintam seus, próprios, que se reconheça com eles (KAPLÚN, 1998, p.80).

A diferença entre os meios de comunicação de massa e os materiais produzidos no formato comunitário é que o conteúdo é resultado de diálogos entre a comunidade, ou grupo, que decide a melhor forma de expressão.

Todo processo de comunicação educativa adquire importância decisiva no momento em que os participantes quebram a dilatada “cultura do silêncio” e começam a recuperar a palavra. Sem essa instância em que deixam de ser meros receptores passivos e calados e passam a converter-se em emissores, não haverá um real processo neles (KAPLÚN, 1998, p.142).

3.2 Níveis de participação

Ao ressaltar os aspectos básicos da Comunicação Comunitária e da Mídia-educação, como apropriação dos meios de comunicação e participação ativa da população na criação, difusão e recepção dos produtos por ela criados, é importante compreender os níveis dessa participação, em meio ao processo comunitário.

A democracia está ligada diretamente à participação. Para Bordenave (1983, p.16), há duas formas de participar. Uma de base afetiva e outra de base instrumental. A afetiva acontece, segundo o autor, quando há prazer em estar inserido e fazer parte do processo. A de base instrumental visa a busca de soluções em grupos, sendo mais eficiente do que fazer sozinhos.

Bordenave (1983, p.27-35), pontua maneiras de participar: O primeiro tipo de participação é a de fato, na qual o homem está inserido desde a criação do mundo; O segundo é a participação espontânea, na qual o indivíduo é inserido em grupos, no bairro, com os vizinhos; A participação imposta, que impõe obrigatoriedade nas atividades consideradas indispensáveis; A voluntária, onde os grupos se organizam voluntariamente (sindicatos, cooperativas, etc) e a participação concedida, por exemplo, na co-participação de lucros de uma empresa.

Na participação a distribuição de funções contribui para o crescimento, organização do processo e descentralização do processo, tornando a democracia um pilar do sistema. Contudo, a prática da participação é um exercício que os indivíduos aprendem. “A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa” (BORDENAVE, 1983, p.46).

Merino Utreras (1988, p. 28-29), apresenta como níveis da participação, sendo eles: produção, planejamento e o da gestão. Vale explicar os três níveis que apresenta o pesquisador:

O nível de produção acontece quando a população se envolve na construção dos programas, auxiliados por profissionais da comunicação, a lidar com os recursos técnicos próprios ao veículo, seja ele impresso, digital, radiofônico ou outro; o planejamento está ligado à formulação de objetivos, de projetos, no entendimento dos princípios e definição de políticas; A gestão se relaciona com o planejamento do veículo de comunicação, contemplando o debate de programação, conteúdos e horários, assim como nas questões relacionadas à administração da organização. Para Peruzzo (1995, p.144), pode-se acrescentar mais um nível entre esses: “aquele em qual as pessoas se envolvem, tão-somente e ocasionalmente, nas mensagens divulgadas, sem interferir diretamente nos demais processos”.

Baseada nessa perspectiva Peruzzo (1995, p. 144), apresenta, de maneira mais didática, níveis de participação ampliada, da população em geral, nos meios de comunicação comunitários. São esses: mensagens, produção de mensagens, planejamento dos meios e gestão dos meios; os quais serão explicados em seguida.

Mensagens: são entendidas como a participação simples na emissão das mensagens, “representadas por entrevistas, depoimentos, denúncias, avisos, pedidos de músicas, envio de sugestões e inscrição em concursos, entre outras possibilidades” (PERUZZO, 1995, p. 144).

Produção das mensagens: consiste na participação na produção de conteúdos que serão veiculados dentro dos meios de comunicação da comunidade, seja ele impresso, radiofônico ou digital. A produção de mensagens acontece junto ao auxílio técnico de um profissional da área de comunicação, e envolve a comunidade na disponibilização da sua capacidade pessoal para criação de conteúdos. Ainda segundo Peruzzo, a produção de imagens, materiais e programas compreende:

A preparação (linha política, objetivos estrutura, contudo, duração, horários), elaboração (texto, roteiros, diagramação, locução, montagem) e a edição (seleção, cortes, complementos) de materiais impressos e programas de rádio e de televisão, exigindo-se o necessário domínio e o acesso a recursos de tecnologia, além da partilha na tomada de decisões (PERUZZO, 1995, p. 155).

Planejamento dos meios: está ligado a decisão da linha editorial e dos objetivos dos programas e veículos; assim como a formatação desta programação. Além disso “o planejamento dos meios compreende as formas de sustentação financeira e planos ou políticas globais de comunicação em âmbito local, regional e nacional” (PERUZZO, 1995, p.145).

Gestão dos meios: é entendidos como o controle do processo administrativo do veículo ou instituição de comunicação comunitária, e como todo o processo, está obrigatoriamente submetido a divisão do poder de decisões. Segundo Peruzzo (1995, p.145) a participação no poder decisão pode acontecer tanto no papel de ouvintes, leitores ou espectadores ou como a divisão direta no processo de tomada de decisão e na gestão. Em escalas mais avançadas podem existir critérios de representatividade e responsabilidade, aplicando-se assim um exercício de poder democratizado e compartilhado. Porém esse processo é longo e complexo, e requer uma articulação entre os membros e participantes.

Em todos esses níveis, a participação popular requer a existência de canais de participação abertos e desobstruídos. Porém, não lhe basta isto. Há que se incentivá-la e facilitá-la mediante uma metodologia que privilegie enquanto processo que vai crescendo com qualidade (PERUZZO, 1995, p. 145).

Utreras (1988, p.29) complementa que

A participação neste contexto implica um alto nível de envolvimento da comunidade nos sistemas de comunicação. Inclusive na intervenção do povo nos processos de produção, assim como na gestão e na planificação dos sistemas de comunicação. Em síntese, a participação é um processo integral e dinâmico, que se ajusta aos momentos históricos que vive cada país, razão pela qual, a participação em nossos povos se deve analisar nos seguintes níveis: nível nacional, regional e local (governamental, organizações de difusão, meios alternativos, organizações nacionais, desenvolvimento da comunicação, etc).

Esse processo não é fácil, e tão pouco pode ser alcançado de maneira simples. Entretanto, a realização da ampliação da cidadania e da participação na comunicação social é possível, e pode depende de um estímulo externo, que desenvolva o senso de reflexão e indique os possíveis caminhos de conhecimento. Isto poderá gerar o envolvimento de diversas áreas da sociedade, além da participação da comunidade.

Qualquer que seja o momento histórico em que esteja a sociedade, seja o do viável ou do inviável histórico, o papel do trabalhador social que optou pela mudança não pode ser outro senão o de atuar e refletir com os indivíduos com quem trabalha para conscientizar-se junto com eles das reais dificuldades da sua sociedade. (FREIRE, 1981, p. 56).

É importante ressaltar que esse não é um esquema que se encerra em si mesmo, mas um auxílio didático dos níveis de participação dentro da comunicação comunitária e da mídia-educação.

A participação se torna mais produtiva quando o sujeito se sente integrante do processo, quando conhece sua comunidade e os assuntos abordados, quando toma para si a responsabilidade e o senso crítico de que tem responsabilidade na busca da melhoria de vida da comunidade.

O processo de participação inicia-se com a percepção dos problemas e desigualdades e busca o diálogo.

Ora, a maior força para a participação é o diálogo. Diálogo, aliás, não significa somente conversa. Significa se colocar no lugar do outro para compreender seu ponto de vista; respeitar a opinião alheia; aceitar a vitória da maioria; pôr em comum as experiências vividas, sejam boas ou ruins; partilhar a informação disponível; tolerar longas discussões para chegar a um consenso satisfatório para todos (BORDENAVE, 1983, p. 50).

Ainda segundo o autor, o pilar fundamental da participação é que ela acontece através da vivência coletiva e que só se aprende a participar, participando.

3.3 A importância da participação popular

Com todas as possibilidades abertas a integração da comunidade nos processos de comunicação, fica evidente que a comunicação comunitária e da mídia-educação, sobrepondo-se a aspectos técnicos, burocráticos e outros tipos de oposições, têm na sua instância primordial para a sua realização a participação popular.

Passado o período de luta pela conquista dos direitos a uma comunicação horizontal, primando por aspectos como o de igualdades entre os termos do processo de comunicação, exigência de conteúdos demandados pelo público e a busca pela cidadania; hoje essa realidade encontra-se mais acessível, requisitando somente a participação da população na efetivação desses direitos.

È importante ressaltar que a participação não é dada, mas conquistada. Através de um processo sócio-histórico que se desenvolve incessantemente. “Aos sistemas educativos, formais e não-formais, caberia desenvolver mentalidades participativas pela prática constante e refletida da participação” (BORDENAVE, 1983, p.25-26).

Nessa relação de direito e conquista da participação o objetivo é apresentar à comunidade a possibilidade de tomar o poder no seu processo de transformação. Segundo Peruzzo “a questão central é tornar o ser humano sujeito do processo de mudança social, que passa pela comunicação, mas também pelos demais mecanismos de organização e ação populares” (2004, p. 24).

[...] A participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade. [...] No entanto, se procurarmos a motivação dos participantes de uma atividade comunitária qualquer, notamos neles uma satisfação pessoal e íntima que com frequência vai muito além dos resultados úteis de sua participação. [...] Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa (BORDENAVE, 1983, p.12-17).

A dinâmica de comunicação comunitária está sempre ligada a processos de educação, porém a participação de toda comunidade por ser restrita em números.

As dimensões do engajamento na dinâmica local, conteúdo das mensagens e da participação em todas as fases do processo comunicativo, em geral, acontecem interligadas e se configuram como o ideal em termos de ação edu-comunicativa no âmbito dos movimentos comunitários. No entanto, é sabido que a questão da participação ativa das pessoas nas várias fases de um processo de comunicação comunitária é algo ainda restrito a um número limitado de experiências (PERUZZO, 2004, p. 22).

Desta maneira, como forma de participação, inclusive somando ao processo lideranças locais, professores e acadêmicos engajados na discussão da democratização dos meios de comunicação no Brasil, têm surgido os comitês ou conselhos locais de comunicação. O objetivo do conselho é aglutinar e reunir pessoas ao redor para facilitar os debates relacionados ao uso da comunicação como instrumento comunitário. Peruzzo (2004, p.24) destaca as possíveis atribuições de um comitê local de participação.

- a) Fazer um levantamento (diagnóstico) sobre quais são os meios de comunicação existentes na localidade e dentre eles quais seriam os mais adequados para servir como instrumento de comunicação local.
- b) Diagnosticar quais são as necessidades locais em matéria de comunicação.
- c) Contribuir para a formação de equipes de comunicação visando implementar sistemas de informação e comunicação comunitários, como por exemplo um boletim informativo, rádio comunitária, um sistema de alto-falantes, um programa de rádio para ser exibido em emissoras existentes etc.
- d) Contribuir para a melhoria da performance de meios comunitários já constituídos.
- e) Desenvolver mecanismos de mobilização e de incentivo à organização local para uso dos meios de comunicação comunitária.

- f) Organizar cursos e oficinas de capacitação para o uso da comunicação (exemplo: jornal, expressão verbal, rádio, vídeo, cartaz, internet etc.).
- g) Organizar treinamentos para elaboração de projetos de captação recursos.
- h) Ocupar espaços nos meios de comunicação locais (não só os comunitários) através de entrevistas, depoimentos, sugestões e a té com programas próprios produzidos por alguma entidade popular ou equipes de comunicação da própria população;
- i) Divulgar as atividades das organizações comunitárias e contribuir para motivar as pessoas à participação na comunicação.

Segundo a autora, essas são preposições gerais, destinadas a contribuir com o debate para a participação da população nas discussões. Ainda é necessário lembrar que o planejamento para instituição de comitês, deve levar em conta as especificidades locais de cada comunidade.

Toda discussão em torno da participação popular dentro desse processo tem em mente a redistribuição do poder. Passando a população, as comunidades o direito de exercer o poder de comunicar. Dentro de todos os aspectos mencionados e dentro de suas próprias particularidades. Reorganizar o poder, representar dar ao povo o direito que lhe é legal. Significa ordenar o poder “de baixo para cima”, de maneira participativa e igualitária.

A partir da popularização e democratização dos meios de comunicação de massa, outros setores da sociedade podem encontrar um mesmo caminho. Construído com o auxílio das ferramentas da comunicação.

Por mais que esse processo pareça utópico, sua concretização se dá na medida em que a sociedade e as comunidades são alertadas dessa realidade. A construção desse paradigma se dá ativamente, não por pressão, mas por engajamento. “As experiências mostram que a comunicação popular participativa dá seu suporte à edificação de uma cultura e uma educação democrática. Ela ajuda a conhecer, resgatar e valorizar as raízes do povo” (PERUZZO, 1995, p. 302).

A participação ativa significa entender, receber e analisar de forma crítica os benefícios, discutindo, verificando e estudando possíveis decisões. Participar é fazer parte da democracia, entendendo que cada um toma parte do processo de forma diferente e, que quando o grupo sente-se importante, tomam para si a consciência da importância na participação.

A democracia participativa seria então aquela em que os cidadãos sentem que, por fazerem parte da nação, tem parte real na sua condução e por isso tomam parte – cada qual em seu ambiente – na construção de uma nova sociedade da qual se sentem parte (BORDENAVE, 1983, p.23).

3.4 Participação nas oficinas

A participação da comunidade nas oficinas de comunicação comunitária e de mídia-educação tem o objetivo de, primeiramente, desenvolver e/ou fazer a manutenção do pensamento crítico, através do diálogo. Um diálogo que não refere-se apenas à conversas, mas a discussão de problemas e a busca de soluções. “Uma oficina é um lugar de reflexão e ação que se elimina a tradicional separação entre teoria e prática, conhecimento e trabalho” (UTRERAS, 1988, p.41).

O comunicador e/ou mídia-educador tem a função de orientar e não de censurar o processo. Seu papel é induzir à reflexão, promover discussões e preparar tecnologicamente.

A participação não pode ser imposta. Deve ser voluntária. Desta forma, os participantes se sentirão parte do processo e os objetivos poderão ser alcançados.

Utreras (1988, p.43-44), pontua os passos que as oficinas de comunicação devem seguir:

1. Investigar os problemas da comunidade e analisar possíveis soluções;
2. Comunica ao restante da comunidade os resultados da investigação;
3. Motiva a comunidade a buscar soluções conjuntas, a que tome consciência do problema e que participe ativamente das soluções;
4. Apoia os grupos existentes, promove a organização de grupos de trabalhos comunitários, para que coordenem ações para enfrentar os problemas priorizados;
5. Produz materiais de comunicação educativa para capacitação da comunidade em aspectos de interesse concreto, como saúde, agricultura, água potável, etc;
6. Através do uso da comunicação, gera intercâmbio constante com a informação;
7. Ajuda a coordenar e manter a motivação dos grupos para que continuem as ações para o desenvolvimento comunitário.

As oficinas devem ser centros de reflexão, atender às necessidades da comunidade, capacitar para a autogestão, ser um instrumento no processo de

desenvolvimento crítico e na preparação para manipulação dos aparatos tecnológicos. Além de despertar o sentimento de pertencimento, onde as pessoas conheçam a si mesmas, aos outros, aos problemas da comunidade, sintam-se responsáveis pelos seus atos e sejam autênticos, dividindo tarefas, buscando soluções, produzindo materiais, com o objetivo de serem agentes multiplicadores do processo, resgatando a comunicação dialógica e horizontal, produzindo conteúdos e ampliando os níveis de conhecimento.

As oficinas são o tempo de aprendizagem de respeito ao próximo e união, ouvindo uns aos outros, discutindo e acatando diferentes pontos de vista.

A eleição do tema e o conteúdo do editorial será o produto de análise crítica, discussão da equipe responsável do periódico comunitário, para que se estabeleça o critério, a opinião da organização popular, que expressará no editorial o resultado do consenso da comunidade (UTRERAS, 1988, p.121).

Conclui-se este capítulo como uma citação de Kaplún (1998, p.142) que fala sobre a quebra do silêncio e o início da participação, como processo evolutivo e imprescindível no desenvolvimento do senso crítico e da cidadania.

[...] Assumimos a comunicação popular não como um monólogo do emissor, mas sim como um diálogo. O que buscamos com nossas mensagens é gerar e estimular este diálogo: que os setores populares comecem a falar eles mesmos, a dar sua própria palavra, a auto-expressar-se. Todo processo de comunicação educativa adquire importância decisiva no momento em que os participantes quebram sua 'cultura do silêncio' e começam a recuperar a palavra. Sem esta instância em que deixam de ser meros receptores passivos e calados e passam a converter-se em emissores, não haverá um processo real neles.

Capítulo IV - O caminho da cidadania.

O capítulo sobre cidadania faz o resgate histórico das conquistas da humanidade em relação aos direitos e deveres, quer apontar as características deste assunto no mundo moderno, suas possibilidades e conceitos, definiu-se, embasados nos principais autores sobre o tema, os termos cidadão e democracia, assim como as formas de participação na sociedade e no despertar do sentimento de pertença.

4.1 O que é cidadania? Conceitos e fundamentos.

Ao falarmos de comunicação comunitária e mídia-educação, remetemos-nos a um termo: cidadania. Faz-se mister entender tal termo, pois ele é, em ambos campos epistemológicos, a base em que as atividades, os conceitos e fundamentos são alicerçados.

Na declaração universal dos direitos dos homens da ONU⁸ (apud VIEIRA, 2004, p.21), “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direito”.

Segundo Goulart (1995), Frost, Rocha (2007); Vieira (2004), desde o início das sociedades ocidentais já havia indícios de indivíduos que possuíam privilégios. Na Grécia, com exceção de escravos e soldados vencidos em combate, as pessoas possuíam direitos e deveres. Os gregos descobriram que a ordem social não era ditada pelos deuses, desta forma, construíram e se tornaram capazes de instituir a democracia.

Uma necessidade da sociedade, já que uma ideia está vinculada à outra: sociedade e cidadania. Para Dupas (2005, p.185), cidadania significa enfrentar os conflitos causados pelas desigualdades sociais.

Essa é a qualificação inicial desejada para que haja a formação de um estado social, onde todos possam coexistir para a melhoria da sociedade em si mesma.

Conforme afirma Rousseau (2003, p.31), é imprescindível “achar uma forma de sociedade que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada sócio, e pela qual unindo-se cada um a todos, não obedeça todavia senão a si mesmo e fique tão livre como antes”.

A liberdade individual, a participação no poder político, o pleno direito de ir e vir, de expressão, à educação, à saúde, a segurança e o compromisso de pagar impostos,

⁸ ONU – Organização das Nações Unidas

fazem parte do conceito de cidadania. Contudo, num mundo com tantas desigualdades sociais, nem todos os direitos ou deveres são plenamente exercidos. Existe uma disparidade entre as necessidades e obrigações para pessoas mais ou menos abastadas.

Também é necessário fazermos uma pré-divisão sobre a diferença entre a cidadania coletiva e individual.

A cidadania individual remete aos direitos civis e políticos. Ela começou a ganhar força nos séculos XVII e XVIII, quando a sociedade ocidental começou a eleger indivíduos, sem levar em conta suas castas. As crenças e dogmas também foram deixados de lado, afirma Bobbio (2004).

A cidadania individual pressupõe a liberdade e a autonomia dos indivíduos num sistema de mercado de livre jogo de competição, em que todos sejam respeitados e tenham garantias mínimas para a livre manifestação de suas opiniões – basicamente pelo voto – e da auto-realização de suas potencialidades. (GOHN, 1995, p.196).

Há obrigações e direitos a cumprir. E os deveres são aplicados como forma de proteger o coletivo.

“Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência” (COVRE apud LABINI; MAIA, 2009, p.41).

Bobbio (2004) pontua que o primeiro marco da cidadania coletiva foi na sociedade grega, como citado acima. O segundo marco está nos tempos pós-modernos, quando a sociedade começou a buscar seus direitos e deveres, principalmente no que tange o ponto de vista econômico e cultural. Antes aqueles à margem da sociedade, ignorados pelo sistema, hoje fazem parte do conhecimento do Estado e das estatísticas dos bolsões de miséria e subemprego, tendo um foco governamental para ações que minimizam o problema da fome e da falta de preparação profissional e, no que diz respeito da cultura, as minorias étnicas, mulheres, pessoas com necessidades especiais, por exemplo, são consideradas parte de uma sociedade multifacetada e multicultural.

Assim, a cidadania coletiva privilegia a dimensão sociocultural, reivindica direitos sob a forma da concessão de bens e serviços, e não apenas a inscrição desses direitos em lei, reivindica espaços sócio políticos sem que para isso tenha de se homogeneizar e perder sua identidade cultural (GOHN, 2003, p.196).

Conquistada por algumas esferas da sociedade, podemos citar grandes conquistas como o fim da escravidão e o direito das mulheres ao voto. A possibilidade de apropriar-se de uma nova realidade começou a traçar uma nova definição de cidadania. “A cidadania não se encerra nas suas dimensões da liberdade individual e participação política, mas inclui os direitos sociais e coletivos”. (PERUZZO, 2004, p. 115).

Liberdade, igualdade, aquisição de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais são os pilares da cidadania. Podemos acrescentar aqui que os direitos humanos e a democracia têm ligação direta com a cidadania.

Para T.H Marshall (apud VIEIRA, 2004, p.22); Peruzzo (2002), a cidadania é composta de direitos civis e políticos de primeira e segunda geração. Os direitos sociais, de primeira geração, conquistados no século XVIII são os direitos de liberdade, igualdade, propriedade, a vida e a segurança. Também de primeira geração os direitos políticos garantidos no século XIX foram o poder ao voto, organização política e sindical. Os direitos de segunda geração foram assegurados no século XX e referem-se aos direitos ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria e tudo o que signifique garantia de uma vida digna e o bem estar social. Com a evolução das sociedades, na metade do século XX surgiram os direitos de terceira geração que visam não apenas os direitos individuais, mas os coletivos, como garantia da preservação do meio ambiente, direitos do consumidor, das crianças, idosos e mulheres, minorias étnicas, etc... Hoje se fala em direitos de quarta geração que pretende impedir a destruição da vida, entram aqui as discussões sobre a ética na engenharia genética.

Voltando a história do nosso País, cabe-nos ressaltar que no Brasil, uma das primeiras expressões da cidadania coletiva ocorreu na luta pela independência política, no período colonial.

Trata-se da construção da cidadania coletiva de um povo que, ao reivindicar e lutar por sua libertação política, construiu as bases para o surgimento de uma identidade nacional, ou seja, um território, uma língua, uma religião, sob a égide da soberania local. (GOHN, 2003, p.191).

Nas palavras de Gohn (2003), essa era uma realidade restrita àqueles que tinham posses. Ter um título de nobreza significava um nível maior na escala da cidadania da época. Com este pensamento, em 1891, mulheres, mendigos, soldados, religiosos e

analfabetos foram proibidos de votar. O detalhe é que essas estratificações de pessoas formavam a maior parte da população. Em 24 de fevereiro de 1932 as mulheres obtiveram uma licença para o voto, mas a conquista não foi completa. A lei permitia que apenas as mulheres casadas, que tivessem autorização dos maridos, viúvas e solteiras que tivessem renda própria poderiam votar. Em 1934 essas exceções foram destituídas, mas mesmo assim, o voto feminino não era obrigatório. Apenas em 1946 que se adotou a igualdade entre homens e mulheres.

Durante a ditadura militar (1964 – 1985), houve um retrocesso na evolução da cidadania. Os direitos e deveres deixaram de ser legitimados. Não havia liberdade de ir e vir ou de expressão. O direito ao voto foi cancelado.

Porém, o desejo de reconquistar a cidadania virou uma bandeira. E nas décadas de 70 e 80, indivíduos e grupos tentaram restaurar seus plenos direitos como cidadãos, começando pela redemocratização do Brasil, dos órgãos, da política e de suas opiniões.

Segundo Peruzzo (1998), esses movimentos são resultados da percepção da necessidade de ações coletivas para mudar ou interferir nos processos que decidem sobre a vida dos indivíduos.

Numa visão jurídica, cidadania refere-se apenas ao indivíduo nascido naquele lugar ou País, aquele que tem descendência sanguínea. Neste caso a cidadania tem um elo apenas jurídico e político e não cultural, afirma Peruzzo (2002).

No entanto, num mundo globalizado, as pessoas passaram a transitar de uma forma muito frequente de uma nação para outra. Os problemas, as doenças, os governos passaram a agir de forma conjunta, pensando em “conglomerados” de países vizinhos, fazendo alianças.

Questões como produção, comércio, capital financeiro, migrações, pobreza, danos ambientais, desemprego, informatização, telecomunicações, enfim, as grandes questões econômicas, sociais, ecológicas e políticas deixaram de ser apenas nacionais, tornaram-se transnacionais. É nesse contexto que nasce hoje o conceito de cidadão do mundo, de cidadania planetária, que vem sendo paulatinamente construída pela sociedade civil de todos os países, em contraposição ao poder político do Estado e ao poder econômico do mercado. (VIEIRA, 2004, p.32).

Com o passar dos anos, o termo cidadão tornou-se, um paralelo das expressões “direitos humanos” e “direitos do cidadão”. Contudo, a aplicação dos direitos universais

ao indivíduo não abrange de forma absoluta as noções de cidadão como agente transformador de sua própria realidade.

Só existe a cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor. (COVRE, 1995, p.10).

Há algumas décadas afirmava-se que ser cidadão era ter direitos e deveres. Hoje, esse termo vai além dessa simples definição e assinala um contexto mais abrangente. Ser cidadão é tomar para si a oportunidade de contribuir e buscar a melhoria do meio em que está inserido, é ter uma consciência crítica e consciente do seu poder transformador. “A conquista da cidadania significa a passagem de súditos para cidadãos, cujo arcabouço social requer o envolvimento das pessoas, condicionando-se seu status de cidadão à qualidade da participação”. (PERUZZO, 2001, p. 114).

Qualquer que seja o momento histórico em que esteja a sociedade, seja o do viável ou do inviável histórico, o papel do trabalhador social que optou pela mudança não pode ser outro senão o de atuar e refletir com os indivíduos com quem trabalha para conscientizar-se junto com eles das reais dificuldades da sua sociedade. (FREIRE, 1981, p. 56).

Conforme afirma Freire (1981), é necessário que haja uma consciência de que é possível resgatar valores, lutar por uma sociedade econômica e cultural igualitária e trabalhar de forma que, além do indivíduo, o coletivo tenha prioridade. A busca por essa cidadania vem de encontro com o mundo moderno, no qual a vantagem individual, a busca pelo lucro, as casas cercadas de muros altos e vigilância 24 horas, não permitem que as pessoas se conheçam, não dialoguem. O medo, a violência e o individualismo fizeram com que a sociedade buscasse apenas a satisfação individual.

São contingentes de pessoas que vão perdendo valores intrinsecamente humanos, com o respeito pelo semelhante, a solidariedade e a gratuidade, enquanto ajudam a valorizar cada vez mais a ganância e o individualismo (PERUZZO, 1998, p.26).

Os movimentos de cidadania servem como forma de mudança para que o homem seja sujeito pleno. Mas foram as lutas sociais as responsáveis pelo caráter reivindicatório da cidadania.

Este caráter está presente e é a essência dos movimentos populares que “muito embora não apresentem como forças dominantes e dirigentes nesse momento histórico, estão aí construindo um novo tipo de poder e ajudando a democratizar a sociedade” (PERUZZO, 1998, p.56).

Fantin (2006, p.39) afirma que “educar para a cidadania implica favorecer a interação como território, desenvolver identidades múltiplas e complexas e promover um sentimento de pertencimento ao contexto local, nacional e global”.

A cidadania para Fantin objetiva favorecer

1) A aquisição de conhecimento: conhecer as leis, as instituições e seu funcionamento; conhecer o mundo e a realidade cultural, social e econômica em que vivemos; 2) A aquisição de competência social: saber desenvolver de modo consciente o próprio papel de cidadão; saber cooperar, construir e realizar projetos comuns; assumir responsabilidades e resolver conflitos; saber intervir em um debate público; 3) A aquisição de competência ética e relacional: a) saber ser solidário; b) estar aberto à diferença; c) ser capaz de hospitalidade. (2006, p.39).

Apropriar-se desta definição de cidadania significa tornar-se agente modificador do próprio meio, é instrumentar indivíduos para que exerçam plenamente seu papel como cidadão. Desta forma poderão enxergar dentro de suas realidades a importância deles e assim, desenvolver novas ferramentas para trabalhar nas comunidades em que estão inseridos.

Hoje, uma variedade de atitudes caracteriza a prática da cidadania. Assim, entendemos que um cidadão deve atuar em benefício da sociedade, bem como esta última deve garantir-lhe os direitos básicos à vida, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, trabalho, entre outros (REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2001, p.21).

Tomando esta definição de cidadania, automaticamente, podemos afirmar que exercê-la significa relacionar-se diretamente com seus membros. Contudo, este não é suficiente para promovê-la. São necessárias garantias constitucionais, civis e sociais.

Já analisando a atualidade no contexto capitalista, um dos eixos da cidadania, como a igualdade torna-se um tanto incompatível com a realidade. Na teoria o termo é igualitário, entretanto na prática há ainda muito o que ser feito para que os direitos, até mesmo os básicos, sejam respeitados. A cidadania continua a ser perseguida. É imprescindível distinguir a teoria da prática porque elas andam em velocidades e em

algumas vezes, direções opostas. É necessário lutar para que ela seja universal e multiplicada.

A cidadania não é concedida, é conquistada. E é adquirida por meio da cooperação dos sujeitos.

4.2 Democracia

A verdadeira democracia deveria ser construída por leis, normas e instituições criadas pelas mesmas pessoas que as vão cumprir e proteger, afirmam TORO; WERNECK (2007, p.33).

De uma forma mais detalhada, Clovis de Santo Goulart (1995, p.16), define a democracia como um

Aprimorar a sociedade, sob aspecto da organização política, consiste em criar instituições, eleger formas de governo e adotar uma filosofia de vida capazes de conduzir o corpo social a um estilo de conduta vivencial em que a ação dos órgãos diferentes encontre perfeita correspondência na vontade e nas aspirações da maioria dos cidadãos.

Goulart (1995, p.16) afirma ainda que este é o auge a ser alcançado pelas sociedades. Onde o povo é governado e governante ao mesmo tempo. Numa citação histórica, o ex-presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln descreveu que democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo.

Mas, a busca pelo democratismo não é algo recente. Vem desde a Grécia Antiga por volta de 1045 a.C, onde em Atenas houve uma revolução da aristocracia contra a realeza. Marcada como a primeira luta histórica em busca de direitos e deveres, a Grécia é considerada o berço da democracia.

Mas foi após a Revolução Francesa⁹ que se entendeu o termo como direito nato do indivíduo, desta forma, foi promulgada a Declaração dos direitos do homem e do

⁹ A Revolução Francesa ocorreu em 1789. A busca pela revolução aconteceu devido ao despertar da consciência do povo percebendo desigualdade instituída no País. A população era dividida em três classes, o clero, a nobreza e o povo. Todos os direitos, como civis, políticos e sociais eram diferentes para cada classe. Onde a última classe, o povo, era sempre prejudicada com a aprovação das leis. Entre as desigualdades está a isenção de impostos para o clero e a alta taxação para a população mais pobre. A Revolução teve como objetivo alterar o quadro político e social da França permitindo o igualitarismo entre todas as pessoas, o que resultou na Declaração dos direitos do homem em 1789.

cidadão aprovada pela Assembléia Nacional, em 26 de agosto de 1789. Ela foi inspirada em Jean-Jacques Rousseau¹⁰.

Com a revolução, iniciara-se uma nova época da história, com uma explícita referência à declaração cuja finalidade era, a seu ver, a meta inteiramente política de firmar os direitos naturais, o principal dos quais é a liberdade seguido pela igualdade diante da lei, enquanto sua ulterior determinação (BOBBIO, 2004, p.81).

A revolução buscava alcançar uma forma de governo em que haveria a adoção de políticas e técnicas econômicas e sociais que resultassem num sistema democrático mais avançado do que o da época, que fosse aspirado por todas as camadas da sociedade e podendo ser reconhecida como social-democrática¹¹.

Neste cenário em que a sociedade tomou para si a responsabilidade de lutar por seus direitos, ao invés de deixar apenas que o Estado cumpra seu dever, a cidadania vem sendo buscada pelos diversos setores da sociedade.

Muito embora não se apresentam como forças dominantes e dirigentes nesse momento histórico, está aí construindo um novo tipo de poder e ajudando a democratizar a sociedade. (PERUZZO, 1998, p.56).

De uma forma simplificada, Bobbio (1993, p.12) afirma que a democracia tem sua partida definida pelo Jusnaturalismo, “doutrina segundo a qual existem leis que não são postas pela vontade humana”. Portanto, são automaticamente direitos obtidos no instante em que a vida se inicia, entre eles, o direito à vida.

Automaticamente estes direitos naturais são dever do Estado. Dar o mínimo necessário para a sobrevivência da sociedade é algo garantido pela Declaração dos Direitos dos Homens e Cidadãos, estabelecidos em 1789. Entre esses estão o direito a liberdade e igualdade dos direitos e perante a lei.

Segundo Bobbio (apud Peruzzo, 1998, p.63), por democracia direta entende-se 3 formas de participação no poder. A primeira é a do governo do povo, onde os delegados escolhidos podem ser eleitos e substituídos por determinação dos seus eleitores. A segunda é formar uma assembléia, onde todos os membros podem participar de forma

¹⁰ Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) nasceu na Suíça e tornou-se teórico político. Ele defendeu em seus tratados que todo homem é livre e que a liberdade faz parte da sua natureza. O teórico foi inspirador de todos os movimentos que lutavam pela busca da liberdade.

¹¹ “A social-democracia é, por isso, também chamada de democracia providencialista, a forma de governo do Estado provedor das necessidades básicas de sua população” (GOULART, 1995, p.80).

direta. A terceira dá a autoridade para que os membros de uma organização aprovem ou vetem uma proposição política apresentada por seus líderes.

Bordenave (1983, p.8) defende que a democracia não é apenas um método de governo. “Democracia é um estado de espírito e um modo de relacionamento entre as pessoas. Democracia é um estado de participação”.

Por esta razão, as formas democráticas de governo devem proporcionar e incentivar a participação ativa da população, não apenas por meio do voto, mas na fiscalização do judiciário, do legislativo e do executivo.

[...] Para o bom funcionamento da democracia, deve-se observar que a participação no voto pode ser considerada como correto e eficaz exercício de um poder político, isto é, o poder de influenciar a formação das decisões coletivas (BOBBIO, 1993, p.40).

Uma sociedade passiva, amorfa, não pode ser considerada democrática.

Um governo fundado sobre o princípio da benevolência para com o povo, como o governo de um pai sobre os filhos, isto é, um governo paternalista, no qual os súditos tal como filhos menores incapazes de distinguir o útil do prejudicial, estão obrigados a se comportar apenas passivamente, para esperar que o chefe do Estado julgue de que modo devem eles ser felizes e guardar apenas da sua bondade que ele o queira, um governo assim é o pior despotismo que se possa imaginar (KANT apud BOBBIO, 1993, p.22-23).

O desenvolvimento da democracia e o gozo dela permitem que os sujeitos desfrutem da liberdade. Todo governo democrático deve garantir as liberdades civis, como direito de expressão, da liberdade de imprensa, de ir e vir, de reunião e de associação.

O desenvolvimento dos direitos do homem passou por três fases. O primeiro foi o direito a liberdade. Segundo Bobbio (1993), esse direito refere-se a todos “que tendem a limitar o poder do Estado e a reservar para o indivíduo, ou para os grupos particulares, uma esfera de liberdade em relação ao Estado”. O segundo direito a ser conquistado foi o da esfera política, que propiciou a participação, gradativamente, dos indivíduos no cenário político. Os direitos sociais foram os últimos a serem alcançados, “que expressam o amadurecimento de novas exigências – podemos mesmo dizer, de novos valores – como os do bem-estar e da igualdade não apenas formal, e que poderíamos chamar de liberdade através ou por meio do Estado” (BOBBIO, 1993, p.32).

Ainda segundo Bobbio (2004, pp. 38-39), os organismos internacionais que lutam para que os direitos e deveres do homem sejam garantidos, consideram necessários três aspectos: a promoção, o controle e a garantia.

Refere-se à promoção, induzir o Estado a adotar leis e respeitar os direitos do indivíduo e para aqueles Estados que já as tem, aperfeiçoá-las. Quanto ao controle, uma forma de verificar se esta promoção está sendo respeitada e em processo constante de evolução, é o relatório apresentado pelos Estados com estudos que comprovem ações eficazes. Em relação à garantia, quando a promoção e o controle não forem suficientes para assegurar o sistema democrático e cidadão, entram em ação as garantias internacionais, como por exemplo, previsto pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que vigora desde 3 de setembro de 1953 (GOULART, 1995).

Podemos afirmar que a democracia nos tempos atuais remete a ideia de um Estado em que os governados também participem diretamente do exercício do poder. Esta concepção não é apenas garantida para a elite da sociedade, mas todo sujeito que tenha o sentimento de pertença e responsabilidade com o lugar onde vive.

A democracia é o regime dos povos chegados ao seu desenvolvimento político, ou em uma fase clássica, é o regime da aristocracia dos povos. Somente as nações que aperfeiçoaram as suas instituições sociais econômicas podem permitir que, no seio de suas condições históricas, possam vicejar, frondescer e florir os ideais de liberdade igualdade como luzeiros polares da democracia (FERREIRA apud GOULART, 1995, p.50).

A participação popular é uma exigência da democracia. É o exercício da cidadania, é por meio da participação que o sujeito torna-se cidadão ativo.

A conquista da cidadania significa a passagem de súditos para cidadãos, dentro de um arcabouço social que requer o envolvimento das pessoas, condicionando-se seu status de cidadão à qualidade de participação (PERUZZO, 2002, p.3).

E aqui vale ressaltar que para haver essa participação, é necessário liberdade e consciência. A consciência permitirá que as pessoas percebam as desigualdades. A liberdade servirá para que se lute contra essas desigualdades no sentido de mudar e evoluir. Mesmo que num estágio primário de liberdade política e civil, apenas no direito ao voto, é desta forma que o povo poderá começar a mudança, escolhendo seus representantes para governar o Estado.

A liberdade é garantida como direito vital do ser humano, a justiça é uma regra a ser seguida e o que a resguarda são as leis. A participação popular é uma exigência da democracia. É o exercício da cidadania, é por meio da participação que o sujeito torna-se cidadão ativo.

A iniciativa popular e a participação deve ser a organização das necessidades dos indivíduos endereçada ao Estado com o princípio de melhorar a vida em sociedade.

Resgataremos aqui a história da conquista e evolução da democracia do nosso país. Segundo Sader (1990); Cancian (s.d, online), no Brasil a ditadura militar durou de 1964 e terminou com a elaboração da constituição de 1988, sendo as primeiras eleições diretas no ano de 1990.

O golpe aconteceu no dia 31 de março de 1964 e teve o apoio da classe média e alta, dos Estados Unidos e da igreja católica. O governo militar implantou a repressão àqueles contra o sistema, investigações, censuras à liberdade de expressão, torturas, prisões, decretou exílios e apenas dois partidos políticos tinham licença para existir, no MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e o Arena (Aliança Renovadora Nacional). Com uma proposta de cunho socialista, os militares tentaram instituir um novo conjunto de leis, que acreditavam, que levaria o país ao milagre econômico, o que na verdade resultou na desigualdade social e aumento da dívida externa.

Este período foi marcado pelas passeatas que protestavam contra a falta de liberdade de expressão, de cidadania e democracia. No campo artístico as formas de protestos eram lançadas com mensagens subliminares com a proposta de mostrar a revolta da população¹².

O governo de João Goulart (1961-1964) foi marcado pela participação de estudantes, organizações populares e trabalhadores. O que causou receio entre alguns extratos da população. Com receio da instituição de um regime socialista, os militares deram o histórico Golpe Militar de 1964, com o envio de tropas dos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Para evitar uma guerra civil, Jânio foge para o Uruguai.

Em 9 de abril é decretado o Ato Institucional número 1 (AI 1) que cassava os mandatos políticos de todos os opositores do regime militar.

Em 15 de abril, Castello Branco é eleito novo presidente do País pelo Congresso Nacional. Decretou imediatamente eleições indireta para presidente da república, cassou

¹² Uma das músicas escritas como forma de protesto ao Regime Militar foi “Cálice” de Chico Buarque

mandatos de opositores ao regime militar e diluiu partidos, permitindo que apenas os partidos MDB e a Arena pudessem atuar no campo político.

Em 1967 a população descontente com o regime, começa a se organizar. A UNE (União Nacional dos Estudantes) organiza passeatas. E uma guerrilha urbana é formada por jovens que assaltam bancos e sequestram para arrecadar dinheiro para uma luta armada.

No total foram 5 Atos Institucionais, que decretaram o fim de partidos políticos, resultou na cassação de mandatos políticos, proibiram o direito à liberdade de expressão, reprimiram qualquer oposição contra o regime por meio de tortura e exílio, cancelaram a garantia de habeas-corpus, revogaram a constituição de 1946, concederam ao Presidente poderes como o fechamento do Congresso Nacional e o julgamento de crimes políticos por tribunais militares.

O governo do presidente Emílio Garrastazu Médice, de 1969 a 1974 ficou conhecido como os “anos de chumbo”, sendo considerado o pior período do regime. A censura passou a vigorar nos meios de comunicação de massa, revistas, músicas, filmes e teatros.

O governo Geisel, de 1974 a 1979 começa lentamente levar o País para uma pequena abertura democrática. Ele cancela o AI 5 e restitui o habeas-corpus.

João Figueiredo, que presidiu o país de 1979 a 1985, decretou a Lei da Anistia e permitiu que os exilados pudessem voltar ao Brasil. Figueiredo também derrubou a lei que permitia apenas o bipartidarismo.

Em 1984 houve um engajamento popular pelo direito das Diretas Já, para garantir a aprovação da lei que permitiria as eleições diretas para Presidente da República. Mas a lei não foi aprovada. Desta forma, Tancredo Neves foi escolhido pelos militares como novo Presidente, mas ele morreu antes de assumir o cargo.

Em 1988 o Brasil promulga sua nova constituição que acaba com o período de ditadura militar e institui princípios democráticos. Mas neste período, a democracia existia apenas na teoria. Com passos lentos, a sociedade brasileira foi resgatando e aprendendo sobre as formas de atuação da democracia.

Com o passar dos anos a sociedade passou a reivindicar seus direitos, entender sobre seus deveres e a se conscientizar de que em grupos, de forma organizada, é possível buscar pela melhoria de vida da coletividade.

Um país explicita seu horizonte ético, seu projeto de nação, por meio da constituição. [...] Quanto mais participativo tiver sido o processo de sua elaboração, mais essas escolhas refletem a vontade de todos e serão por todos compartilhadas. [...] No artigo primeiro da nossa constituição, está consagrada a nossa escolha pela democracia, tendo como fundamentos, entre outros, a cidadania e a dignidade humana (TORO; WERNECK, 2007, p.15).

Uma das manifestações mais expressivas da história do Brasil, além do movimento pelas Diretas Já, foi o pedido do povo pelo impeachment do Presidente Fernando Collor de Melo em 1992, após denúncias de corrupção no governo.

Desde 1990, todos os Presidentes da República foram eleitos pelo voto direto e a democracia tem sido buscada todos os dias.

Nesta constante evolução, além do estabelecimento de leis que garantem ao sujeito direitos essenciais à vida, políticos e civis, outros segmentos da sociedade decidiram não dependem apenas de ações do governo e começaram a tomar para si a responsabilidade pelo processo.

A cidadania passiva, outorgada pelo Estado, se diferencia da cidadania ativa, na qual o cidadão, portador de direitos e deveres, é essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política (CHAUI apud VIEIRA, 2004, p.40).

Vislumbrando esta realidade, organizações não governamentais que atuam por meio de movimentos populares começaram a buscar a democracia e a cidadania como forma de mudança, igualdade e liberdade.

A cidadania poderá, dessa forma, cumprir um papel libertador e contribuir para a emancipação humana, abrindo novos espaços de liberdade, por onde ecoarão as vozes de todos aqueles que, em nome da liberdade e da igualdade, sempre foram silenciados (VIEIRA, 2004, p.41).

Para que este ideal se torne realidade, os sujeitos devem ter consciência que podem mudar seus destinos, construindo uma sociedade resultante de suas escolhas e vontades. Desta forma a democracia torna-se realidade.

4.3 Praticando a cidadania

Os movimentos populares são exemplos da prática da democracia e da cidadania. Geralmente, são pequenos grupos que têm em comum, assuntos específicos. Podemos observar esses grupos nas paróquias, nas associações de bairros, na produção de hortas comunitárias e em sistemas cooperativos.

Quando falamos em movimentos populares, estamos nos referindo ao conjunto de organizações das classes subalternas que são constituídas com objetivos explícitos de tentarem obter um melhor nível de vida através do acesso a bens de consumo individual e coletivo, da garantia da satisfação dos direitos básicos de sobrevivência e dos direitos de participação política na sociedade, como por exemplo, os serviços de atendimento à doença, a escola em bairros recém-formados, moradia, reforma agrária, etc (PERUZZO, 2002, p.4).

Movimentos populares são manifestações e organizações constituídas com objetivos explícitos de promover a conscientização, a organização e a ação de segmentos das classes subalternas visando a satisfazer seus interesses e necessidades, como os de melhorar o nível de vida, através do acesso às condições de produção e de consumo de bens de uso coletivo e individual; promover o desenvolvimento educativo-cultural da pessoa; contribuir para a preservação ou recuperação do meio ambiente; assegurar a garantia de poder exercitar os direitos de participação política na sociedade e assim por diante. Em última instância, pretendem ampliar a conquista de direitos de cidadania, não somente para pessoas individualmente, mas para o conjunto de segmentos excluídos da população (PERRUZZO, 2005, p. 20).

Contudo, essa mobilização social não se refere apenas à presença em manifestações ou passeatas. Ela ocorre, em essência, quando há algo que se deseja alcançar, quando há uma interpretação e um objetivo também em comum que desejam ser alcançados.

“Participar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito em comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados” (TORO; WERNECK, 2007, p.13).

A formação de cidadãos está baseada no dispor-se pelo coletivo. E para que esta formação ocorra são criados espaços favoráveis para que o sentimento de cidadania seja despertado e exercido.

Enquanto a rotina, os negócios, os meios de comunicação de massa e as novas tradições infere aos homens modernos ao autoritarismo, a alienação e a delegação de poder, no qual o objetivo é sempre assumir o controle da situação, em contrapartida,

A prática da solidariedade e da gratuidade ajudam a compor os movimentos sociais, apensar do mundo competitivo e do individualismo da modernidade, nesta espécie de salve-se quem puder das emulações e dos incentivos. (PERUZZO, 1998, p.75).

Peruzzo (1998), chama de atores sociais as organizações não governamentais, o poder público, a igreja e algumas empresas privadas. A estudiosa também faz distinção dos tipos de movimentos sociais:

Existem aqueles ligados aos bens de consumo coletivo. Esses grupos buscam a melhoria na qualidade de vida da coletividade (na saúde, no transporte, na educação e na segurança). É geralmente formado por associações de moradores.

Outros grupos unem-se por lutar por um tema específico. É o caso do Movimento dos Sem Terra (MST), que luta pela reforma agrária no Brasil.

Existem grupos que lutam por melhores condições gerais de vida, como a preservação do meio ambiente.

Outros, que são motivados pelo fim das desigualdades culturais. Surgem movimentos de cultura negra ou feminista, por exemplo.

Há ainda aqueles dedicados à questão trabalhista, como os sindicatos dos trabalhadores.

Os direitos humanos também são um foco. Segmentos lutam contra a violação dos direitos das pessoas e contra a impunidade. São os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos.

E, finalizando, aqueles que são vinculados a problemas específicos, voltados para segmentos particulares, como o movimento nacional de meninos e meninas de rua ou a associação de pais e mestres.

Sociedade civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão. Sujeitos desses conflitos e portanto da sociedade civil exatamente enquanto contraposta ao estado são as classes sociais ou, mais amplamente, os grupos, os movimentos, as associações que as representam ou se declaram seus representantes; ao lado das organizações de classe, os grupos de interesse, as associações de vários gêneros com fins sociais e indiretamente políticos, os movimentos de emancipação de grupos étnicos, de defesa dos direitos civis, de libertação da mulher, os movimentos de jovens. (BOBBIO apud PERUZZO, 1998, p.48).

Sabemos hoje que também os direitos ditos humanos são produto não da natureza, mas da civilização humana, enquanto direitos históricos, eles são mutáveis, ou seja, suscetíveis de transformação e de ampliação (BOBBIO, 1993, p.32).

A sociedade é constituída por cidadãos, que se diferenciam em pessoas ativas e passivas referente à democracia. Uma sociedade passiva é mais fácil de manipular. Pessoas sem criticidade são pessoas indiferentes a realidade em que estão inseridas, portanto, as preferidas dos governantes. Porém, para alcançarmos uma sociedade mais justa e igualitária precisamos de cidadãos ativos.

Bobbio (1993, p.39) questiona que se a democracia é um conjunto de regras de procedimento como contar com cidadãos ativos? O autor indaga da necessidade de alguns ideais na vida em sociedade.

É neste ponto que os movimentos populares entram em cena e chamam a sociedade para a busca plena da cidadania. Praticar a cidadania envolve comprometimento, determinação, busca pelos direitos e compromisso com os deveres.

As pessoas ao participarem de uma práxis cotidiana voltada para os interesses e as necessidades dos próprios grupos a que pertencem ou ao participarem de organizações e movimentos comprometidos com interesses sociais mais amplos, acabam inseridas num processo de educação informal que contribui para a elaboração / reelaboração das culturas populares e a formação para a cidadania (PERUZZO, 2002, p.2).

Uma das ferramentas para a prática, para o exercício e o desenvolvimento da cidadania são os meios de comunicação. Chamado de comunicação comunitária, jornais, revistas, rádio, tv e Internet se tornam instrumentos para o envolvimento da comunidade, lugar onde se tem vez e voz e forma na qual se ganha visibilidade para alcançar os direitos e conscientizar da suma importância do envolvimento de todos, por meio da busca coletiva pela melhoria da qualidade de vida.

Os meios de comunicação comunitários / populares – nem todos obviamente – têm assim o potencial de ser, ao mesmo tempo, parte de um processo de organização popular e canais carregados de conteúdos informacionais e culturais, além de possibilitarem a prática da participação direta nos mecanismos de planejamento, produção e gestão (PERUZZO, 2002, p.6).

E com a velocidade da evolução das tecnologias de informação, as novas gerações têm cada vez mais se tornado fã, ou mesmo dependente, dos meios de

comunicação. O tempo de exposição faz com que esses meios tornem-se também educadores informais. Ao contrário dos meios comunitários, os meios de comunicação de massa não tem o intuito de trazer conteúdos educativos, mas buscam a audiência e lucros. Para isso abordam temas que seus telespectadores, ouvintes ou leitores gostam, sem se preocuparem com a manutenção da cultura, do respeito e da cidadania.

Não é preciso muita imaginação para prever que o desenvolvimento da técnica, a transformação das condições econômicas e sociais, a ampliação dos conhecimentos e a intensificação dos meios de comunicação poderão produzir mudanças na organização da vida humana e das relações sociais que se criem ocasiões favoráveis para o nascimento de novos carecimentos e, portanto, para novas demandas de liberdade e de poderes. Para dar apenas alguns exemplos, lembro que a crescente quantidade e intensidade das informações a que o homem de hoje está submetido faz surgir, com força cada vez maior, a necessidade de não ser enganado, excitado ou perturbado por uma propaganda maciça e deformadora; começa a se esboçar, contra o direito de expressar as próprias opiniões, o direito à verdade das informações (BOBBIO, 2004, p.34).

Os meios de comunicação de massa exercem influência no modo de falar, de agir e pensar, por esta razão que não devemos ser acríticos e aceitar o que a indústria cultural impõe por meio dos seus produtos. É neste ponto que os meios comunitários se distinguem.

Para Labni; Maia (2009, p.39), as rádios comunitárias são lugares onde há a livre manifestação do pensamento e um ambiente onde se conquistam a oportunidade para o exercício, a conquista e a manutenção dos outros direitos. “Dessa forma, as emissoras comunitárias podem abrir a possibilidade de a população organizada exercitar uma comunicação plural e democrática”.

Independente do veículo usado, o espaço comunitário é onde a comunidade pode se expressar. Produzindo e editando as matérias, as pessoas e a comunidade envolvidas desenvolvem a criticidade e a capacidade de raciocínio, já que os assuntos e o espaço que terão é uma escolha deles. Ao mesmo tempo que ele é o receptor, torna-se também o emissor, sendo produtor do seu próprio conhecimento. Sendo produtor, significa afirmarmos que isso foi possível, pois houve participação.

Assim, os meios comunitários têm ampla contribuição na estruturação da cidadania: integram um processo de organização popular, são vias carregadas de conteúdos informacionais e culturais, e possibilitam a

participação direta desde o planejamento à gestão das informações (LIBNI; MAIA, 2009, pp.45-46).

A comunicação não é apenas um canal de mensagens, ela se

[...] Realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social; está imbuído de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo, afirma Peruzzo (2005, p.20).

Cidadania é a participação efetiva no planejamento, é a expressão, a manifestação do pensamento. “E aqui se vê a importância da comunicação para a cidadania” (GUARESHI; BIZ, 2005, p.34).

O entendimento sobre comunicação comunitária, participação, educação e democracia explicitadas aqui, são mister para entender a prática da cidadania e o papel do cidadão.

4.4 Sentir-se cidadão

Para sentir-se cidadão, o indivíduo deve ter pleno conhecimento dos seus deveres, direitos e da importância do nível de participação que exerce no ambiente onde está inserido.

E para isso é também essencial distinguir a diferença entre direitos humanos, cidadania e direitos do cidadão.

[...] A cidadania é regulada pelo Estado e pode variar de uma sociedade para outra. Já os direitos humanos são universais e históricos, extrapolam os limites de uma nação. Exemplo: o direitos à moradia e ao acesso ao conhecimento (PERUZZO, 2002, p.3).

Nossa constituição federal, no artigo 3º afirma que são objetivos fundamentais do nosso país,

I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II. Garantir o desenvolvimento nacional; III. Erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV. Promover o bem de

todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação¹³.

Sobre cidadania, Chauí (apud VIEIRA, 2004, p.40) há dois tipos: a passiva e a ativa. A primeira é concedida pelo Estado, a segunda, a ativa refere-se ao cidadão portador de direitos e deveres, “é essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política”.

A cidadania poderá, dessa forma, cumprir um papel libertador e contribuir para a emancipação humana, abrindo novos espaços de liberdade, por onde ecoarão as vozes de todos aqueles que, em nome da liberdade e da igualdade, sempre foram silenciados (VIEIRA, 2004, p.41).

Sentir-se cidadão implicará, automaticamente, no papel de agente transformador ou de produtor social, que tem o anseio de mudar a realidade, compartilhamento de propósitos e engajamento em lutas para transformar sonhos em fatos. Esse agente transformador deve ter seu desejo de mudança compartilhado com outros. Assim, as ações do grupo devem estimular a capacidade de trabalhar coletivamente e estimular o desenvolvimento do sentimento de pertença.

O trabalhador social não é fatalista. Ele não aceita passivamente a realidade, sem perspectivas de mudança. É geralmente, um conhecedor da sociedade e dos direitos e deveres da comunidade e da constituição. Tem liderança para unir pessoas em prol do bem coletivo e tem conceitos claros de democracia, cidadania, comunidade e participação. Neste cenário, o que difere os grupos de produtores sociais é que a coletividade tem um compromisso que vai além da mobilização ou interesses particulares, mas visa o compromisso com os resultados a partir de suas ações.

Um processo de mobilização passa por dois momentos. O primeiro é o do despertar do desejo e da consciência da necessidade de uma atitude de mudança. O segundo é o da transformação desse desejo e dessa consciência em disposição para a ação e na própria ação (TORO; WERNECK, 2007, p.79).

Nos últimos 20 anos surgiram novas formas de ações sociais transformadoras. Os movimentos sociais ou populares começaram a discutir novos assuntos, muitas vezes deixados em segundo plano pelo Estado. A melhoria na qualidade de vida foi um tema em voga.

¹³ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm, em 12/04/10 às 14h20.

Segundo estimativa da PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a atuação das Organizações Não Governamentais beneficia cerca de 250 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento. As Organizações Não-Governamentais e voluntários tornaram-se importantes peças de apoio aos programas de desenvolvimento nas últimas décadas (VIEIRA, 2004, p.67).

Essas entidades como as pessoas estão sendo chamadas a desempenhar um papel de agente transformador, na tentativa de buscarem alternativas, para os vários problemas que permeiam o viver dos indivíduos.

A partir do conceito de democracia define-se o conceito de cidadão. Para muitos, o cidadão seria aquele que vota. Mas o voto, apesar de ser um direito do cidadãos, não é o que o define como tal. Cidadão é a pessoa capaz de criar ou transformar, com os outros, a ordem social, a quem cabe cumprir e proteger as leis que ele mesmo ajudou a criar (TORO; WERNECK, 2007, p.21).

Para Durkheim (apud Fernandes, 2003, p.162), a construção da cidadania está relacionada à educação. A educação não se limita apenas à escola, mas à toda sociedade, por meio de um conjunto de costumes, fatos, palavras que pronunciamos e pelos atos que praticamos.

Educação significa educar para a sociedade. É a socialização do patrimônio de conhecimento acumulado, o saber sobre os meios de obter o conhecimento e as formas de convivência social. É também educar para a convivência social e a cidadania, para a tomada de consciência e o exercício dos direitos e deveres do cidadão (PERUZZO, 2002, p.4).

Os meios comunitários, fidedignos com seu verdadeiro papel perante a sociedade, tornam-se espaços de educação para a cidadania. E essa educação se dá por meio do nível de participação.

Está aí o âmago da questão da educação para a cidadania nos movimentos sociais, na inserção das pessoas num processo de comunicação, onde ela pode tornar-se sujeito do seu processo de conhecimento, onde ela pode educar-se através de seu engajamento em atividades concretas no seio de novas relações de sociabilidade que tal ambiente permite que sejam construídas (PERUZZO, 2002, p.6).

Este processo informal resulta num processo educativo. Mesmo fora dos bancos escolares, a inserção na ação faz com que os participantes mudem sua forma de pensar, agir, falar e passam a ver o mundo de outra forma. O respeito pela comunidade, a preocupação com a educação, a busca pela garantia dos direitos, o comprometimento com seus deveres e a tentativa de alcançar a melhoria de vida da coletividade faz com que a participação leve à educação. E nesse processo o resultado e o sentir-se cidadão.

Protagonistas. É esse papel daquele que faz parte do processo. Ele não é apenas mais um receptor, não é analisado como fim do processo, mas na comunicação comunitária é aquele que exerce seu papel de cidadão. Ele produz, planeja, edita e transmite os conteúdos visando o bem comum.

O cidadão tem nele o sentimento de pertença, isso o transforma em um participante ativo das questões que envolvem a comunidade em que está inserido. Ele não busca apenas os direitos e deveres individuais, mas pensa na coletividade e na melhoria contínua da condição de vida de todos.

CAPÍTULO V - Cenário.

O levantamento de teses de doutorado e dissertações de mestrado, a explicação da metodologia e a análise das teses e dissertações para verificação dos estudos simultâneos, abordando a Comunicação Comunitária e a Mídia-educação estão neste capítulo.

5.1 Dissertações e Teses que comprovam a interação prática entre a Comunicação Comunitária e a Mídia-educação

Nesta parte da dissertação será relatado o levantamento sobre todas as teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas no Brasil, que tratam, simultaneamente, os temas comunicação comunitária e mídia-educação. Como critério foram usadas as palavras-chaves: “comunicação comunitária, mídia-educação, educomunicação e comunicação e educação”. O recorte foi feito no período de 2000 a 2009. A fonte de informação bibliográfica para o levantamento de teses de doutorado e dissertações de mestrado deu-se por meio da Internet, do site do Capes¹⁴ – Coordenação para ao Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, do Ministério da Educação.

A diversidade de palavras-chave serve como guia para o levantamento de fontes bibliográficas relacionadas ao assunto e como filtro para a definição das teses e dissertações analisadas. A partir do exame dos resumos, identificou-se aquelas diretamente relacionadas à problemática em questão, as quais serão selecionadas e formarão a base amostral que sofrerá a análise de todo o conteúdo apresentado.

Por meio do levantamento preliminar de casos, comprovou-se que já houve relatos sobre o uso simultâneo do trabalho prático entre a comunicação comunitária e a mídia-educação. Para tal estudo, o método adotado foi o qualitativo.

A pesquisa qualitativa não pretende medir em números ou estatísticas os resultados obtidos na pesquisa. Ela objetiva a observação e a análise.

A partir da decisão de estudar o tema, com o auxílio da orientadora referente à metodologia, começou-se a pesquisa bibliográfica sobre os conceitos da Comunicação Comunitária e da Mídia-educação.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois permitirá identificar e reconstituir os conceitos e análises de casos já abordados na produção recente.

¹⁴ <http://www.capes.gov.br>

De acordo com os conceitos amplo e restrito de pesquisa bibliográfica, [...] adotaremos o sentido restrito, definindo-a como um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa, bem como técnicas de leitura e transcrição de dados que permitem recuperá-los quando necessário (STUMPF, 2005, p.54).

Segundo Gil (2007, p.65), a vantagem da pesquisa bibliográfica é que ela permite “ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. O autor ressalta que é importante, principalmente, “quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço”.

Em seguida foi feito o levantamento das teses e dissertações, aplicação do filtro contendo as palavras-chave, leitura dos resumos e do conteúdo integral. Com o levantamento das informações, foi feita a análise para comprovação ou refutação do questionamento.

No primeiro levantamento foi totalizado 431 teses e dissertações entre os anos de 2000 e 2009, com as palavras-chave apontadas. O segundo filtro foi a verificação de repetição de títulos no levantamento, por incluírem mais de uma palavra-chave apontadas para escolha. O terceiro filtro aplicado foi a leitura dos resumos. Aqueles não relacionados à pesquisa social na área de comunicação foram descartados. O quarto filtro aplicado foi a leitura dos capítulos para verificação da abordagem dos conceitos pesquisados.

Verificou-se o fomento nas pesquisas incluindo a Comunicação Comunitária e a Mídia-educação nos anos de 2008 e 2009, conforme aponta a tabela no capítulo V.

Após os filtros, totalizou-se 43 trabalhos que abordaram de forma, simultânea, a Comunicação Comunitária e a Mídia-educação.

Para o início da pesquisa foi levantado quais as instituições que estavam cadastradas pelo Capes. Os critérios escolhidos para a filtragem foram:

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas.

Área: Comunicação.

Segue abaixo tabela com o nome do programa, da instituição, o estado, o nível (mestrado e doutorado) e conceito do curso.

PROGRAMA	IES	UF	CONCEITO MESTRADO	CONCEITO DOUTORADO
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	UFAM	AM	3	X
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	UNISINOS	RS	5	5
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	USP	SP	4	4
COMUNICAÇÃO	UFC	CE	3	X
COMUNICAÇÃO	UNB	DF	4	4
COMUNICAÇÃO	UCB	DF	3	X
COMUNICAÇÃO	UFG	GO	3	X
COMUNICAÇÃO	UFJF	MG	3	X
COMUNICAÇÃO	UFPE	PE	4	4
COMUNICAÇÃO	UFPR	PR	3	X
COMUNICAÇÃO	UEL	PR	3	X
COMUNICAÇÃO	UFRJ	RJ	5	5
COMUNICAÇÃO	UFF	RJ	5	5
COMUNICAÇÃO	UERJ	RJ	3	X
COMUNICAÇÃO	PUC – RIO	RJ	4	X
COMUNICAÇÃO	UFSM	RS	3	X
COMUNICAÇÃO	UNESP-BAURU	SP	3	X
COMUNICAÇÃO	FCL	SP	3	X
COMUNICAÇÃO	UNIMAR	SP	3	X
COMUNICAÇÃO	UNIP	SP	3	X
COMUNICAÇÃO	UAM	SP	3	X
COMUNICAÇÃO	USCS	SP	3	X
COMUNICAÇÃO E CULTURA	UNISO	SP	3	X
COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA	UFBA	BA	5	5
COMUNICAÇÃO E CULTURAS MUDIÁTICAS	UFPB-JP	PB	3	X
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	UFRGS	RS	4	4
COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS	UTP	PR	4	4
COMUNICAÇÃO E PRÁTICAS DE CONSUMO	ESPM	SP	3	X
COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA	PUC-SP	SP	4	4
COMUNICAÇÃO SOCIAL	UFMG	MG	5	5
COMUNICAÇÃO SOCIAL	PUC-RS	RS	5	5
COMUNICAÇÃO SOCIAL	UMESP	SP	4	4
COMUNICAÇÃO SOCIAL: INTERAÇÕES	PUC-MG	MG	3	X

MIDIÁTICAS				
COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA	UFPA	PA	3	X
ESTUDOS DA MÍDIA	UFRN	RN	3	X
IMAGEM E SOM	UFSCAR	SP	3	X
JORNALISMO	UFSC	SC	3	X
MEIOS E PROCESSOS AUDIOVISUAIS	USP	SP	4	4
MULTIMEIOS	UNICAMP	SP	4	4

Segue abaixo um esquema para entendimento das teses e dissertações disponíveis de 2000 a 2009 no site da Capes, separadas pelas palavras-chave: “comunicação comunitária, mídia-educação, educomunicação e comunicação e educação”.

Palavra-chave	Nível	Total
Comunicação Comunitária	Mestrado	28
Comunicação Comunitária	Doutorado	06
Mídia-educação	Mestrado	75
Mídia-educação	Doutorado	14
Educomunicação	Mestrado	55
Educomunicação	Doutorado	15
Comunicação e educação	Mestrado	184
Comunicação e educação	Doutorado	53
Total		431 teses e dissertações

A primeira filtragem foi feita através da leitura dos resumos.

A segunda filtragem foi pela escolha dos últimos dois anos de publicações, 2008 e 2009, por verificar que neste período houve um crescimento expressivo no número de publicações que envolviam os temas pesquisados e o fomento de pesquisas na área.

Segue abaixo o levantamento.

Palavra-chave	Nível	Total
Comunicação Comunitária	Mestrado	12
Comunicação Comunitária	Doutorado	02

Mídia-educação	Mestrado	16
Mídia-educação	Doutorado	00
Educomunicação	Mestrado	08
Educomunicação	Doutorado	01
Comunicação e educação	Mestrado	04
Comunicação e educação	Doutorado	00
Total		43 teses e dissertações

Segue abaixo palavras-chave como identificação, nível, ano, autor, título, instituição, autor e biblioteca depositária e análise.

Palavra-chave:	Comunicação Comunitária
Nível:	Mestrado

FELIX, Carla B. **Entre Discursos: Mídia e Subjetividade nos Espaços Populares**. 1v. 157p. Mestrado. UFRJ. Orientador: Paulo Roberto G. Vaz. Biblioteca depositária: UFRJ. Resumo:

Neste trabalho refletimos sobre a representação da favela na grande mídia e sobre o esforço dos movimentos comunitários em produzir uma representação alternativa dos espaços populares. Nosso objeto de estudo é o bairro Maré, que reúne 16 favelas localizadas ao longo da Avenida Brasil, subúrbio do Rio de Janeiro. É neste espaço, marcado pela sociabilidade violenta e estigmatizado pela mídia, que se desenvolve um dos mais bem sucedidos projetos de comunicação comunitária, o jornal O Cidadão, feito pelos moradores e distribuído em todas as 16 localidades. Suas estratégias e efeitos sobre a subjetividade local são discutidos a partir do referencial teórico, da pesquisa empírica nos jornais e das entrevistas com produtores e leitores da publicação. Os depoimentos revelam que, apesar de ainda resistirem a uma subjetividade ligada à favela, seus moradores contestam os discursos da grande mídia que, através da espetacularização dos fatos, da supervalorização dos problemas e da militarização do discurso, legitimam a violência contra as comunidades. A sensibilidade dos moradores reitera as conclusões obtidas na pesquisa sobre a imagem da favela no noticiário televisivo: a presença constante da polícia (em 52% dos casos) nas reportagens cria o lugar de risco na sociedade contemporânea e criminaliza a pobreza. Neste sentido, defendemos que a produção de discursos alternativos sobre a favela não apenas abre a possibilidade de uma outra representação, mas inaugura um novo horizonte de expectativa para seus moradores.

Análise: Neste estudo a comunicação comunitária e a mídia-educação trabalharam juntas, com o objetivo de promover a cidadania, a participação e a educação. O depoimento dos participantes do projeto revela a contribuição da comunicação na vida em comunidade. Nesta análise é abordado uma educação voltada

para os meios, com os meios e sobre os meios. Além do desenvolvimento do senso crítico, o moradores, num sistema de autogestão, usam o impresso como canal de voz. O artigo foi publicado no Intercom¹⁵.

FERREIRA, João B. Comunicação Comunitária: Processos de comunicação em comunidades rurais do Amazonas e impacto da Comunicação de Massa. 1v. 200p. Mestrado. UFAM. Orientador: Nelson Matos de Noronha. Biblioteca depositária: UFAM.

Resumo:

Segundo o site da Capes, o resumo não foi disponibilizado pelo autor. Não foi encontrado nenhuma publicação com este título.

TRESCA, Laura C. Políticas locais de fomento à Comunicação Comunitária: Os casos das prefeituras de Fortaleza, João Pessoa, Macapá, Porto Alegre e Recife. 1v. 186p. Mestrado. UMESP. Orientadora: Cicília Maria K.Peruzzo. Biblioteca depositária: UMESP.

Resumo:

Quais foram as políticas de fomento à comunicação comunitária, desenvolvidas nas gestões municipais de 2001 a 2004 e nos anos 2005 e 2006, das capitais brasileiras? A partir de reflexões teóricas sobre incomunicação, democracia, desenvolvimento, comunicação comunitária, transformação social e políticas públicas de comunicação, é descrito o panorama das políticas locais de fomento à comunicação comunitária no Brasil. Contudo, é preciso verificar em que condições o fomento à comunicação comunitária é possível. Assim, essa pesquisa objetiva analisar os condicionantes políticos-sociais, materiais, ideológicos e institucionais-metodológicos das políticas locais de comunicação das prefeituras de Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), Macapá (AP), Porto Alegre (RS) e Recife (PE) em execução em 2007. Optou-se pelo estudo de casos múltiplos, a fim de verificar quais são as replicações possíveis. Como fontes de evidências, foram utilizadas a documentação existente sobre essas experiências e entrevistas semi-estruturadas. Tal multiplicidade se fez necessária uma vez que a triangulação foi a forma de análise de dados escolhida. Por fim, conclui-se que políticas de fomento à comunicação comunitária começam a ser implantadas em âmbito municipal, mas ainda de forma incipiente e pouco articuladas.

Análise: Tresca fez uma análise sobre as experiências¹⁶, a instalação, funcionamento e incentivo de alguma capitais brasileiras, citadas acima, do ano de 2001 a 2006, focando o fomento das políticas locais para a comunicação alternativa, os objetivos, a destinação de recursos, o nível de acompanhamento pelo poder público. Os pilares da pesquisa são Paulo Freire, que defende o uso da comunicação para a educação e Cicília Peruzzo, no uso da comunicação para o alcance da cidadania. Tresca faz um resgate da lei que regulamenta a comunicação comunitária no Brasil, fala sobre a

¹⁵ Disponível no site <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0090-1.pdf>

¹⁶ Disponível em <http://www.metodista.br/poscom/cientifico/publicacoes/discentes/mes/mestrado-0009>

possibilidade de mobilização social, o papel do estado no incentivo para ampliação dos direitos e à cidadania com a contribuição da comunicação e como o governo responde às demandas exigidas pelos movimentos locais, para expressão cultural, política, educacional e de direito. A autora não faz conexão direta com a mídia-educação, ela pontua os conceitos da comunicação comunitária, congruentes com o da mídia-educação, mas não faz uma análise profunda dos projetos em execução.

FERREIRA, Helen P. Serviço de Radiodifusão Comunitária: Metamorfose e singularidade. 1v. 115p. Mestrado. UERJ. Orientador: Mauro José S.R.Costa. Biblioteca depositária: UERJ.

Resumo:

Este trabalho buscou compartilhar o debate sobre as metamorfoses e singularidades das rádios comunitárias e a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como linha de fuga capaz de desterritorializar a comunicação comunitária. Guattari, Deleuze e Negri foram os principais referenciais teóricos com que trabalhamos. Fizemos entrevistas com personagens vinculados ao serviço de radiodifusão comunitária no Rio de Janeiro. O cruzamento destes autores com as entrevistas e apreciação de outros materiais teóricos nos permitiu pensar as implicações do uso da internet como mais um meio para o serviço de radiodifusão ser transmitido. Sendo capaz de ampliar as ideias e experiências, podendo fazer parte da rede de produção colaborativa promovida pelo ciberespaço. O esboço deste estudo nos mostrou que a comunicação popular tende a ser encarada erradamente na esfera da ilegalidade, mas os benefícios e a aceitação da comunidade constituem a sua legitimidade. Os dados empíricos revelam que a Lei 9612/98 apesar de “legalizar” as rádios comunitárias tende exercer um papel castrador. Esta imagem nos leva a pensar o uso das ferramentas da internet como ação política capaz de contribuir para ser mais um espaço de atuação das rádios comunitárias, colaborando para democratização da comunicação.

Análise: Esta pesquisa¹⁷ tem como foco investigar o cenário de liberdade, repressão e comparar a lei que regula o funcionamento das rádios comunitárias com a realidade verificada por elas. E acena para a possibilidade da rádio comunitária migrar para o ciberespaço. Esta pesquisa está linkada com a mídia-educação, pois verifica a importância “das expressões de uma necessidade social crescente por ambientes acessíveis ao diálogo, a livre troca de informação e produção cultural” (2009, p.99). Ferreira chama a comunicação alternativa de popular, fala da educação para a linguagem e do meio como local de aprendizagem. A pesquisadora relata a experiência da Rádio Escola Sudoeste 94 FM, que trata de assuntos ambientais, mas que ela verifica, que se transformou em um canal abrangente, “que respondeu às necessidades da comunidade e também um canal de entretenimento e convívio social”. A constatação

¹⁷ Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp118503.pdf>

é que o meio é um processo de formação e desenvolvimento. A experiência aborda os conceitos e objetivos da mídia-educação e da comunicação comunitária.

MALERBA, João P.C. **Rádios Comunitárias 2.0: possibilidades e limites de redes.** 1v. 181p. Mestrado. UFRJ. Orientador: Raquel Paiva de A. Soares. Biblioteca depositária: UFRJ.

Resumo:

O trabalho investiga as apropriações que as rádios comunitárias brasileiras e suas entidades representativas têm feito das novas tecnologias de informação e comunicação. Esses atores têm sido importantes para a mobilização e a conscientização sócio-histórica de parcelas excluídas das instâncias decisórias de poder, apesar de serem sistematicamente perseguidos e estigmatizados pelo poder estatal. Fazendo um inventivo uso da Internet, as rádios comunitárias brasileiras têm estabelecido redes de aliança e trocas diretas e horizontais entre si e com outros atores da sociedade civil que, além de fortalecê-las enquanto corpo coletivo pode significar um contínuo refinamento de suas demandas e valores. Para realizar essa investigação primeiramente fez-se necessário uma pesquisa teórica acerca das perspectivas ontológica, política e ética em Bakhtin e Gramsci. Em seguida, realizamos uma revisão terminológica, conceitual e de abordagem na área de Comunicação Comunitária a fim de problematizar um caminho teórico mais adequado para esse momento atual das mídias comunitárias. Por fim, analisamos a situação atual das rádios comunitárias marcada por antigos desafios frente ao poder estatal e novas possibilidades tecnológicas. Com as redes sociais virtuais essas emissoras vão assumindo modos de agir mais libertários, hibridizando meios e atores na sua prática comunicacional. A partir de pesquisas quantitativa e qualitativa fizemos uma análise de uma rede social colaborativa comprometida com a cidadania e com foco nas rádios comunitárias: o RadioTube.

Análise: A análise feita, primeiramente, embasa teoricamente os fundamentos da comunicação comunitária. O autor relata a experiência, através da análise por meio do método quantitativo e qualitativo. O conceitos de comunidade, consciência, direitos e processo são defendidos por ele e indispensáveis ao falar da luta contra-hegemônica em relação aos meios de comunicação de massa. A busca pela consciência participativa e libertadora, segundo Malerba, deve fazer parte do processo de construção de uma nova mensagem. Para isso, o foco das programações das rádios FM Popular e rádio Tube tem como preceito produzir programas que lutem pela garantia dos direitos da comunidade, que “fale a língua do povo”. O processo de aprendizagem e de apropriação da cidadania e do incentivo à participação fazem parte da busca desta experiência.

ANSELMO, Marcia A. **A representação das práticas socioculturais de crianças e adolescentes do jornal Boca de Rua: a experiência do Boquinha.** 1v. 171p. Mestrado. UFRN. Orientador: Karla Maria Muller. Biblioteca depositária: FABICO.

Resumo:

O trabalho apresentado desenvolve-se na perspectiva dos estudos de comunicação e

cultura. Considera-se que as relações sociais estabelecidas, em decorrência da globalização, colocam os sujeitos em situações que podem resultar em processos de desigualdade social. Considerando os efeitos que o contexto socioeconômico provoca na condição infanto-juvenil, pergunta-se se o acesso de crianças e adolescentes à produção do Boquinha, encarte do jornal Boca de Rua, pode representar uma proposta de ação emancipatória. Neste sentido, observa-se quais características emergem da produção e transmissão, construção e recepção das formas simbólicas, analisando as identificações do grupo. Para isso, utiliza-se o referencial teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade, proposto por Thompson (2002), para analisar o processo de comunicação do jornal e descobrir a representação desenvolvida pelas crianças e adolescentes. Constata-se que a prática jornalística, produzida na esfera cultural, permite que os produtores criem histórias, sob a ótica da comunicação comunitária, servindo de instrumento para a construção de ações emancipatórias e para a constituição de identidades juvenis cidadãs.

Análise: A pesquisa¹⁸ estuda o processo educativo e a diferença quando há participação, engajamento e sentimento de pertencimento na comunidade. Este trabalho foi desenvolvido com crianças e jovens, com o objetivo de usar a comunicação para a educação e no desenvolvimento do sentimento de cidadania e pertença. A socialização foi um dos pontos chave apontados pela autora. O jornal Boquinha é um suplemento veiculado dentro do jornal Boca de Rua, um impresso de cunho comunitário. A participação voluntária, gera assuntos inerentes à realidade da comunidade. A distribuição do jornal é gratuita, o que permite que todos tenham acesso aos conteúdos produzidos. O jornal Boca de Rua é conhecido e respeitado pelos sujeitos, por promover a participação, dando oportunidade de vez e voz a todos. O relato da pesquisa resume-se na emancipação dos jovens em relação a se entenderem e se verem como cidadãos na sociedade.

TESSAROTTO, Marco Antônio de O. **Radiofusão comunitária e inclusão dos segmentos quilombolas na Paraíba: referências e análises sobre a fala ideal**. 1v. 155p. Mestrado. UFPB. Orientador: Wellington José de O. Pereira. Biblioteca depositária: UFPB.

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivos verificar a presença nas rádios comunitárias de Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia de programas produzidos pelos quilombolas, identificando o tipo de influência que estas mídias exercem e, se as mesmas fortalecem ou desconstroem as identidades culturais das comunidades negras rurais. A análise da referida problemática buscou suporte bibliográfico na obra de Habermas sob a perspectiva dos olhares de estudiosos brasileiros: Siebeneichler na Teoria da Ação Comunicativa e Leal que aborda a questão da reconfiguração da Esfera Pública local. O material de campo foi elaborado em forma de entrevistas participativas

¹⁸ Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17975/000726802.pdf?sequence=1>

com base em Peruzzo e codificado seu conteúdo de acordo com a temática da democratização das comunicações em Vergara e Bardin. Ainda, nesta pesquisa, traçamos o percurso e contexto histórico das rádios livres no Brasil e no mundo, percorrendo como as forças sistêmicas do novo coronelismo eletrônico se apoderaram da comunicação comunitária nestas cidades e, através das falas dos depoentes, os possíveis diálogos e caminhos para o retorno do entendimento mútuo, ora perdido.

Análise: O pesquisador¹⁹ verifica a possibilidades de resgate do sentimento de pertencimento, do trabalho grupal, das discussões, da forma efetiva de democracia, do papel da comunidade como atores sociais, portadores de senso crítico. O estudo verificou a falha no processo da comunicação comunitária e tenta encontrar caminhos para a retomada da sua essência de apropriação da cidadania. Tessaroto, através de depoimentos, faz um estudo nas rádios comunitárias de Alagoa Grande, Serra Redonda e Santa Luzia. Colhe depoimentos, voltados à recepção da programação e constata a comunicação comunitária como forma de liberdade de expressão, transmissão da cultura e tradição, a manutenção e a apropriação da identidade, na contribuição democrática, como processo libertador através de uma consciência crítica. Contudo, o pesquisador alerta que um meio comunitário pode perder a essência do popular, do alternativo e do educativo. Para isso, pontua em sua dissertação, as características do comunitário.

FRANCO, Maristela de O. **O papel educativo das rádios comunitárias: a vez da comunidade**. 1v. 111p. Mestrado. Escola Superior de Teologia. Orientadora: Laude Erandi Brandenburg. Biblioteca depositária: EST.

Resumo:

As Rádios Comunitárias exercem um papel importante nas comunidades em que estão inseridas. Além de ser um canal de expressão aberto à população local, permitem ao cidadão e à cidadã da periferia, excluídos digitalmente, culturalmente e socialmente utilizar as ondas hertzianas para se expressarem. O surgimento de milhares de rádios comunitárias em todo o país proporciona o início de um processo histórico de ruptura do monopólio dos meios de comunicação de massa. No âmbito da educação informal, as rádios comunitárias contribuem no processo da conquista da cidadania a partir da reflexão e da conscientização dos problemas e dos interesses coletivos.

Análise: O trabalho²⁰ tem como objetivo verificar como a comunicação contribui para o processo educativo, visando o conhecimento, a cidadania e a cultura. A pesquisa pretendeu verificar qual o papel dos educandos nos meios de comunicação comunitária

¹⁹ Disponível em <http://www.radarciencia.org/doc/radiodifusao-comunitaria-e-inclusao-dos-segmentos-quilombolas-na-paraiba-referencias-e-analises-sobre-a-fala-ideal/o2ScYJWxqTDhLzyvoTyyqTIwLF51MaOvYzWIYGLIZj==/>

²⁰ Disponível em http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=134

inerentes ao seu papel na sociedade, mas também como fortalecimento da cultura local. A pesquisa abordou o rádio como dimensão da educação, despertando capacidades e habilidades, até mesmo como canal de auto-ajuda ou movimento de libertação. Para Franco, a comunicação comunitária é agregadora da educação e “o berço da educação popular está ligado aos movimentos sociais”.

BERTI, Orlando Maurício de C. **Os processos comunicacionais nas rádios comunitárias legalizadas do Sertão do Piauí**. 1v. 372p. Mestrado. UMESP. Orientadora: Cicília Maria K. Peruzzo. Biblioteca depositária: Jalmir Bowden.

Resumo:

O trabalho reflete sobre os processos comunicacionais das 30 primeiras rádios comunitárias legalizadas do sertão do Piauí. Procura traçar o panorama dessas emissoras, identificar as rádios que têm mais vínculos e atuação comunitária e também analisar seus papéis sociais e diferenças. Objetiva-se ainda seus processos comunicativos, além de mapear e fornecer visão do funcionamento de cada emissora, entender como ocorre a participação das comunidades, a visão do fazer radialismo e o significado das emissoras consideradas emblemáticas no fazer comunitário. Metodologicamente adota-se o método qualitativo, o qual foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, estudo documental e pesquisa de campo, cujas técnicas usadas foram: estudos de produção bibliográfica e de documentos virtuais e hemerográficos e realização de entrevistas semi-estruturadas presenciais com membros das emissoras. As rádios comunitárias pesquisadas têm ampla importância nos espaços em que estão instaladas porque contribuem difundindo informação local e favorecendo o debate sobre novas demandas de cidadania e novos rumos para a região sertaneja piauiense.

Análise: Berti faz uma análise²¹ das 30 primeiras rádios legalizadas no sertão do Piauí. Na dissertação, o pesquisador aborda temas como a comunicação comunitária, a comunicação local, discorre sobre a definição de comunidade, compara os aspectos de uma rádio comunitária em essência e alerta para a exclusão dos sujeitos no processo comunicativo comunitário e para o potencial social, econômico e cidadão do sertão do Piauí. Em suma, as rádios poderiam ser, efetivamente, um canal de voz do povo, sem a busca por fins lucrativos. O objetivo do estudo era verificar se as rádios, chamadas comunitárias, eram de fato comunitárias, na forma de gestão, de produção de conteúdo, na busca de recursos e na administração. A conclusão da pesquisa foi que quase a totalidade diziam-se rádios comunitárias, mas não apresentavam as características pontuadas pelo estudioso em seu trabalho teórico. Entre os apontamentos estavam a veiculação publicitária, a falta de participação efetiva da comunidade ou chamada de

²¹ Disponível em http://www.metodista.br/poscom/cientifico/publicacoes/discentes/art/copy14_of_artigo-0067

interatividade, que considera-se falsa, pois a participação é feita apenas por carta e telefone. Além disso, a parceria, a propriedade das rádios estavam ligadas à partidos políticos. Neste levantamento, conclui-se que nas chamadas rádios comunitárias não havia cunho de participação, desenvolvimento, cidadania, educação, etc.

ANDRADE, Paulo Emílio de C. **Ongs e educação: significados atribuídos por jovens à participação em projetos educativos.** 1v. 243p. Mestrado. UFMG. Orientadores: Geraldo M.P.Leão e Juarez T.Dayrell. Biblioteca depositária: UFMG.

Resumo:

A pesquisa investigou as dimensões educativas de Organizações Não Governamentais (ONGs), buscando compreender a metodologia de trabalho desenvolvida e os significados que jovens das camadas populares de Belo Horizonte atribuem à participação nos projetos desenvolvidos pela Associação Imagem Comunitária. Na realização da pesquisa privilegiou-se a abordagem qualitativa, optando pelo estudo de caso, que incluiu diferentes métodos de coleta de dados: observação participante do cotidiano de participação de 8 jovens nas atividades da Associação Imagem Comunitária em 2007, entrevistas individuais e análise de documentos. Dentre os resultados da investigação, evidenciou-se que a metodologia utilizada pela Associação Imagem Comunitária contribui para que os jovens participantes dos seus projetos de comunicação comunitária estabeleçam novos circuitos de participação e atuação na cidade e amplia as esferas de sociabilidade entre eles. Ao mesmo tempo, influencia nas escolhas profissionais desses jovens, bem como na elaboração dos projetos de futuro dos mesmos, apesar dos limites apresentados para sua inserção no mercado de trabalho.

Análise: O estudo²² aborda o trabalho da organização não governamental AIC – Associação Imagem comunitária, desenvolvida desde 1983 na cidade de Belo Horizonte-MG. O trabalho da ONG tem como priori o processo formativo de jovens perante a mídia, analisando as vertentes de como educar para as mídias, sobre elas e com elas. O foco principal é trabalhar com a comunidade o sentimento de participação, de cidadania e de desenvolvimento cultural, através da educação não-formal. O estudo tenta analisar as possibilidades alcançadas pela ONG nos trabalhos desenvolvidos com o uso das mídias e que tenham dimensões educativas. Pretendeu entender-se como acontece a repercussão dos trabalhos com o uso das mídias na vida dos jovens e de que forma contribuem para o crescimento, como formas de experiência e visões de mundo. Mais uma vez a comunicação comunitária e a mídia-educação, buscam de formas distintas, objetivos convergentes.

²² Disponível em http://dspace.lcc.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/FAEC-84VQUG/1/disserta__o_paulo_andrade.pdf

SERRO, Rosane de F.P. **Comunicação comunitária em áreas de risco socioambiental**. 1v. 108p. Mestrado. UFRJ. Orientadora: Raquel P.de A. Soares. Biblioteca depositária: UFRJ.

Resumo:

A dissertação tem como objetivo avaliar a importância da comunicação comunitária como instrumento de organização social e de construção da cidadania das comunidades em áreas de risco socioambiental. O objeto de estudo são as comunidades de Moreré e Monte Alegre, situadas na Ilha de Boipeba, no Sul do estado da Bahia, numa área de exploração de gás natural pelo Consórcio Manati, operado pela Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. A pesquisa leva em conta a ameaça do modelo neoliberal globalista à proposta comunitária e sua luta para preservar seus valores de pertencimento. Para refletir sobre a realidade das comunidades em áreas de risco socioambiental, são utilizados os conceitos de modernidade reflexiva; desencaixe das instituições sociais; sociedade de risco; poder; hegemonia e contra-hegemonia; responsabilidade social e leitura crítica. As localidades escolhidas apresentam carência severa de recursos básicos como abastecimento de água, saneamento básico, coleta de lixo, transporte e telefonia, mas possuem um nível de participação popular que lhes permitiu construir uma representatividade coletiva e negociar suas demandas com os agentes dominantes. A pesquisa avança na análise do uso da comunicação comunitária nesse processo, como prática que envolve o reconhecimento de valores, a identidade, a cultura e construções simbólicas capazes de promover a transformação social de um grupo, através da utilização de meios e técnicas.

Análise: O experimento²³ aborda os conceitos de comunicação comunitária, porém, não faz nenhuma menção a que tipo de comunicação, seja produção, ou análise é feita. A autora conceitua, erroneamente, o termo comunicação comunitário, apenas fazendo com que o grupo citado lute pela preservação ambiental. Neste caso, entendemos que o termo correto aqui, seja o de mobilização social. Este trabalho, apesar de ter como palavra-chave a comunicação comunitária, não deixa claro a metodologia de pesquisa, resultando na exclusão deste nesta pesquisa que envolve a comunicação comunitária e a mídia-educação.

COUTO, Viviane M. **Estratégias de comunicação para integração e mobilização social: a rádio Centre-Ville e os imigrantes brasileiros na cidade de Montreal - Canadá**. 1v. 105p. Mestrado. UFRPE. Orientador: ANGELO B.F. Callou. Biblioteca depositária: UFRPE.

Resumo:

Apresentam-se nesta pesquisa as estratégias de comunicação utilizadas pela rádio Centre-Ville para integrar e mobilizar os imigrantes brasileiros na cidade de Montreal, Canadá na perspectiva do desenvolvimento local. Especificamente, a pesquisa ainda mostra um estudo das temáticas abordadas pelo programa Sexta Brasil da rádio Centre-Ville relacionadas à comunidade brasileira. A missão, os objetivos e os preceitos da rádio Centre-Ville falam em integração, mobilização, comunicação comunitária,

²³ Disponível em http://dspace.lcc.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/FAEC-84VQUG/1/disserta__o_paulo_andrade.pdf

participação e desenvolvimento. Neste caso, integram-se conceitos do desenvolvimento local. Ao fim desta pesquisa pretende-se responder se a rádio Centre-Ville emprega estratégias de comunicação características de uma intervenção para o desenvolvimento local, agindo como força endógena na promoção dos interesses das comunidades imigrantes, capaz de incentivar a capacidade da comunidade brasileira de tomar a frente de seu próprio desenvolvimento, construindo e re-construindo práticas sociais, políticas e culturais. Mais de três décadas após sua inauguração, a rádio Centre-Ville mantém a mesma missão e os mesmos objetivos iniciais, de integrar os imigrantes na sociedade local. Porém, com todas as novas tecnologias da comunicação, com a informação ao “alcance das mãos” pela internet, podendo ser acessada dia e noite de qualquer lugar do mundo e em todas as línguas, a pergunta colocada neste estudo é se o rádio comunitário pode ainda ser uma estratégia comunicacional importante para a mobilização comunitária? Diversos autores basearam à fundamentação teórica para a análise dos dados coletados, entre outros, Castells (1998 e 1999), Peruzzo (1995, 1999 e 2001), Bessete (2004), Berqué et al. (1993), Beltrán (1981), Canclini (1997), Santos (1995, 2000, 2002), Callou (1994, 1995, 2000 e 2002), Jesus (2003), Jara (1998), Collin (1982) e Freire (1977 e 1981).

Análise: Couto aborda em seu estudo temas como integração, mobilização, comunicação comunitária, desenvolvimento e participação. Usa autores como Paulo Freire e Cicília Peruzzo, referências nos estudos que abordam a comunicação comunitária e a mídia-educação. Porém, o trabalho na íntegra não foi localizado.

Palavra-chave:	Comunicação Comunitária
Nível:	Doutorado

OLIVEIRA, Joaquim Roberto de. **Comunicação e cidadania às margens do São Francisco: os correspondentes populares da Diocese de Juazeiro - BA.** 1v. 173p. Doutorado. UMESP. Orientadora: Cicília Maria K.Peruzzo. Biblioteca depositária: jalmar Bowden.

Resumo:

Este artigo traz uma síntese do capítulo três da tese de doutorado Comunicação e cidadania às margens do São Francisco: os correspondentes populares da Diocese de Juazeiro – Ba (1988-2008). E tem como objetivo expor a experiência dos correspondentes populares na difícil realidade de uma diocese que tem o tamanho de um estado como o Rio de Janeiro. As ações e reflexões aqui narradas mostram a importância da comunicação comunitária em uma diocese que precisa investir em comunicação para manter contato com a população assistida por ela; revela as estratégias para a manutenção de um trabalho voluntário com comunicação em constante atividade; e identifica os próximos passos a serem seguidos pelo Setor Diocesano de Comunicação (SEDICA) para a manutenção das atividades com os correspondentes populares na Diocese de Juazeiro da Bahia.

Análise: A pesquisa relata a produção de programas audiovisuais, com cunho religioso, vinculado à igreja católica. A programação segue um formato de participação

popular, no gênero de entrevistas. Os “correspondentes populares”, jovens ligados ao catolicismo, entrevistam a população, e segundo o estudo, criam ambientes de caráter crítico e participativo. A pesquisa²⁴ aborda autores como Paulo Freire, que trata a comunicação para a educação e Cicília Peruzzo, que defende o uso dos meios de comunicação para a busca da cidadania. Os temas tratam de educação, comunicação para a mobilização, a conquista da cidadania, direito à voz, movimentos sociais e ainda, os conceitos defendidos por Juan D.Bordenave, sobre as formas e a relevância da participação nos processos democráticos e de Mário Kaplún, sobre uma educação efetiva, na qual aborda e se apropria da comunicação. Reservando-se o problema de pesquisa apenas nos “correspondentes populares”, estes passam por um processo de aprendizagem, participação e senso crítico na construção da comunicação comunitária, com o auxílio da mídia-educação. Quanto aos receptores, seria necessário fazer um estudo exclusivo na forma de recepção das notícias.

SOARES, Gracia Maria L.de Lima. **Educação pelos meios de comunicação: produção coletiva de comunicação na perspectiva da educomunicação**. 1v. 135p. Doutorado. USP. Orientador: Marcos Ferreira dos Santos. Biblioteca depositária: FEUSP.

Resumo:

Esta tese tem como tema a produção coletiva de comunicação, na perspectiva da Educomunicação. Argumenta que os processos de criação, vivenciados em pequenos grupos, mais do que os produtos de comunicação que eles geram, podem contribuir para uma educação comprometida com a constituição de sujeitos autônomos. Para tanto, aponta a necessidade de a produção de comunicação ser considerada como direito humano a ser exercido por todas as pessoas, bem como as tecnologias e linguagens midiáticas serem utilizadas como instrumentos que possibilitam aos envolvidos no processo de criação reconhecer-se nas próprias palavras e imagens que produzem. Afirma que do exercício de envolvimento consigo e com o outro nasce a possibilidade de re-significarem suas histórias pessoais e coletivas. A autora fundamenta a tese, orientada pelos estudos de Educomunicação, da Pedagogia Libertária, da Comunicação Comunitária e dos Estudos do Imaginário. Utiliza a pesquisa-ação como metodologia, valendo-se das atividades de Educomunicação, desenvolvidas ao longo de mais de uma década, pelo GENS – Serviços Educacionais e pelo Projeto Cala-boca já morreu – porque nós também temos o que dizer! Por esses motivos, conclui que a Produção coletiva de comunicação, na perspectiva da Educomunicação pode ser considerada como Educação pelos Meios de Comunicação.

²⁴ Disponível em http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2002

Análise: A começar pelo tema, se percebe o vínculo nesta pesquisa²⁵, envolvendo a comunicação comunitária e a mídia-educação. Soares aborda os conceitos de comunicação, educação e educomunicação, relata os programas de rádio e jornal produzidos e os denomina como “produção coletiva de comunicação na perspectiva da educação”. O trabalho foi feito com públicos diferentes, mas sempre usando a linguagem dos meios de comunicação como instrumento de educação. Desta forma, comprova-se o uso de conceitos distintos e convergentes.

Palavra-chave:	Mídia-educação
Nível:	Mestrado

LUIZ JR, Celso. **O cinema como fonte de pesquisa na sala de aula: análise fílmica sobre a resistência armada à ditadura militar brasileira.** 1v. 124p. Mestrado. UEM. Orientadora: Teresa K. Teruya. Biblioteca depositária: UEM.

Resumo:

O foco dessa investigação é uso do cinema na sala de aula da educação básica como fonte de pesquisa e como objeto de análise. Buscamos analisar as possíveis contribuições dos filmes Lamarca (1994) de Sérgio Rezende e O que é isso companheiro? (1997), de Bruno Barreto, no ensino de história, a fim de correlacionar a narrativa destes com o conteúdo escolar da disciplina, a qual discute a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), contemplada no currículo da educação básica. Constatamos que a partir de 1990, houve um aumento significativo da produção cinematográfica, suscitando um problema de pesquisa: de que forma os filmes produzidos nos anos 1990, especialmente Lamarca (1994) e O que é isso companheiro? (1997) podem contribuir no ensino de história da educação básica? Com base nos Estudos Culturais analisamos seu conteúdo e utilizamos textos dos livros didáticos, para salientar que o ensino de história está diretamente ligado à cultura. Realizamos entrevistas com professores de história que atuam na educação básica para verificar seus procedimentos no processo de ensino e de aprendizagem ao utilizar filmes. Ainda entrevistamos o cineasta Sérgio Resende para obtermos a visão do cineasta sobre a utilização de seus filmes na educação. Pretendemos oferecer subsídios teóricos e metodológicos na formação inicial e continuada de professores de história para trabalhar com filmes que trazem em seu conteúdo aspectos relevantes desse período, como a resistência armada à ditadura. Objetivamos também uma reflexão sobre a educação para mídia, indispensável na educação escolar atual, pois trabalhar o cinema como fonte de pesquisa e como objeto contribui para que educadores e educandos construam um pensamento mais crítico ante aos produtos da mídia. Nessa perspectiva, concluímos que a utilização da linguagem fílmica na sala de aula pode contribuir para o aprofundamento dos conteúdos históricos e possibilitar maior capacidade de reflexão sobre as produções culturais de imagens em movimento.

²⁵ Disponível em <http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/biblioteca/monografias-dissertacoes-e-teses/EducacaoPelosMeiosdeComunicacao.pdf>

Análise: Com o auxílio das mídias e do aparato tecnológico, a comunicação contribui para o ensino formal. Nesta análise²⁶, concluiu-se a eficiência da produção audiovisual na sala de aula. O conteúdo histórico, comparado aos livros, foi aprovado por alunos e professores, permitindo a reflexão sobre educação para a mídia e o despertar de um pensamento mais crítico. Em relação à comunicação comunitária, o estudo de como educar para as mídias, faz parte de uma de suas vertentes.

SILVA, Charles da. O amor em cena – um estudo sobre o consumo da telenovela malhação por jovens educandos das redes de ensino pública e privada. 1v. 208p. Mestrado. UFSC. Orientadora: Ingrid D. Wiggers. Biblioteca depositária: BU.

Resumo:

A presente dissertação contribui para a Educação, de maneira especial aos estudos de mídia-educação, ao estudar a recepção de cenas da telenovela Malhação por jovens educandos das redes de ensino pública e privada na cidade de Florianópolis, Santa Catarina (BRASIL). A pesquisa se propôs a compreender como esses jovens consomem as imagens veiculadas na TV, especificamente cenas que mostram relações amorosas. Procurou-se, também, perceber o distanciamento/aproximação dos adolescentes com os temas/problemas levantados pelas cenas selecionadas e analisar o consumo, apropriações e re-significações, por parte dos educandos, procurando identificar a produção de sentido. A metodologia envolve a abordagem qualitativa. Como instrumentos de coleta de dados, formulou-se um questionário, desenvolveu-se a produção, por parte dos jovens pesquisados, de cenas escritas de uma telenovela hipotética e trabalhou-se a entrevista de um grupo focal em cada escola. Os sujeitos da pesquisa foram estudantes da oitava série do ensino fundamental em ambas as escolas. Os resultados mostram que a recepção, por parte desses jovens, é extremamente ativa. Foi possível mostrar algumas peculiaridades da relação amorosa dos jovens que se dispuseram a participar desta pesquisa, como ficar/namorar, a emergência do "amigo-namorado" e a transgressão na relação. No que diz respeito ao consumo das cenas de Malhação, os jovens se demonstraram críticos, mantendo um distanciamento entre o mundo ficcional da telenovela e o mundo real por onde se movem. Ao consumir as cenas de Malhação, os sujeitos da pesquisa mostraram que produzem novos significados, posto que a tensão negociadora de aceitar e rejeitar, em todo ou em parte, as cenas românticas, implica em formular, reformar, resgatar e acrescentar novos discursos e, conseqüentemente, novas práticas individuais e coletivas. Percebeu-se indícios de que os adolescentes pesquisados fazem uma mediação entre as relações amorosas das cenas mostradas em Malhação e as relações amorosas de suas vidas reais.

Análise: Silva faz uma pesquisa empírica²⁷, tendo como base a Teoria da Recepção. Comparando a realidade dos jovens, o pesquisador, pretende educar sobre as

²⁶ Disponível em <http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/biblioteca/monografias-dissertacoes-e-teses/EducacaoPelosMeiosdeComunicacao.pdf>

²⁷ Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=113329

mídias, estimulando os educandos a uma análise mais crítica sobre o conteúdo apresentado pela telenovela. Pontua-se aqui, novamente, que educar sobre as mídias faz parte do processo para a produção da comunicação comunitária.

MENDES, Diego de S. Luz, câmera e pesquisa-ação: a inserção da mídia-educação na formação contínua de professores de Educação Física. 1v. 124p. Mestrado. UFSC. Orientador: Giovani de L.Pires. Biblioteca depositária: UFSC.

Resumo:

O presente estudo tratou da temática da formação contínua de professores de Educação Física para a mídia-educação a partir de uma experiência concreta estabelecida entre o LaboMídia/ CDS/ UFSC e a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis/ SC (S.M.E.). A investigação partiu do seguinte problema de pesquisa: Quais os saberes produzidos, incorporados e expressos na prática pedagógica dos professores de Educação Física em relação à mídia, a partir de uma experiência inicial de formação contínua? O estudo foi realizado com base em elementos metodológicos da pesquisa-ação e contou com a participação de 14 professores da rede municipal de Florianópolis. O campo foi constituído por duas etapas: na primeira delas ocorreu um curso de formação contínua, em que os participantes se apropriaram de conteúdos teórico-práticos para trabalharem com a mídia-educação nas escolas. O curso foi realizado no segundo semestre de 2006 e nele foram produzidos projetos de intervenção escolar. Três destes foram colocados em prática em escolas públicas da cidade. A segunda parte do estudo, realizada em 2007, foi destinada ao acompanhamento de uma intervenção específica, realizada por uma participante após a conclusão do curso de formação contínua. O intuito foi averiguar como os conhecimentos da formação foram levados ao cotidiano escolar. Os principais objetivos da investigação foram: promover a aproximação crítica dos professores de Educação Física com a mídia-educação; identificar e discutir as possibilidades, tendências e limites existentes no processo de formação contínua para a mídiapedagogia em Educação Física; compreender como os docentes passam a situar a mídia em seus cotidianos profissionais, após a formação contínua. Os dados foram obtidos com registro em Diário de Campo e realização de Grupos Focais ao final de cada uma das etapas. Para o tratamento dos dados foi utilizado o procedimento de Análise de Conteúdo. Os dados foram organizados em três eixos de análise. O primeiro eixo tratou dos significados expressos e incorporados pelos docentes a respeito da mídia no contexto profissional e pessoal. Constatou-se que os professores, no início da formação, concebiam a mídia apenas como instrumentalidade, ampliando suas compreensões ao longo do curso para o entendimento da mesma como objeto de estudo e em seu contexto produtivo (produção midiática na escola). O segundo se destinou especificamente a reflexividade. Os dados indicaram que a reflexão dos conflitos entre as crenças, a atuação dos docentes e os condicionantes da escola parecem ser responsáveis pela superação das relações estritamente técnicas com a mídia no âmbito educativo, além de avanços na percepção crítica da Educação Física e da instituição escolar. No último eixo foram apresentados elementos da cultura escolar que interferem na realização de práticas de mídia-educação e na perspectiva do trabalho docente reflexivo e coletivo. As considerações finais apontam que a formação contínua de professores de Educação Física para a mídia-educação é mais eficiente se realizado a partir dos saberes docentes e do contexto escolar, onde a realização de ações práticas é fundamental para o avanço das práticas pedagógicas dos docentes e das instituições escolares.

Análise: Voltado para a área da educação física, Mendes verificou as possibilidades do uso da mídia-educação na formação de professores da área. Através da pesquisa quantitativa²⁸, o estudioso verificou o avanço e a contribuição das mídias para a preparação dos docentes. Também constatou o aumento do senso crítico após a inserção da mídia-educação na preparação dos mesmos. O vínculo que este estudo tem com a comunicação comunitária é a busca pelo despertar e a manutenção do pensamento crítico e a capacidade de análise das mídias, diante do cotidiano.

ALVES JR, Dori. A relação mídia e educação física: um estudo das mensagens esportivas na televisão e seus efeitos na prática da educação física escolar, na percepção do professor. 1v. 77p. Mestrado. UNB. Orientador: Aldo Antônio de Azevedo. Biblioteca depositária: UNB.

Resumo:

O presente estudo tem por objetivo analisar no discurso de professores de Educação Física que atuam em escolas públicas do DF, referências e comentários acerca de mensagens esportivas veiculadas pela televisão, que possibilitem sua inserção em aulas de Educação Física. O referencial teórico de base envolve estudos sobre a mídia, o esporte e a Educação Física na escola, com o objetivo de focalizar e relacionar esses fenômenos no campo científico. A partir de uma investigação com a utilização da técnica de pesquisa dos Grupos Focais, foram coletadas informações de professores de Educação Física de escolas públicas do Distrito Federal, que também são alunos do Curso de Especialização em Educação Física Escolar da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília – UnB. Os resultados da pesquisa demonstram que alguns professores já inseriram o estudo reflexivo da mídia em sua prática cotidiana na escola, mas de forma ainda pontual e não sistematizada. Apontam, também, a existência de contradições e possibilidades pedagógicas nas mensagens esportivas da televisão.

Análise: Percebe-se que a área da educação física tem se apropriado da mídia-educação como suporte no material didático. Nesta análise²⁹, o pesquisador verifica o uso crescente do aparato tecnológico, as chamadas TIC's – Tecnologia da Informação e Comunicação e conteúdos da mídia em suas aulas, contribuindo para uma nova forma de exposição de conteúdos. Conforme, último parágrafo do resumo, citado acima, percebe “a existência de contradições e possibilidades pedagógicas nas mensagens esportivas da televisão”. A comunicação comunitária também utiliza as possibilidades pedagógicas das mensagens para reelaborar, reconstruir e analisar os conteúdos apresentados.

²⁸ Disponível em

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=149034

²⁹ Disponível em <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1086>

FAVARETTO, Fernando. **A literatura de Ariano suassuna na TV: um estudo de formação estética.** 1v. 158p. Mestrado. UFRS. Orientadora: Rosa Maria B.fischer. Biblioteca depositária: Biblioteca setorial de educação.

Resumo:

A presente dissertação trata de relações entre mídia e educação; de forma mais específica, analisa as minisséries televisivas *O Auto da Compadecida* e *A Pedra do Reino*, a partir das quais estabelece articulações, tendo como foco a formação estética. Pergunta-se de que modo as duas produções televisivas permitem, através de seus personagens e enredos, estudos sobre formas de se trabalhar o olhar, sobre modos de ver o mundo e as pessoas, de maneira mais ampla e sensível. Ao analisar a linguagem televisiva das duas minisséries, de acordo com estudos de formação estética, também se discute a importância da arte na educação da sensibilidade estética, como uma construção social e cultural mediadora de saberes. A análise da estrutura das minisséries, da sua sintaxe e de suas muitas formas de narrar, também foi articulada ao conceito de estética da existência, de Michel Foucault, para quem a vida dos homens também deve ser uma obra de arte. Como resultado dessa análise, a presente dissertação destaca a estrutura narrativa de *O Auto da Compadecida* e de *A Pedra do Reino* como espaços de reflexão sobre novos modos de analisar relações humanas e sociais. Também se evidencia nas ações dos personagens estudados uma busca de constituição da própria vida como obra de arte, através de ações livres e criativas. Com esta pesquisa, destacamos a importância de investigar a mídia televisiva e as implicações éticas, estéticas e políticas que se fazem presentes em suas produções.

Análise: Com o objetivo de analisar a estética visual e verbal das minisséries, este estudo pretende relacionar a mídia, por uma visão de beleza, conceito de estética e fotografia, atentando para a educação, no sentido de análise cultural e artística. O estudo pretendeu despertar as novas formas de ver e escrever. Este enfoque contribui para a comunicação comunitária, não que este seja seu principal objetivo, mas, para saber fazer e produzir com qualidade pode agregar aos conteúdos transmitidos. O cuidado com o falar e com os detalhes das imagens também contribuem para o desenvolvimento do senso estético.

WASEM, Marcelo S. **Processos colaborativos, contaminações e jogos de alteridade em arte pública: experiências na criação de uma rádio comunitária.** 1v. 126p. Mestrado. UESC. Orientador: José Luiz Kinceler. Biblioteca depositária: UDESC.

Resumo:

O presente da arte pública está embebido por uma proliferação de projetos que apontam para práticas colaborativas onde os papéis de artista, público e obra são modificados. Nestes projetos são iniciados, ou intensificados, processos abertos de diálogo, concentrando esforços na dilatação do tempo e espaço de experiências – o que viabiliza espaços de troca e contaminação entre os envolvidos. Desta forma, o debate que se coloca não está centrado exclusivamente nos objetos que são construídos, mas sim em quem é envolvido e como tais processos são mediados. Fundamentado por esta linha de

pensamento, o objetivo deste trabalho é realizar considerações sobre o tema, abordando a experiência de criação de uma rádio comunitária no bairro Monte Cristo, localizado nos limites entre os municípios de Florianópolis e São José (SC). Tal experiência se constituiu pelas ações realizadas por moradores do bairro (principalmente da comunidade Chico Mendes e Novo Horizonte) e ativistas de diferentes áreas de conhecimento (arte, educação não formal e comunicação alternativa), na construção da rádio comunitária. Diretamente conectado neste processo, também está o conjunto de ações realizadas com jovens das duas comunidades supracitadas, desenvolvidas, principalmente, durante oficinas de mídia-educação.

Análise: O trabalho teórico³⁰ aborda temas como cidadania, participação, comunicação comunitária e educação para a transformação. A produção radiofônica de caráter comunitário envolveu toda a comunidade, com o objetivo de produzir matérias e programas em que a população se sentisse ligada. Os programas despertaram nas pessoas, o desejo de participar e contribuir, além de fazê-los pensar de forma crítica e grupal e a valorizar o ambiente em que estão inseridos. A comunicação comunitária e a mídia-educação são as bases desta pesquisa. Há disponível um link³¹ na internet para ouvir os programas e os debates produzidos pela rádio comunitária.

GOMES, Paulo Marinho. **Integração de mídias no piloto do programa de formação continuada de professores em mídias na educação**. 1v. 152p. Mestrado. UFAL. Orientador: Luis Paulo L.Mercado. Biblioteca depositária: UFAL.

Resumo:

Esta pesquisa realiza um estudo de caso do Curso Piloto do Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação em Alagoas. Analisa o resultado dos projetos finais dos cursistas em entrevistas semi-estruturadas, com a finalidade de investigar a integração de mídias que foi o objeto do Piloto. Apresenta como fundamentos teóricos a integração das Tecnologias de Informação e Comunicação na formação de professores e na prática docente e faz uma análise das políticas públicas na formação de professores em EAD e descreve o Projeto Piloto. Consolida-se com a apresentação dos resultados da pesquisa caracterizando o Projeto como relevante no contexto de formação continuada e de integração das mídias.

Análise: A pesquisa aborda o uso das TIC's - Tecnologia da Informação e da Educação à serviço da formação de professores pelo sistema de ensino EAD – Ensino à distância. Com a ajuda da tecnologia é possível alcançar lugares distantes com menor custo. Essa dinâmica faz parte da mídia-educação, que usa os aparatos tecnológicos e ensina com eles. Porém, não faz parte da comunicação comunitária. A pesquisa

³⁰ Disponível em http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/41430196.html

³¹ Disponível em http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1382

completa não foi encontrada.

KREUCH, Rosane Maria. **A participação das crianças na produção de websites nas escolas públicas municipais de Florianópolis**. 1v. 260p. Mestrado. UFSC. Orientadora: Gilka Elvira P.Girardello . Biblioteca depositária: BU.

Resumo:

O trabalho procura compreender a relação das crianças com o site institucional da própria Escola, relação essa entendida como possibilidade de produção de sentidos. Considerando que as crianças são receptores potenciais do site, o foco do estudo é o modo como as crianças atribuem sentido à sua participação na escola, e, mais especificamente, no site ali produzido. O trabalho incluiu uma pesquisa de recepção realizada com crianças de quarta e de quinta série de uma escola pública municipal de Florianópolis/SC. Foram usados questionários, discussões em grupos focais com as crianças, além de entrevistas com profissionais e ex-estudantes que participaram da produção do site. A partir dos depoimentos das crianças, ficou claro que a participação ainda é, na maioria das situações, tutelada e didatizada. No caso da participação no site, as crianças atribuem importância ao sentimento de pertencimento, por um lado, e, por outro, questionam seu endereçamento e interatividade. Com essa atenção ao sentido que as próprias crianças dão à sua participação na produção midiática, a pesquisa procura contribuir para a discussão acerca da relevância de se inserirem aspectos da mídia-educação no contexto escolar, como coadjuvantes no processo de formação de pessoas capazes tanto de fazer uma leitura crítica das mídias quanto de participarem ativamente da sua produção.

Análise: o estudo intitulado “A participação das crianças na produção de websites nas escolas públicas municipais de Florianópolis³²”, demonstra com eficiência como a comunicação comunitária e a mídia-educação podem trabalhar juntas, contribuindo com seus formatos, na busca comum pelo sentimento de pertencimento, valorização do local e dos seus interlocutores. Gilka Girardello, orientadora deste projeto, é um dos nomes referência no Brasil quando se fala em mídia-educação. Segundo Kreuch, o objetivo do experimento foi o de fazer o “letramento midiático” e verificar o comportamento de alunos, diante da preparação para a produção de conteúdo para a mídia. Desta forma, o processo não-formal de ensino contribui para as disciplinas que constam na grade curricular do ensino-formal, neste exemplo, a busca do conhecimento da Língua Portuguesa. Os objetivos em comum dos campos da comunicação comunitária e da mídia-educação: leitura crítica da mídia, interatividade, didática, participação, contribuição, discussão e questionamentos.

PEREIRA, Silvio da C. **Mídia-educação no contexto escolar: mapeamento crítico**

³² Disponível em

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=110460

dos trabalhos realizados nas escolas de ensino fundamental em Florianópolis. 1v. 265p. Mestrado. UFSC. Orientadora: Gilka Elvira P. Girardello . Biblioteca depositária: BU.

Resumo:

A presente pesquisa mapeou atividades de mídia-educação que vem sendo feitas em escolas de Ensino Fundamental de Florianópolis. O estudo foi realizado em duas etapas. A primeira consistiu em um mapeamento geral que teve por objetivo identificar os trabalhos realizados, assim como conhecer algumas de suas características. Nessa primeira aproximação obtivemos retorno de 83 escolas das redes estadual, municipal e particular. A partir desses dados foram escolhidas três escolas nas quais, através de entrevistas, observação e o uso de formulários, aprofundamos a observação a respeito dos usos, dificuldades e soluções relacionados às atividades com, sobre e/ou através das mídias no ambiente escolar. A pesquisa mostra a importância de que professores e gestores compreendam que os processos de mídia-educação devem levar em conta tanto o uso (consumo), quanto a análise crítica (leitura) e o uso como meio de expressão (produção) dos meios de comunicação. Ressalta também a necessidade de uma formação teórico-prática dos professores, a partir de, entre outros elementos, as expectativas e usos que eles mesmos já possuem das mídias. A análise dos dados está embasada em uma compreensão das mídias como artefatos culturais contemporâneos, operados coletivamente ou individualmente, que tanto influem quanto recebem influência das pessoas com as quais se comunicam ou colocam em comunicação. Por isso enxergamos alunos e professores, gestores, pais e outras pessoas como receptores ativos e potenciais emissores de mensagens diretas ou mediadas.

Análise: Pereira faz um estudo das pesquisas de mídia-educação aplicadas na cidade de Florianópolis. Em sua pesquisa³³, na íntegra, verifica-se que entre os estudos analisados, está a comunicação comunitária em e a mídia-educação, através de produções comunitárias. Já em outros relatos, o uso das mídias, não para a produção, mas como contribuição do processo educacional, visando a educação com as mídias. Autores como Freinet e Freire são citados. Autores estes que acreditam no uso da comunicação para a educação. Freinet foi pioneiro no mundo em usar, pela primeira vez em sala de aula, o jornal impresso como auxiliar no processo de educação. O pesquisador aborda em sua dissertação as possibilidades de trabalho com a mídia, inclusive sobre a preparação do professor, na qual chamamos no capítulo sobre mídia-educação de mídia-educador ou mediador.

MELO, Alessandra P.C. de. **Formação profissional em educação física: um estudo sobre a inserção das mídias na pós-graduação “stricto-sensu” da Universidade de Brasília.** 1v. 131p. Mestrado. UNB. Orientador: Alfredo Feres Neto. Biblioteca

³³ Disponível em http://www.nica.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/01/silvio_dissertacao_midia_educacao_no_contexto_escolar.pdf

depositária: UNB.

Resumo:

Esta dissertação teve como objetivo analisar as possíveis repercussões da disciplina de Mídias, Educação e Educação Física, do curso de pós-graduação stricto-sensu da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília. A pesquisa assumiu um caráter qualitativo, tendo como base o Diário de Aula (ZABALZA, 2004) como o principal instrumento de coleta e análise dos dados. Por se tratar de uma pesquisa-participante, a observação e a gravação das aulas foram essenciais ao processo, pois nos permitiu captar todos os momentos de debates, o que possibilitou mais rigor e distanciamento, favorecendo a análise crítico-reflexiva. Durante a análise dos dados, observamos que houve, por parte dos alunos investigados, uma melhor percepção quanto à necessidade, possibilidade e finalidade do tema "mídias" ser instituído na formação acadêmica do profissional de Educação Física. Apesar das cobranças em relação à dicotomia teoria x prática em sala de aula, todos os estudantes concordaram que o tema proposto pela disciplina é relevante e precisa ser discutido na formação dos profissionais da área. Na tentativa de resolver o impasse teoria x prática, sugerimos a criação de um laboratório de mídias na Faculdade de Educação Física. Isso permitiu maior visibilidade aos recursos midiáticos, tanto para os universitários quanto para o corpo docente, ampliando as discussões sobre os meios de comunicação dentro da instituição. A população investigada trouxe contribuições relevantes e bastante significativas no que diz respeito à melhoria e visibilidade da disciplina na instituição à qual pertence.

Análise: Neste caso³⁴, o aparato tecnológico torna-se instrumento para contribuição na didática. Trabalha-se com a educação com as mídias, processo inserido também na comunicação comunitária. Dos autores abordados no referencial teórico, a autora cita Paulo Freire quando defende o uso da comunicação para a educação. A vertente desta pesquisa está alicerçada no uso das mídias e da tecnologia comunicacional como ferramenta de ensino, num formato alternativo e diferenciado dos livros. A educação com as mídias é um dos caminhos para a produção da comunicação comunitária.

VASCONCELOS, Andréa S. de. **De “estrangeiro” @ “naturalizado”: flagrantes do processo de inclusão digital de uma professora da educação básica.** 1v. 126p. Mestrado. UFCG. Orientadora: Denise L.de Araújo. Biblioteca depositária: UFCG.

Resumo:

A Educação a Distância via internet tem se tornado uma modalidade bastante presente de ensino e significativa aos dias atuais. A formação continuada de professores por intermédio desse recurso tem se mostrado ao Governo como uma interessante possibilidade de capacitação desse profissional, visto que pode atingir um contingente grande de pessoas com aparentes custos mais baixos. Neste contexto se insere o Curso Mídias na Educação - ME (MEC/SEED/DPCEAD), que tem por objetivo formar

³⁴ Disponível em

<http://www.google.com.br/search?q=%22Narrativas+do+negro+na+TV%3A+o+que+dizem+as+crian%C3%A7as%3F.+%22&hl=pt-BR&source=hp&aq=f&aql=&aq1=&oq=>

professores para o uso pedagógico das mídias em sala de aula. As exigências para que o docente ingresse no curso são apenas duas: ter licenciatura e dominar práticas letradas digitais mínimas do manuseio do computador e da internet. Contudo, muitos dos docentes que ingressam no curso não atendem esta última exigência. Mas, diante da possibilidade de dar continuidade à formação inicial, uma docente, da segunda versão do curso no estado da PB, declarou ter buscado formas de dominar as práticas letradas digitais exigidas no curso e com isso afirmou ter se incluído digitalmente por causa da participação no ME. Com vistas a essa situação, esta dissertação teve como objetivo geral: analisar o processo de inclusão digital de um sujeito vinculado, como cursista, ao programa ME. Como objetivos específicos: caracterizar e interpretar o processo de inclusão digital descrito pelo sujeito que assim se autorreferencia, como incluído digitalmente; descrever e interpretar o percurso de um sujeito no ciclo básico do ME, no que diz respeito às práticas digitais demonstradas por ele nos e-mails enviados à tutora e na realização das atividades dos módulos. Para tanto adotamos uma metodologia de natureza qualitativa e realizamos um estudo de caso. O corpus de análise fundamentou-se em três instrumentos, quais sejam: entrevista semi-estruturada, e-mails e atividades da docente na plataforma de aprendizagem. Desses três instrumentos foram escolhidos 29 fragmentos de texto da informante que tiveram tratamento teórico-analítico com base nos estudos de autores como Buzato (2007) e Coscarelli (2007) no que tange a questão da inclusão digital; Kleiman (1995 ; 2001), Soares (2002) e Hamilton & Barton (2002), no que diz respeito ao letramento; Araújo, J. (2006 ; 2007), Ribeiro (2007) e Xavier (2005) no que se refere ao letramento digital, entre outros, que contribuíram para a categorização dos dados em três momentos: a) linguagem no processo de migração; b) busca pela autonomia e c) letramento digital mostrado. Essa categorização aponta respectivamente para: a) a linguagem é indicador decisivo da inclusão digital de um sujeito; b) durante o processo de inclusão digital o sujeito apresenta etapas de autonomia significativas e c) as práticas letradas digitais demonstradas em cada etapa correspondem a níveis distintos de letramento digital. As discussões realizadas nesse percurso teórico- analítico permitiram considerar, dentre outras questões, que a inclusão digital é fundamental para o sucesso do professor inscrito no ME.

Análise: A primeira vista, cogita-se este trabalho³⁵ como mídia-educação por se tratar de um estudo de caso. Porém, para se trabalhar com a mídia-educação e a comunicação comunitária, é necessário que o comunicador e/ou mídia-educador esteja preparado tecnologicamente para atender as dúvidas por participantes e para lhes ensinar. Apesar do trabalho teórico não conter capítulos sobre os dois temas que estamos estudando, nem citar autores que são considerados referência, por se tratar da preparação do docente para o uso das tecnologias em sala de aula, ele é viável tanto para a comunicação comunitária quanto para a mídia-educação. Mônica Fantin, pesquisadora na área de mídia-educação, alerta para a necessidade de ter profissionais preparados tecnologicamente para atender as novas demandas educacionais.

³⁵ Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp114883.pdf>

DOITOWIEWSKI, Mariat de O. C. **Possibilidades de usos e mediações das mídias audiovisuais em sala de aula**. 1v. 127p. Mestrado. Estácio de Sá. Orientadora: Lina C.Nunes. Biblioteca depositária: Biblioteca Setorial Centro I.

Resumo:

O objetivo do presente estudo foi avaliar como as mídias audiovisuais estão sendo utilizadas em salas de aulas pelos professores de escolas públicas. O estudo teve como participantes professores de três escolas municipais do Rio de Janeiro pertencentes à 2ª. Coordenadoria Regional de Educação. Os dados foram coletados inicialmente através de questionário para a caracterização dos participantes da pesquisa. A seguir realizaram-se observações dos professores em seus trabalhos com mídias em salas de aula e por fim aplicaram-se entrevistas semi-estruturadas com os participantes. Os dados referentes ao questionário foram tabulados e apresentados através de gráficos, caracterizando os professores. A análise das entrevistas foi feita através da análise de conteúdo, modalidade temática, apresentada por Bardin. A partir da análise emergiram temas e sub-temas das falas dos professores que foram analisados juntamente com as observações, à luz do referencial teórico escolhido. O embasamento teórico tomou por base estudos de mediações, Martin-Barbero, Orozco; de mídia-educação, Belloni, Fantin e Orofino e sobre mídias e seus usos em sala de aula, Pretto, Moran, Napolitano, Castells, Valente Foram também considerados para a análise dos dados os documentos oficiais sobre as políticas governamentais em termos de modernização das escolas públicas. Os resultados apontam para o fato de que a maioria dos professores considera importante o uso de mídias em sala de aula, tanto pela aproximação da realidade do aluno, como por ser uma nova linguagem em sala de aula. Nesse sentido, percebem as mediações através das mídias em suas atividades em sala de aula. Porém, apesar dessas constatações, muitos professores não utilizam todas as possibilidades das mídias, trabalhando-as basicamente como uma ilustração do conteúdo no percurso de suas atividades. Vale sinalizar que os professores apontam dificuldades para o trabalho com as mídias na escola, tais como questões de infraestrutura, pouco número de computadores e manutenção de equipamentos; além da formação ainda insuficiente para o trabalho com mídias. Assinalam ainda a necessidade de um professor responsável pelo laboratório de informática. Nas considerações finais são levantadas questões referentes às estruturas das políticas de modernização comparadas ao que foi observado no trabalho dos professores e no que foi apontado por eles como dificuldades, na tentativa de viabilizar reflexões e discussões sobre o tema estudado, na perspectiva de gerar mudanças nas próprias políticas.

Análise: De que forma os professores educam com as mídias? Foi essa a proposta desse estudo³⁶. Entre os autores citados estão Belloni, Fantin e Orofino. Para o pesquisador, a mídia foi um instrumento de proximidade com a realidade dos educandos. A linguagem midiática audiovisual tornou-se instrumento de intermediação, contribuindo para a aprendizagem. Com o uso de questionário, verificou-se que o entre as tecnologias da educação mais utilizadas, estão a Internet e o vídeo. Na perspectiva deste estudo, a mídia é usada como ilustração em sala de aula. Educar com as mídias é

³⁶ Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp089675.pdf>

um dos processos trabalhados pela comunicação comunitária que pretende desenvolver o senso crítico.

FELIPE, Eloísio L. **Não se perca no controle remoto: uma experiência de mídia-educação na escola.** 1v. 104p. Mestrado. UFPR. Orientadora: Susana da C. Ferreira. Biblioteca depositária: UFPR.

Resumo:

A televisão ocupa um lugar de destaque na sociedade contemporânea. A TV está em todos os cantos e é, para a grande maioria da população mundial, a principal formadora de opinião. É por meio dela que bilhões de pessoas buscam informações que influenciam, de alguma forma, na construção de suas realidades e de suas visões de mundo. Assim, numa sociedade onde milhões de crianças, jovens e adolescentes passam mais horas diante da televisão do que na escola, é possível imaginar um processo educacional sem que os meios de comunicação sejam levados em conta? A escola que ignora o poder dos meios de comunicação audiovisual não contribui para a transformação nem para a melhoria de nossa sociedade; pelo contrário, priva seus alunos da compreensão do nosso momento histórico e, dessa forma, ajuda a perpetuar as mazelas e as desigualdades sociais geradas pela dinâmica da Modernidade Tardia. Diante deste fato e da atual hegemonia das indústrias culturais na construção do imaginário social, a pesquisa “não se perca no controle remoto” tem dois objetivos: 1) pesquisar, na escola, o consumo televisivo de cidadãos de 10, 11, 12 anos de idade e 2) estimular uma postura crítica e criativa em relação ao principal agente de formação contemporâneo. Trata-se, na verdade, de um projeto de mídia-educação. A mídia-educação é uma proposta educativa que visa educar para a cidadania, promovendo, por meio de uma fundamentação teórica e metodológica transdisciplinar, a mediação integral de todas as mídias/meios de comunicação.

Análise: O pesquisador objetivou o trabalho de educação com as mídias, com o intuito de pesquisar sobre o nível do consumo televisivo, na estimulação da leitura crítica e na produção de um audiovisual em que os educandos colocassem em prática o que aprenderam durante as oficinas. O conteúdo deveria ser de análise crítica e de assuntos que interessassem o grupo escolar. Em sua dissertação³⁷ Felipe aborda a questão da cidadania, e a necessidade preparar os alunos para tal engajamento. Fala sobre as experiências da pesquisa participante. Relata a produção de um vídeo com os alunos e faz a análise do processo. Em suas observações relata a necessidade de se trabalhar mais tempo dentro da sala de aula. O grupo numeroso e os poucos recursos tecnológicos foram uma dificuldade na produção do vídeo. Com a atividade proposta, os alunos usaram a mídia-educação e a comunicação comunitária. Além da mídia-educação, os preceitos da comunicação comunitária foram usadas a fim de se alcançar a cidadania, a participação e a criticidade.

³⁷ Disponível em http://www.ppge.ufpr.br/teses/M09_felipe.pdf

PERES, Fábio L. **Rodando o engenho: reflexões teórico-metodológicas sobre a brincadeira de fazer vídeo, na perspectiva da mídia-educação.** 1v. 130p. Mestrado. UFSC. Orientadora: Gilka Elvira P.Girardello. Biblioteca depositária: BU.

Resumo:

Este trabalho procura refletir sobre novas possibilidades da utilização da ferramenta do vídeo com crianças, onde assuntos relativos à identidade sejam permeados por questões como a diversidade cultural. A pesquisa se desenvolveu através da construção coletiva de um audiovisual por um grupo de crianças da Vila Verde, situada na Costa da Lagoa, em Florianópolis, Santa Catarina. Esta localidade se caracteriza por preservar um modo de vida tradicional, a partir de uma cultura de base açoriana. Durante muito tempo seus habitantes viveram da pesca e da lavoura familiar, assim como o restante da ilha de Santa Catarina. No entanto, devido à sua dificuldade de acesso e comunicação com a cidade, a Costa da Lagoa resistiu aos impulsos do crescimento urbano, preservando modos de relações peculiares que caracterizam a cultura do local. O método de investigação proposto nesta pesquisa parte da perspectiva da mídia-educação, procurando estabelecer relações também entre os referenciais da antropologia visual e do vídeoprocessamento. A possibilidade de a pesquisa ser desenvolvida através de um processo envolvendo uma montagem audiovisual permite observar como as crianças se apropriam da ferramenta de uma forma lúdica, enquanto se permitem experimentar diferentes formas de captar o seu entorno. O ato de “brincar de fazer um vídeo” se torna um momento de associação entre os discursos da mídia e as representações realizadas nas brincadeiras, na medida em que ambas retratam valores e significados de uma cultura.

Análise: linguagem, socialização, reflexão, educação, prática cultural, social e histórica foram os objetivos propostos e verificados por Peres³⁸. A comunidade reproduziu através do vídeo “seu lugar”, usando a imaginação, despertando e resgatando sentimentos. Aprenderam, em grupo, a trabalhar conceitos e decidir juntos. O vídeo produzido armazenou a memória coletiva. A Comunidade de Vila Verde em Florianópolis, aprendeu a repensar o conceito de identidade, a valorizar os aspectos culturais do grupo e a lutar pela preservação do patrimônio histórico. A mídia-educação e a comunicação comunitária visam esse trabalho em grupo, no qual valoriza cada um e mostra a força de todos juntos, estimula a reflexão, o ato de decidir, de reavaliar e o de valorizar o lugar onde vivem.

COSTA, Jivaneide A.S. **As potencialidades educativas do rádio como interface pedagógicas na prática docente.** 1v. 128p. Mestrado. UFAL. Orientador: Luis Paulo L.Mercado. Biblioteca depositária: UFAL.

Resumo:

O estudo visa investigar as mídias educacionais, tendo como objeto de pesquisa a mídia rádio como ferramenta pedagógica nas práticas docentes. Investiga quanti-

³⁸ Disponível em <http://www.gpime.pro.br/grupeci/adm/impressos/trabalhos/TR170.pdf>

qualitativamente o potencial educativo do rádio e as contribuições didático-pedagógica que o módulo rádio do Programa Mídias na educação trouxe para a prática pedagógica dos professores da escola pública de Maceió. O estudo elucida que o rádio é uma mídia contemporânea capaz de melhorar as relações comunicativas nas escolas, contribuindo significativamente com o processo de ensino-aprendizagem, potencializando a capacidade expressiva das crianças e jovens, tornando-os mais críticos e criativos. Foram escolhidos para a pesquisa, educadores da rede municipal e estadual de educação, no período de 2007 a 2008, que participaram do Programa Mídias na Educação - Ciclo Básico, além dos tutores e professores do curso. Com base nos dados obtidos e nas análises destes constata-se novas estratégias do uso de mídias, na formação de professores, impulsionar o uso do rádio como interface pedagógica no ambiente escolar. O resultado deste estudo permitem novas pesquisas sobre as mídias educativas que favoreças a comunicação no contexto escolar e produção de material didático para a formação de professores em educação online.

Análise: O estudo pretendeu verificar o uso das mídias em sala de aula e a formação de professores com a ajuda do rádio nas práticas pedagógicas. O uso do rádio resultou no desenvolvimento do senso crítico, na oportunidade de “verbalizar a fala”, na construção da linguagem, no aumento da auto-estima dos participantes e no desenvolvimento da cidadania. Durante o experimento foram abordados dados históricos e os gêneros do rádio. Esta pesquisa se deu na perspectiva de educação com as mídias.

KWECKO, Viviani R. Educação e comunicação: a experiência de jovens no desenvolvimento de um programa de rádio. 1v. 124p. Mestrado. Universidade Federal de Pelotas. Orientadora: Tania Maria E.Porto. Biblioteca depositária: Biblioteca Setorial do campus das Ciências Sociais.

Resumo:

O presente estudo, integrado à linha de pesquisa Formação de professores: ensino, aprendizagem e conhecimento, encontra-se circunscrito no campo da mídia-educação e buscou investigar uma prática de mídia-educativa com rádio, inserida no âmbito da educação não-formal, desenvolvida com um grupo de jovens adolescentes. O programa de rádio Blecaute: sua parada técnica é um projeto em andamento, desenvolvido mediante parceria entre o Colégio Técnico Industrial Profº. Mário Alquati, – CTI/FURG e a Rádio Universidade, ambos ligados a Universidade Federal do Rio Grande. E têm como fio condutor à linguagem radiofônica utilizada por um grupo de jovens adolescentes (entre 13 e 17 anos) na composição de um programa de rádio, parte da grade de programação da Rádio Universidade FM do Rio Grande (106,7MHz). O principal objetivo dessa investigação foi delinear como os jovens participantes desse programa constroem processos de apropriação crítica da informação e quais os significados atribuídos pelo grupo para essa experiência com uma mídia educativa. O projeto foi estruturado a partir de um estudo de caso, tendo como instrumentos de coleta de dados as gravações das reuniões de pauta, dos programas de estúdio e fragmentos textuais retirados dos blogs dos participantes. Foi realizado uma análise qualitativa dos resultados e os principais tópicos que surgiram indicam a relação entre informação e conhecimento na construção de processos de conscientização, a valorização do espaço

de fala, da autonomia e da construção coletiva do saber pelos jovens. Considero a educação um campo de criação propulsora para as transformações sociais, no qual a consolidação do conhecimento na vivência social é o requisito primordial para a busca de aprendizado, ampliado a partir da apropriação específica do rádio e das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, de modo geral, pelos sujeitos do processo educacional.

Análise: Durante o processo de produção do programa de rádio, segundo o pesquisador, a experiência³⁹ resultou na criticidade dos jovens, na valorização do espaço de voz, na autonomia, trabalho em grupo e a transformação social. Com a ajuda da TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação no espaço educativo, a experiência permitiu a conscientização e a interação entre a comunicação e a informação. Mais uma vez, a comunicação comunitária e a mídia-educação trabalharam juntas, com um fim em comum.

Palavra-chave:	Mídia-educação
Nível:	Doutorado

Não havia registro de pesquisas relacionadas à mídia-educação e comunicação comunitária, que trabalhassem de forma convergente, no período de 2008 e 2009.

Palavra-chave:	Educomunicação
Nível:	Mestrado

CACHEADO, Eneida Marly M. **A educomunicação como estratégia de promoção dos direitos de crianças e adolescentes no Amazonas**. 1v. 200p. Mestrado. UFAM. Orientador: narciso Júlio F.Lobo. Biblioteca depositária: UFAM.

Resumo:

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as práticas comunicacionais e participativas utilizadas pela organização não-governamental Agência Uga-Uga de Comunicação como estratégia de promoção dos direitos de crianças e adolescentes no Amazonas. Seus principais desafios são compreender, analisar e sistematizar estes métodos, afim de sustentá-los teórica e conceitualmente; e de propor ou consolidar metodologias que possam contribuir com a melhoria do trabalho da organização.

Para esta análise escolhemos como método de investigação o Estudo de Caso, de tipo Etnográfico, aplicado à Agência Uga-Uga com ênfase nos seus projetos focados nos campos da comunicação, educação e participação. A descrição etnográfica permite ao pesquisador ingressar no universo conceitual onde vive seus sujeitos, dialogar com eles, numa tentativa de manter a análise das formas simbólicas.

O objetivo deste estudo de caso é, portanto, reunir elementos, conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do tema em questão para teorizar ou conceituar, além de consolidar uma prática. Por isso, reconstituímos a trajetória da organização utilizando técnicas tradicionalmente originadas na etnografia como a observação

³⁹ Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp121835.pdf>

participante e análise de documentos, com o objetivo de interpretar as atividades realizadas, por meio dos registros disponíveis nos projetos, bem como em outros documentos como relatórios e materiais didático-pedagógicos.

Como resultados, apontamos as teorias da Ação Comunicativa e da Ação Dialógica, como um caminho pedagógico para promover o Diálogo na Escola, considerando sua resistência em desenvolver projetos ou ações que envolvam comunicação e participação; a Educomunicação como suporte teórico e metodológico para as atividades da organização que utilizam as tecnologias da informação e da comunicação no ensino; e por fim, a Participação Juvenil como direito civil e político básico de crianças e adolescentes, com ênfase no protagonismo juvenil.

Também descrevemos, explicamos e analisamos cada projeto da organização e suas fases de execução. Este recorte propiciou identificarmos os pontos fortes e frágeis dos projetos, possibilitando a indicação de caminhos pedagógicos que podem contribuir para a concretização do uso da educomunicação e da participação na escola e em outros processos educativos.

Ao concluirmos, sustentamos nossa hipótese de que a comunicação, com interface na educação, aliada à participação, consolida um eficaz campo de intervenção social nos espaços de aprendizagem. Embora esta análise aponte entraves no rendimento dos projetos – causados por deficiências de ordem metodológica, na organização; e estrutural, relativas ao sistema escolar e às redes públicas de ensino –, também confirma a eficácia dos métodos considerando os bons resultados dos projetos e as teorias e conceitos que os fundamentam.

Análise: Por meio da intervenção da Ong Uga-Uga, foi proposto a escola a produção de jornal escolar. O exercício contribuiu para a mobilização social, para a criação de uma escola cidadã, onde os alunos adquiriram a consciência de seu papel no ambiente em que vivem e o conhecimento do direito à participação, à criação, à educação, à reivindicação e na busca dos seus direitos. A autora aborda⁴⁰ a necessidade da quebra do conceito de educação bancária, na qual lutava Paulo Freire. No trabalho teórico, Cacheado descreve os passos até se chegar ao objetivo do projeto. Entre os assuntos estão a indicação de um possível caminho para a aquisição da cidadania usando a mídia, a comunicação como ferramenta do desenvolvimento social, a necessidade de um diálogo aberto e direto para o alcance da educação horizontal, como movimento libertador do indivíduo, a inter relação entre a educação e a comunicação gerando uma área de intervenção social, contribuindo para a mobilização social e a produção que tem em sua característica a identidade do grupo. O “aprender fazendo”, segundo a autora, envolve ao mesmo tempo o direito a educação, a participação e a cidadania. O projeto gerou novos projetos que fomentariam esses objetivos. Essa é a cidadania que a sociedade busca hoje, aquela capaz de alterar os rumos pelos quais acreditamos ser melhores.

⁴⁰ Disponível em <http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/biblioteca/monografias-dissertacoes-e-teses/Educomunicacao%20e%20Direitosdas%20Crianças.pdf>

MIKE, Helenita S. **Oficina de TV, uma prática educomunicativa: estudo de caso de uma criança abrigada**. 1v. 169p. Mestrado. USP. Orientadora: Regina helena L.Caldana. Biblioteca depositária: BCRP.

Resumo:

De um lado está a educomunicação, um campo novo, da interface entre a educação e a comunicação, definido como sendo um campo de intervenção social e de atuação profissional; subdivide-se em áreas específicas de atuação, como a da educação para a mídia, constituída pelas reflexões da relação entre produtores, o processo produtivo, a recepção das mensagens e os programas de formação de receptores autônomos e críticos frente aos meios de comunicação. De outro, estão crianças que vivem em abrigos, entidades vistas comumente como lugares de exclusão para onde são levados crianças e adolescentes à espera de um incerto destino melhor, cuja condição de vida, tanto anterior quanto atual, pode implicar em prejuízos ao desenvolvimento. Neste trabalho, que se caracteriza como uma pesquisa em ação, buscou-se compreender as possibilidades de ganhos que a participação em uma oficina de TV pode trazer para crianças abrigadas através de um estudo de caso de uma menina de onze anos, que vive em um abrigo de uma cidade de porte médio do interior de São Paulo. Procurou-se identificar mudanças na condição de desenvolvimento desta criança, expressas no seu contexto de vida cotidiana, que poderiam ser consideradas possivelmente decorrentes da participação no projeto. Adotamos como referencial teórico-metodológico a Rede de significações. A oficina foi realizada em 30 encontros, num total de 60 horas e seguiu alguns procedimentos como o aprender fazendo e a apresentação de conceitos teóricos a partir do contato direto dos participantes com os equipamentos e com a linguagem própria da televisão. O educador e o técnico do abrigo responsável pelo caso, professores e a mãe foram ouvidos antes da realização e após a implantação, visando fazer um levantamento da história e uma descrição da criança nos momentos específicos. A descrição inicial da criança foi muito semelhante à existente na literatura sobre crianças abrigadas, especialmente no que se refere à auto-imagem negativa e ao desempenho escolar ruim. Após a participação na oficina, houve mudanças, em sentido positivo, no retrato da menina feito por essas pessoas. Compreendemos que essas diferenças possivelmente foram motivadas pela combinação da maneira com que dialogicamente se estabeleceram as interações dela com as pessoas com quem conviveu no período do projeto (incluindo-se a educomunicadora), aos papéis atribuídos a ela e à forma como ela os assumiu. Consideramos ainda que, o desenvolvimento do projeto permitiu visualizar o uso da câmera de vídeo para a educação para a mídia como um dispositivo de educação/desenvolvimento humano capaz de potencializar a experiência de vida das crianças ao quebrar a relação mítica com o objeto TV e auxiliar a percepção de recursos próprios, especialmente para crianças que ainda não dominam a leitura e a escrita.

Análise: Sabe-se que tanto a mídia-educação quanto à comunicação comunitária tem como foco a valorização do indivíduo. Nesta pesquisa⁴¹, apesar de abordar também a área de psicologia, a autora propõe um trabalho que envolve a mídia-educação e a comunicação comunitária, que trabalhando com o campo de intervenção social. A

⁴¹ Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp105977.pdf>

pesquisadora propõe a produção de oficinas técnicas e teóricas e de um vídeo. O resultado, mesmo focado, em apenas um dos participantes, ilustra o potencial que os dois campos epistemológicos são capazes: de despertar a auto-estima e o sentimento de sentir-se útil. A montagem do grupo e a realização das oficinas de vídeo foram feitas. A produção, com um formato jornalístico e de documentário, foi trabalhada no formato da grande mídia. O processo final foi terminado com o apoio operacional de editores profissionais de uma editora de vídeo. Neste projeto a perspectiva de trabalho desenvolveu-se no aprender a fazer. Mesmo que não tenha sido orientado num plano de total liberdade de participação, mas num formato pré estipulado, os alunos trabalharam seu olhar frente aos meios de comunicação, escolhendo seus temas e verificando os problemas do grupo escolar. A capacitação técnica e a disponibilidade do aparato tecnológico também são necessários para que permita-se aos alunos a autogestão. Em seus apontamentos, a pesquisadora verifica e analisa o desenvolvimento e comportamento de um dos participantes, em especial, uma menina moradora de um abrigo. As capacitações, a inserção e aceitação social, o desenvolvimento do senso crítico e o aumento na auto-estima permitiram entender o papel que a comunicação comunitária e a mídia-educação podem alcançar.

TRINDADE, Larissa C. **O educador no ensino da leitura da publicidade televisiva.** 1v. 138p. Mestrado. Unoeste. Orientadora: Maria de Lourdes Z.T.Perez. Biblioteca depositária: Rede de bibliotecas da Unoeste.

Resumo:

A presente dissertação, intitulada – “O Educador no ensino da leitura da publicidade televisiva” – teve como objetivo identificar o processo de leitura do conteúdo publicitário televisivo, realizado por professores e alunos do ensino fundamental de uma escola particular de Presidente Prudente/SP, com o intuito de contribuir futuramente na formação e capacitação de professores nessa área de conhecimento. Considerando que a linguagem audiovisual faz parte do cotidiano das crianças desta geração, justificou-se a necessidade desta pesquisa, baseada na teoria semiótica de Charles Sanders Peirce, para uma interpretação dos signos produzidos pela linguagem publicitária e das suas estratégias para reforço das imagens e condução do leitor ao consumo. A opção teórica, com foco na educação, foi centrada em Vigotsky que aponta o desenvolvimento da criança como um produto do meio e de seu contato com os signos e seus significados. Esta dissertação contemplou uma análise documental de cinco campanhas publicitárias, direcionadas ao público infantil, com o intuito de fazer uma leitura da recepção baseada no repertório icônico da publicidade. De natureza qualitativa, teve como método de investigação o Estudo de Caso, que contou com um universo de pesquisa composto por 18 sujeitos no total, sendo 3 docentes de 2ª e 3ª séries do ensino fundamental e 15 alunos das mesmas séries. A entrevista e o grupo de discussão foram utilizados como instrumentos da coleta de dados que contou com questionários iniciais, a fim de conhecer os hábitos e conhecimentos dos sujeitos da

pesquisa em relação à televisão e à publicidade; e posteriormente, questionários relacionados ao entendimento ou leitura que os sujeitos realizaram do conteúdo publicitário selecionado pela pesquisadora. Os resultados previstos e constatados ao longo da dissertação explicitam as relações encontradas entre a linguagem audiovisual, a leitura feita pelo corpo docente e seus reflexos no aprendizado dos alunos. Foi verificado e exposto como ocorre o processo da leitura crítica das imagens da televisão e até que ponto esse instrumento auxilia a educação na escola, a principal disseminadora do conhecimento.

Análise: Esta pesquisa⁴² ancora-se na perspectiva da educação sobre as mídias, na qual analisa-se, de forma crítica, o conteúdo, a linguagem e as técnicas. A linguagem da TV é um dos temas abordados pela pesquisadora, que verifica as possibilidades que esta linguagem tem como reflexo na educação. A proposta é a de usar a TV na educação. Contudo, um problema é questionado: “A escola poderá sobreviver à influência dos meios de comunicação? O caminho respondido no estudo é que sim, mas é necessário a modernização do ambiente escolar, gerando aprendizado com a contribuição de outros formatos e, se tornando mais atraente aos educandos, acostumados à mídia. A pesquisa trabalhou com oficinas onde participaram professores e alunos. Após a discussão e análise de materiais referentes a forma de exibição, publicidade, educação, técnicas subliminares e influência no consumo infantil. A pesquisadora separou os participantes em dois grupos - alunos e docentes. Por meio da discussão e, dotados de conhecimento de “como fazer”, os participantes passaram a analisar e a receber de uma forma diferente, o conteúdo apresentado pela publicidade. Esse é um importante passo também para a comunicação comunitária, onde o receptor deixa de ser passivo e acrítico e passa escolher para si o que é bom e agradável, interpretando de forma crítica os conteúdos exibidos. Esse pensamento crítico é o início para a construção de uma comunicação cidadã.

BRANDÃO, Tania Cecília da S. **A educação na voz das comunidades**. 1v. 120p. Mestrado. UFAM. Orientadora: Valéria Augusta C.de M.Wigel. Biblioteca depositária: UFAM.

Resumo:

Esta pesquisa investigou as práticas educativas adotadas pela rádio comunitária A Voz das Comunidades, a primeira do Brasil autorizada pelo Ministério das Comunicações, que existe há sete anos na comunidade do Mutirão, no bairro Cidade Nova I, zona Norte de Manaus. Como desafios, o trabalho apresenta os de compreender, analisar métodos e diagnosticar as falhas na missão de transmitir uma programação pautada na educação libertadora. Adotamos a pesquisa de campo fenomenológica de cunho qualitativo como

⁴² Disponível em http://tede.unoeste.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=94

método de investigação da rádio A Voz das Comunidades, com destaque para a educação, a comunicação e a participação comunitária. A pesquisa fenomenológica qualitativa permite que elementos de subjetividade possam ser ressaltados na análise. Os dados colhidos no trabalho de campo realizado por meio de entrevistas abertas, semi-abertas e grupo focal foram analisados a partir da metodologia hermenêutica-dialética. Ao unirmos a hermenêutica, que se movimenta na perspectiva da compreensão, consciência histórica, empatia e intersubjetividade, e a dialética, cujo ponto de partida é idéia de crítica, negação, oposição, transformação e contradição da realidade social, o resultado foi enriquecedor, pois um volume considerável de informações e revelações sobre o cotidiano no qual A Voz das Comunidades estava inserida foi revelado. Além de reunir elementos, conhecer e analisar as contribuições da rádio para o Mutirão, também apontamos a necessidade de ajustes no sentido de melhorar o envolvimento da população com a rádio. As teorias da Ação Comunicativa de Habermas e a da Ação Dialógica de Paulo Freire serviram de sustentação teórica para evidenciar a urgência para a criação e reforço de vínculos com a cultura local, promovendo o diálogo horizontal entre moradores e gestores da emissora. Trabalhamos também com o conceito de Educomunicação, um novo campo de inter-relação entre a comunicação e a educação, para compreender as mediações educacionais da rádio, propor ações práticas na área da gestão comunicativa que estimulem a participação popular na emissora e facilite a captação de recursos financeiros, uma das principais dificuldades enfrentadas. Nossa conclusão aponta para a educação inter-relacionada à comunicação e à participação popular como possibilidade frutífera para consolidar práticas e fortalecer o espaço de aprendizagem ou ecossistema educativo informal que a rádio representa. Apontamos a necessidade de metodologias que consideram a diversidade cultural local para estimular e manter o protagonismo popular e, assim, criar uma ambiente favorável para a educação libertadora.

Análise: Em uma sociedade marcada pela influência dos grandes meios de comunicação de massa, a comunicação comunitária encontra dificuldades para se estabelecer e manter as suas concepções ideológicas, apresenta problemas financeiros, com entraves para a legalização e para por em prática, efetivamente, o termo comunitário. Brandão aborda⁴³ as distorções sobre a comunicação comunitária, destaca suas características e alerta para o direito de voz e vez, que muitas vezes não é respeitado. Embasado pelos pensamentos de Cicília Peruzzo, Ismar de Oliveira e Jesús Martín-Barbero, o pesquisador defende que não há educação sem comunicação e não deve haver comunicação sem educação. Verificou-se que a rádio comunitária, de cunho religioso, não tinha, a participação da comunidade, nem assuntos voltados à educação e ao desenvolvimento da cidadania. Sendo então, erroneamente chamada de comunicação comunitária. Brandão pontua a falta de organização da emissora e a comunicação

⁴³ Disponível em

<http://www.ppge.ufam.edu.br/dissertacoes1/2008/A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20na%20Voz%20das%20Comunicidades.pdf>

vertical. Pontua-se aqui que um projeto comunitário deve ter como objetivo o desenvolvimento do senso crítico, assuntos relacionados a educação e o incentivo da participação. O rádio comunitário deve ser um agente fomentador das discussões e do trabalho grupal.

OLIVEIRA, Ana Elisa. **Rádio escola: uma sintonia no ar**. 1v. 119p. Mestrado. UFPR. Orientadora: Rosa Maria C.Dalla Costa. Biblioteca depositária: UFPR.

Resumo:

Pesquisa qualitativa que buscou compreender o sentido da rádio escola para os alunos que dela participaram e o impacto percebido por eles na aprendizagem escolar. Para tanto, apoiou-se nos estudos da interface comunicação e educação, história do rádio educativo e linguagem radiofônica. Realizou-se acompanhamento do processo de implantação de uma rádio escola no período de setembro a dezembro de 2007, especialmente as oficinas de capacitação para os alunos de uma escola pública da cidade de Curitiba. Através de observação participante, aplicação de questionários, entrevistas, registro etnográfico e análise documental foi possível descrever as inquietudes, as negociações, os limites e alcances para a instalação da rádio, bem como os modos de produção radiofônica realizada pelos alunos sob a orientação de uma instituição parceira da escola. Constatou-se que a produção dos programas estimulou o trabalho em equipe, a autonomia, o respeito à diversidade cultural, potencializando o protagonismo adolescente e ressaltou a importância da educomunicação no ambiente escolar.

Análise: Oliveira fez um levantamento na cidade de Curitiba-PR e verificou se as seis escolas que tinham recebido do governo municipal equipamentos para o trabalho com a rádio escola estavam em atividade. Das seis escolas contempladas, apenas uma ainda tinha aparelhos, porém, todos sem uso e quebrados. As demais escolas haviam se desfeito dos equipamentos. Esse levantamento foi importante para demonstrar que a comunicação comunitária e o trabalho da mídia-educação deve ser contínuos na estimulação da comunidade. Com este pensamento, ela acompanhou a instalação de uma nova rádio comunitária e verificou o processo coletivo dentro da produção. A pesquisadora destaca a importância do aprendizado com múltiplas linguagens e o uso das mídias como canal de diálogo com o mundo. O último parágrafo⁴⁴ do resumo descreve em detalhes todas as fases e objetivos buscados pela comunicação comunitária e pela mídia-educação. Potencializar, estimular, trabalhar em equipe, autogestão e respeito são alguns dos comportamentos pelo qual os dois campos de estudo buscam. Se houver essas conclusões no final de uma pesquisa, significa dizer que o processo tende a crescer. Não, exclusivamente, o projeto em si, mas o processo de crescimento humano e

⁴⁴ Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp134637.pdf>

do papel de trabalhador social, como pontua Paulo Freire.

GRILO, Andressa de O. A educomunicação e a construção da cidadania: análise de projeto de ONG Curitibana na escola. 1v. 152p. Mestrado. UFPR. Orientadora: Rosa Maria C.Dalla Costa. Biblioteca depositária: UFPR.

Resumo:

Pesquisa qualitativa que estuda e problematiza o projeto de Educomunicação “Luz, Câmera... Paz! Na Escola”, desenvolvido pela ONG Ciranda em Curitiba e em Almirante Tamandaré, Região Metropolitana de Curitiba, do ponto de vista da formação de cidadãos críticos e autônomos. Buscou-se entender se iniciativas como esta, que contam com o apoio de Secretarias de Educação, contribuem para ampliar a percepção social do educando, potencializando sua ação social, permitindo que exerça sua cidadania de maneira crítica e autônoma. A pesquisa situa-se dentro do campo da pesquisa qualitativa e apresenta o Interacionismo Simbólico como escolha epistemológica e de análise de dados. A pesquisa de campo foi desenvolvida em duas etapas – experimental e aprofundada. No primeiro momento realizou-se entrevistas e observação, junto a um grupo de adolescentes de uma escola e, diante da dificuldade em obtenção de dados, aplicou-se novos instrumentos: questionários socioeconômicos, análise documental e entrevistas em grupos, com estudantes de 11 escolas diferentes. A aplicação dos questionários permitiu traçar um perfil inicial dos sujeitos pesquisados. São estudantes com dificuldade financeira, oriundos de famílias numerosas, com pais de baixa escolaridade e com pouco acesso a espaços culturais. A análise documental contribuiu com a percepção relativa à fraca fundamentação teórica que sustenta esse projeto, comprovada por entrevistas. A observação revelou como os adolescentes significam em suas práticas a cidadania e como o ambiente escolar se revela do ponto de vista do ecossistema comunicativo. As entrevistas em grupos dos indivíduos permitiram uma análise em profundidade dos significados atribuídos pelos adolescentes às temáticas do projeto e ao exercício de cidadania crítica e autônoma. Os dados coletados junto aos adolescentes foram complementados por entrevistas junto às direções de escolas, professores e equipe de trabalho da ONG. Os resultados permitem compreender o significado do termo “cidadania” para os sujeitos pesquisados e a verificar de que maneira eles a exercem. As conclusões deste estudo apontam para o fato de que o projeto em Educomunicação desenvolvido pela ONG não está totalmente alinhado com esta vertente, uma vez que carece de uma postura crítica e reflexiva a respeito da utilização das mídias, junto aos alunos e professores e pouco interfere na construção de um ecossistema comunicativo. Além disso, indica que a prática da cidadania acontece de maneira ainda precária entre os jovens, principalmente os mais novos.

Análise: Grilo perpassa em sua pesquisa⁴⁵ o histórico das Organizações Não Governamentais no Brasil e seus objetivos. Faz um link entre as Ongs e a educação. Nos projetos analisados, os conceitos teóricos de cidadania, cultura, comunicação e educação estão presentes. Paulo Freire é a base do seu estudo. A pesquisadora verificou a diferença no nível de receptividade do projeto em alunos com idades desiguais e também a diferença no nível de participação e envolvimento do professor,

⁴⁵ Disponível em http://www.ppge.ufpr.br/teses/M09_grilo.pdf

influenciando, diretamente, no trabalho e interesse do grupo. Constatou-se a visão parcial dos jovens sobre a cidadania e a não apropriação do conceito, mesmo após as oficinas. O projeto não permitiu o alcance da cidadania e da participação. Contudo, Grilo ressalta como as organizações não governamentais são caminhos possíveis para a busca do desenvolvimento humano e social e como projetos bem planejados, desenvolvidos com compromisso e engajamento podem contribuir para a mudança de comportamento e pensamento dos participantes.

SEGAWA, Francine Sayuri. **Programa Educom.rádio: um estudo sobre representações**. 1v. 281p. Mestrado. USP. Orientador: Jaime Francisco P. Cordeiro. Biblioteca depositária: FEUSP.

Resumo:

A presente dissertação realiza um levantamento e análise das representações sobre educação de um grupo de agentes que atuou no Programa Educom.rádio: educomunicação pelas ondas do rádio, realizado pelo Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo durante os anos de 2001 a 2004. A proposta do programa era promover a reflexão sobre o uso dos meios de comunicação na escola, por meio de um curso com duração de 12 encontros de 8 horas, em que se ofereciam atividades práticas e teóricas relacionadas ao conceito de educomunicação e a alguns dos temas transversais estabelecidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, além de laboratórios de produção radiofônica, dentre outras linguagens. As representações foram estudadas por meio de um conjunto de 104 relatórios escritos pelos integrantes de uma das equipes que atuava diretamente com as escolas municipais durante o ano de 2004. Após uma leitura exploratória, construiu-se um banco de dados em que foram sistematizados trechos dos relatórios de acordo com temas educacionais e critérios de avaliação encontrados nas fontes. Para uma compreensão mais ampla do espaço social em que se inseriam esses agentes quando produziram esses materiais escritos, foi realizado um estudo sobre os usos do rádio na educação brasileira, a formulação e estrutura do Programa Educom.rádio e a tentativa de fundação da área da educomunicação como campo (no sentido como o sociólogo Pierre Bourdieu utiliza a noção de campo). Após a análise e interpretação dos dados, concluiu-se que os relatórios foram utilizados como um espaço de monitoramento e avaliação das atividades, dos cursistas e das condições materiais do curso, de acordo com critérios de classificação que foram estabelecidos pela própria equipe no decorrer da prática pedagógica, em consonância com o referencial teórico do projeto, dentre os quais se destacavam: o atendimento a certas diretrizes práticas presentes no discurso construtivista, como a demasiada preocupação com a formação psíquica e cognitiva; a eficácia e a produtividade; a disciplina; o interesse; a qualidade das relações de comunicação e interpessoais e as manifestações de adesão ou resistência dos alunos em relação às propostas do curso.

Análise: A ECA-USP, sob a orientação do professor Ismar de Oliveira, se tornou referência no estudo voltado à comunicação e a educação. O programa Educom.rádio

foi idealizado e supervisionado pelo estudioso. O objetivo da pesquisa⁴⁶ foi verificar se o “fazer” notícias, refletia na eficiência do aprendizado formal, resultando em interesse e participação. Segawa embasa seu trabalho teórico nas fases educativas e políticas do rádio durante a ditadura militar e a democracia. Resgata os diários do projeto educom.rádio, verificando os métodos relatados nas oficinas e a eficiência do trabalho pedagógico. Para a autora, o processo cultural é impossível de existir sem a educação e a comunicação. O trabalhar com as mídias, tem por objetivo, contribuir para a formação de um cidadão que entenda, analise, faz-se cumprir seus deveres e busque direitos que lhe cabem. Este objetivo também refere-se a comunicação comunitária. E o programa Educom.rádio, que trabalha ao mesmo tempo com a comunicação e a educação, para alcançar um só fim.

MARTINI, Rafael G. **Educação e Comunicação em ambiente associativo: Web site como um dispositivo de educomunicação.** 1v. 197p. Mestrado. UDESC. Orientadora: Ademilde S.Sartori. Biblioteca depositária: UDESC.

Resumo:

Utilizando a metodologia da Pesquisa-ação (PA), foi realizado um estudo de caso qualitativo, cujo objeto de estudo são as relações entre educação e comunicação presentes no processo de construção do web site da Associação Ambientalista Comunitária Espiritualista Patriarca São José (ACEPSJ). O problema levantado foi: pode um website ser identificado como um dispositivo de educomunicação? No caminho deste questionamento, conforme preconiza a metodologia de investigação adotada, os principais objetivos da pesquisa foram divididos em duas categorias: ‘da ação’ e ‘de conhecimento’. Os objetivos de ação dizem respeito à organização do projeto do web site da ACEPSJ, análise e desenvolvimento de estratégias de educomunicação para o site. Os objetivos de conhecimento estão relacionados à compreensão da interface entre educação e comunicação no processo estudado. Os dados foram reunidos no diário de campo do pesquisador, coletados junto aos sócios voluntários e nos arquivos da ACEPSJ. Foram realizadas, também, 12 entrevistas intencionais semi-estruturadas com informantes-chave. O referencial teórico é o da Teoria Dialógica de Paulo Freire, aliada às experiências de comunicação popular de Mario Kaplún, que hoje despontam na discussão sobre um novo campo de interface entre educação/comunicação, que pode ser nomeado educomunicação, na perspectiva do pesquisador Ismar de Oliveira Soares. A análise documental utilizou como método complementar de PA, específico para associações, o dispositivo de diagnóstico, análise e intervenção sistematizado por Eduardo Vizer. Os resultados confirmam a relevância da gestão da educomunicação na integração da educação e da comunicação nos ecossistemas comunicativos de associações. Neste contexto o web site pode ser considerado um dispositivo de educomunicação.

⁴⁶ Disponível em <http://www.saocamilo-sp.br/biblioteca/oai/index.php?word=r%E1dio>

Análise: Em um “ambiente associativo”, como chama o autor, a comunicação deve ser construída por todos. Foi este o objetivo do trabalho⁴⁷, verificar se a construção de um web site, num ambiente comunitário poderia fortalecer o sentimento de pertença a um grupo, promover a educação e se tornar um instrumento de mídia-educação. A pesquisa usou a técnica de Pesquisa-ação e verificou que a preocupação midiática da comunidade teve a preocupação com o formato e a linguagem devido à exposição pública, os fazendo buscar a qualificação da língua. Verificou-se também que antes do projeto, não havia a busca por outras formas de comunicação regional e que as TIC’s – Tecnologias da Informação e da Comunicação podem suprir necessidades do campo comunicacional e educativo no ambiente comunitário. O estudo provou que é possível unir pessoas em prol de uma comunicação, como forma de expressão cultural e ideológica. Constatou-se a socialização através da “caixa de ressonância”, chamada Website, criando um ambiente solidário na comunidade. A característica de mídia-educação e comunicação comunitárias são percebidas neste estudo, tanto pelo processo, quanto pela busca dos objetivos.

Palavra-chave:	Educomunicação
Nível:	Doutorado

SOUZA, Karla Isabel. **Vídeo digital na educação: Aplicação da narrativa audiovisual**. 1v. 250p. Doutorado. Universidade estadual de São Paulo. Orientador: Sérgio Ferreira do Amaral. Biblioteca depositária: Biblioteca Central.

Resumo:

A investigação busca através da narrativa audiovisual aproximar a educação das novas tecnologias, a ferramenta tecnológica usada é o vídeo digital. A linha pedagógica seguida é a de construção de conhecimento de Paulo Freire, com uma adequação didática metodológica da educomunicação. As discussões metodológicas partem de estudos dos conceitos de narrativa audiovisual, retirados de Jesús García Jiménez e Francisco García García. Cada um dos elementos da narrativa audiovisual, a morfologia, a narratividade, a pragmática, a retórica, a poética e a multimídia são discutidas e pensadas sob uma perspectiva da educação. O modelo de narrativa audiovisual é demonstrado com análises de produções de estudantes e educadores que demonstram na prática como pode ser o uso dos componentes da narrativa audiovisual em sala de aula. E por fim, uma discussão pedagógica sobre a aplicação na prática dentro da sala de aula, usando os teóricos da construção do conhecimento e da educomunicação.

Análise: O audiovisual, na perspectiva desta pesquisa, é usado para a construção

⁴⁷ Disponível em <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/udescvirtual/article/viewFile/1931/1507>

de significados. A interatividade, a convergência, a flexibilidade, a participação e a criatividade foram apontados como resultados no uso do audiovisual em sala de aula. A pesquisadora tem como base os conceitos de Paulo Freire, na contribuição da educação para a comunicação e de Francisco Gutierrez – na educação como práxis política. O objetivo desta análise⁴⁸ foi o de comprovar que deve-se educar com ênfase no processo, tendo o aluno como ator principal, e não se educar com ênfase no conteúdo, com a mediação da evolução em notas. A convergência dialógica entre a comunicação e a educação, gerou, segundo Souza, novas formas de pedagogia e o alcance da cidadania, envolvendo o comprometimento e a participação voluntária do grupo.

Palavra-chave:	Comunicação e Educação
Nível:	Mestrado

ARAUJO, Alessandra O. **Trajetórias juvenis nas ondas da rádio-escola**. 1v. 190p. Mestrado. UFC. Orientadora: Ercilia Maria B.de Olinda. Biblioteca depositária: Humanidades/UFC.

Resumo:

Nesta dissertação analiso a experiência de vinte e nove jovens moradores do Mucuripe, Castelo Encantado e Serviluz (bairros da periferia de Fortaleza), que haviam entrado no trabalho informal precocemente, de biografar-se ao produzir programas de rádio, durante a formação em rádio-escola desenvolvida pela ONG Catavento Comunicação e Educação, em 2005 e 2006, por meio do projeto Segura Essa Onda: rádio-escola na gestão sociocultural da aprendizagem. Durante a pesquisa, percebi que os programas produzidos pelos jovens participantes da formação em rádio-escola eram relatos de suas vidas, de seus contextos, de seus sonhos e medos. Tomando como base Paulo Freire (1983,1985,1996, 2002) ao falar sobre a relação entre ação-reflexão-ação, passei a analisar como essa narrativa poderia contribuir para que fizessem um trabalho reflexivo sobre suas vidas, como falar sobre seus assuntos de interesse poderia contribuir para que construíssem uma nova imagem da juventude e deles mesmos e como comunicar suas experiências seria uma forma de revisitá-las e de assumir uma postura autoral de suas vidas, de suas histórias e das histórias do mundo. Escolhi um programa produzido em 2006, em que os jovens relatam o período em que trabalharam, para aprofundar a análise do grupo e produzir um ateliê biográfico musical e, com o objetivo de incorporar as singularidades das histórias dos jovens, desenvolvi uma pesquisa de campo em que três jovens participantes das oficinas em rádio-escola fizeram a narrativa das experiências que os levaram a ser os jovens que são hoje e fotografaram os lugares marcantes de suas trajetórias com máquinas artesanais. Para isso, utilizei os procedimentos e fundamentos da pesquisa (auto)biográfica, desenvolvida por autores como Marie-Christine Josso (2004), Gaston Pineau (2006), Franco Ferrarotti (1988), Jorge Larrosa (2002, 2003, 2004) e Christine Delory-Momberger (2006). A abordagem diz que nos formamos, mas também nos deformamos e nos conformamos, pelas nossas experiências e que ao narrar, ao comunicar, nossas histórias, estamos refletindo sobre o vivido e nos tornando autores de nossas vidas. Dessa forma, tomo como base a

⁴⁸ Disponível em http://api.ning.com/files/hQAIrV88mcz0Zf4GNjmtu3Ux4uFmG4Gx-RhRhc*bqScGPh8Kf37EmRm6y3YNID3rh4tj9iTUV65zPKm23yoeECeuXSQy0BkY/karlatense.pdf

argumentação de Jesús Martín-Barbero (2001, 2002, 2008), que desenvolve a categoria comunicação como a mediação entre as nossas experiências e os sentidos que elas vão adquirindo ao intercambiá-las, para fazer uma relação entre a comunicação e a pesquisa (auto) biográfica que, além de ser uma metodologia de pesquisa, é, também de formação.

Análise: Participação, apropriação, comunicação, pertencer. Essas palavras são as que definem esta pesquisa. O projeto de rádio escola proposto pela ONG Catavento de Fortaleza-CE incentivou jovens a participar da rádio escola. A experiência tornou-se um canal de expressão. De músicas a programas, os alunos sentiram-se seguros e capacitados para tais produções. Ao contrário dos grandes veículos de comunicação, as histórias de vida de cada um, contribuiu para o aprendizado coletivo e a comunicação horizontal. Os jovens sentiram-se pertencentes no processo, por esta razão expressaram seus sentimentos através das ondas do rádio. Onde aprenderam e interagiram. A atitude de fazerem a auto biografia, permitiu que refletissem sobre o ambiente e suas funções em casa e na comunidade. Na dissertação⁴⁹, o autor afirma que houve a “quebra do silêncio”, a socialização e a comunicação efetiva, desenvolvida através do desenvolvimento do potencial de cada participante.

BESKOW, Cristina A. **Comunicação, educação e inclusão digital: quem “tá ligado” na escola estadual paulista? Uma análise da interatividade no projeto TôLigado: o jornal interativo da sua escola.** 1v. 251p. Mestrado. USP. Orientadora: Brasilina Passarelli. Biblioteca depositária: ECA/USP.

Resumo:

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a interatividade propiciada pelo projeto de inclusão digital TôLigado - o Jornal Interativo da Sua Escola, site educativo concebido pelo então “Laboratório de Interfaces em Educação – LintE da Escola do Futuro/USP e implementado em parceria com a Fundação para o Desenvolvimento da Educação da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Voltado aos alunos do ensino médio e fundamental das escolas estaduais, obteve participação de 1.428 escolas de diferentes cidades do estado, entre os anos de 2001 e 2006. A pesquisa se centra na análise do site e nos recursos que possibilitam a interação e a interatividade com seu público-alvo, com especial atenção para as atividades de produção do conhecimento entre os anos de 2002 e 2005. Utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa e quantitativa, por meio da etnografia no virtual, em que foram analisadas 814 publicações nas atividades de produção do conhecimento, referentes a 135 escolas participantes do projeto; além de etnografia na escola pública, por meio de pesquisa de campo em duas escolas estaduais paulistas que tiveram destaque de envolvimento no TôLigado – a E.E. Prof. José Felício Mizziara e a E.E. Prof. João Portugal –, ambas localizadas na região de São José do Rio Preto. A partir da análise da participação no projeto e do contato com a realidade da escola pública, esta pesquisa detectou as dificuldades enfrentadas pela instituição escolar do Estado de São Paulo em incorporar as novas tecnologias de comunicação e

⁴⁹ Disponível em http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3217

informação ao seu dia-a-dia, assim como os avanços alcançados pelo projeto de inclusão digital.

Análise: Esta pesquisa⁵⁰ empírica trabalha com a mídia digital no processo educacional, dando ênfase nos processos de produção. O estudo envolveu professores e estudantes, utilizando o recurso da multimídia e o jornalismo na produção de matérias. As oficinas de comunicação comunitária e a mídia-educação resultaram em conteúdos que falaram sobre cidade, escola, história, sala de aula, turismo, meio ambiente, amor, eventos, poder público, educação, desigualdade social, ensino, informática, assistência social e fez homenagens. Os mediadores fizeram a intermediação e a orientação durante as oficinas. A maior dificuldade relatada pelo pesquisador foi a escola ter o aparato tecnológico e aprender a trabalhar com ele.

SILVA, Edna Teixeira da. **Linguagens e Gêneros digitais: o blog e o ensino da Língua Portuguesa**. 1v. 83p. Mestrado. Universidade Braz Cubas. Orientadora: Eliana M.de Melo. Biblioteca depositária: Universidade Braz Cubas.

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo apresentar a linguagem através dos tempos assim como, as tendências da linguagem tecnológica e suas contribuições às práticas pedagógicas destinadas ao ensino da língua e da literatura, na disciplina de Português das escolas de ensino médio da rede estadual do Estado de São Paulo. Tem ainda o intuito de mostrar o potencial pedagógico dos blogs e como pode ser considerado um espaço de acesso à informação especializada. O estudo se justifica na medida em que recursos digitais estão incorporados na contemporaneidade, nas práticas da sociedade e tende a potencializar a criação de um ambiente colaborativo que amplia e aprofunda a aprendizagem, permitindo assim a concepção, administração e desenvolvimento de ações que apoiem o processo ensino-aprendizagem. A metodologia teve caráter investigativo em fundamentações teóricas e levantamentos bibliográficos das seguintes áreas do conhecimento: comunicação e lingüística e teve como principais autores Julia Kristeva e Pierre Levy. Contou ainda com a análise interpretativa de aspectos e traços lingüísticos dos gêneros digitais, de estratégias de uso e apropriação da nova linguagem e gêneros digitais, para compreender, fundamentar e ajudar a organizar os processos discursivos virtuais aplicados. Os estudos bibliográficos foram interpretativos, com posicionamento teórico que aborda o uso da linguagem digital, numa relação dialógica com o contexto histórico-social. Na análise e acompanhamento dos resultados, foi constatado que sua aplicabilidade estimula e motiva os adolescentes, favorecendo a socialização, a produção e divulgação de conteúdos, construindo um portfólio virtual que permite trocas entre as comunidades estudantis e os educadores. Além disso, oportuniza a intervenção e participação em absoluta igualdade, promovendo a interatividade e a criação de grupos de interesses. Conclui-se então que na contemporaneidade é extremamente relevante que a escola conheça e apresente novos ambientes de ensino, faça uso destes recursos disponíveis, tendo em vista enriquecer os aspectos sociais e

⁵⁰ Disponível em http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/file/bdt/2008/2008-me-beskow_cristina.pdf

culturais da formação do educando, lembrando que as novas ferramentas, e no caso desse estudo: os Blogs, tem a capacidade de revitalizar o ambiente pedagógico. É importante ainda, ter em mente a principal meta na educação: a cultura, e esta nova cultura digital, dos ambientes virtuais, muda tanto os processos de criação, quanto os processos de aquisição cultural. Sendo assim, não há outra maneira de fazer educação e de pensar o pedagógico, se não for pela transformação.

Análise: Inclusão digital e social são os objetivos a serem alcançados durante o processo de implementação do projeto Tô Ligado, promovido em 2931 escolas estaduais paulistas. Possibilitando o acesso dos alunos ao mundo virtual, o projeto visava a produção de conteúdos para o site. Na rede, os alunos eram denominados agentes sociais e publicavam seus textos visando a produção do conhecimento para si e para os demais. Os assuntos eram variados e a supervisão e orientação dessa produção era dos professores. O projeto durou 5 anos e neste período, foram 1.428 milhão de acessos. Um dos objetivos da mídia-educação e a comunicação comunitária, além de incentivar e fomentar a participação, a discussão, o trabalho em grupo, etc., é preparar para a redação, para a escrita, a fala. O trabalho deve contribuir para o crescimento do indivíduo em relação ao seu papel na sociedade (cidadania, participação, etc.), mas também para os conteúdos formais de educação (referentes aos que constam na grade formal de ensino). A mídia-educação e a comunicação comunitária devem contribuir para a formação completa do sujeito.

SELIGMAN, Laura. A escola e a formação do leitor crítico da mídia: Políticas públicas no Brasil e em Santa Catarina. 1v. 101p. Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí. Orientador: Rogério Christofolletti. Biblioteca depositária: Biblioteca Central Comunitária de Itajaí.

Resumo:

O desenvolvimento de novas mídias e suas conseqüentes transformações sociais tem levado às escolas um novo desafio: preparar o cidadão para ler os meios de comunicação. Educar para a mídia é um tema recente no ambiente acadêmico, embora não seja uma exatamente uma novidade. Enquanto a educação escolar dedicou-se à alfabetização referente a um mundo livresco, afastou-se da realidade tecnológica que inseriu as sociedades em mundo de informação e da mídia. Se aos poucos diminui o número de analfabetos mesmo nos países menos desenvolvidos, outra forma de exclusão se acentua: os que não podem ler corretamente as mensagens da mídia. Inicialmente, esta pesquisa estabelece a relação entre sociedade e informação mesmo antes de se falar a expressão Sociedade da Informação. Neste sentido, ela descreve as novas relações econômicas, educacionais e comunicacionais que o número impôs ao homem. A pesquisa também aborda as diversas concepções de Educação para a Mídia, suas mais variadas denominações que variam de forma semântica e conceitual nos mais diversos países que já se dedicam a esses estudos. Os teóricos norte-americanos e uma

das vertentes abordadas no Brasil são a opção aqui feita para estudar as opções que o educador tem para que possa se adequar a essa realidade e integrar a escola e suas práticas a outra realidade. Para estudar como os documentos públicos se referem à necessidade de educar para a alfabetização e leitura crítica da mídia, esta dissertação examinou documentos norteadores de políticas públicas educacionais brasileiras e catarinenses. São seis documentos emitidos por organizações públicas, todos disponíveis on-line, garantindo, desta forma, a sua total publicidade. Para tanto, a metodologia escolhida é a Análise de Conteúdo, com opção para a análise semântica com abordagem exploratória, dando prioridade à análise da enunciação por entendermos que os documentos retratam um processo ainda em movimento. O exame desses documentos descreveu que realmente estamos caminhando neste processo, mas ainda a passos lentos e pautados por uma visão anacrônica: queremos que a educação formal escolarizada ingresse definitivamente nesse mundo informacional, tecnológico, mas ainda oferecemos resistência a ele.

Análise: Seligman aborda em sua pesquisa⁵¹ a necessidade de se educar para a mídia e as possibilidades da educação crítica frente aos meios de comunicação. A pesquisadora defende a mídia para a construção da realidade e projetos que incentivem o desenvolvimento da leitura crítica na escola. Alguns documentos foram disponibilizados por organizações públicas, que constam sugestões de metodologia e objetivos que devem ser tratados sobre este assunto, em sala de aula. Contudo, a pesquisadora verificou que as experiências e metodologias estão apenas se iniciando. O grande desafio é educar a sociedade de forma crítica frente aos meios de comunicação de massa. Como forma de contribuir para o processo, a mídia-educação e a comunicação comunitária que tem como pilares a construção da cidadania, o incentivo da participação, a oportunidade de fala e o desenvolvimento de pertencimento são possíveis caminhos para o desenvolvimento social e humano.

Palavra-chave:	Comunicação e Educação
Nível:	Doutorado

Não havia registro de pesquisas relacionadas à mídia-educação e comunicação comunitária, que trabalhassem de forma convergente, no período de 2008 e 2009.

As verificações sobre este capítulo seguem na conclusão desta dissertação.

⁵¹ Disponível em http://www6.univali.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2008-04-24T132424Z-317/Publico/Laura%20Seligman.pdf

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as teses e dissertações voltadas à Comunicação Comunitária e a Mídia-educação, nos anos de 2008 e 2009, verificou-se que, em alguns estudos, mesmo usando métodos diferentes, os dois campos epistemológicos são áreas distintas e ao mesmo tempo convergentes.

Distintas no sentido poder usar caminhos (métodos) diferentes, contudo, convergentes porque buscam os mesmos fins. As pesquisas mostraram três vertentes no uso da Educação para a Comunicação e no uso da Comunicação para a Educação. Pode-se ensinar com, para e sobre os meios. A Comunicação Comunitária trabalha essas três linhas com o objetivo de preparar o sujeito para a criação, gestão e operação do meio comunitário. Já as pesquisas que abordaram a Mídia-educação mostraram a possibilidade de trabalhar com todas as abordagens ou apenas com, para ou sobre os meios. O objetivo da Mídia-educação converge com a Comunicação Comunitária, no qual há a busca pela cidadania, pela participação, pela democracia, pela expressão e pelo desenvolvimento do senso crítico. Tanto para crianças, quanto para adultos. Mas, a falta de preparação de professores em relação ao conhecimento necessário da comunicação, de noção técnica e operacional e a dificuldade da aquisição do aparato tecnológico foram as causas percebidas, no trabalhar de apenas uma vertente possível da Mídia-educação.

A participação voluntária nas oficinas propicia o sentimento de pertença, resultando no aprendizado e respeito pelo trabalho e melhoria da qualidade de vida coletiva.

A Comunicação Comunitária se diferencia dos meios de comunicação de massa, onde a programação é feita de forma vertical. Nesses meios alternativos, a comunidade tem vez e voz. O objetivo principal não é o resultado, mas o processo.

Na Mídia-educação, os meios de comunicação são usados como instrumentos para o desenvolvimento crítico, da valorização das pessoas, do letramento e da aprendizagem do trabalho em grupo.

Nos dois campos de estudo verificou-se a possibilidade de se trabalhar com as mídias, para as mídias e sobre as mídias. Desta forma, prepara-se o indivíduo para receber, questionar as mensagens e tirar suas próprias conclusões sobre o conteúdo. A Comunicação Comunitária e a Mídia-educação buscam o desenvolvimento do receptor ativo, questionador.

A participação é um dos objetivos a serem alcançados pelos dois campos epistemológicos. Quanto maior a participação, maior o sentimento de pertença e de buscar, coletivamente, soluções e melhorias para a vida em comunidade.

Desta forma, aprende-se o que é democracia.

Os processos contribuem para que o homem vá evoluindo como agente transformador, se tornando um “trabalhador social”, como denomina Paulo Freire. Sendo aquele que reflete sobre os problemas junto com os demais, discutindo, analisando, propondo mudanças e conscientizando.

Verificou-se que as teses e dissertações têm caráter emancipador. Agregam em sua concepção e despertam o conceito de evolução e a busca pelos direitos e deveres de cada um na sociedade.

Sobre a hipótese apresentada, apesar da impossibilidade de comprovação precisa, há indicações de sua pertinência. Os conceitos da Comunicação Comunitária e da Mídia-educação são convergentes no sentido de que os processos e/ou os usos de meios de Comunicação são fatores estimulantes para a mudança de atitude dos envolvidos, bem como para o envolvimento de grupos estudantis e/ou comunidades no desenvolvimento do senso crítico e no despertar ou na ampliação do exercício da cidadania.

As experiências relatadas demonstram a mudança de postura, de cenário de pobreza, do nível de criticidade, do pensamento coletivo, comunicativo e regional.

Os trabalhos com, sobre e para os meios de comunicação faz o grupo entender e buscar informações sobre as instituições públicas, suas funções e obrigações, sobre cultura, cidadania, direitos e deveres. Traz uma conscientização humana, política e social.

A intervenção de mídia-educadores orienta para a abertura de um caminho de auto gestão comunicacional e educacional dos meios comunitários. Há uma mudança do conceito de fazer, dialogar, sentir-se e buscar novas formas de participação.

Algumas das pesquisas foram inerentes às questões tecnológicas. Importantes, para o processo, contudo, erra-se ao afirmar que apenas os aparatos tecnológicos são suficientes no processo. Se não houver um procedimento detalhadamente planejado, com objetivos e ações, cai-se no engano de que apenas a tecnologia pode transformar. Conforme Kaplún e Freire afirmam, não se tem como objetivo final o produto produzido, mas o processo de construção.

Mesmo de forma, ainda pequena comparada à extensão do Brasil, a aplicação da Comunicação Comunitária e da Mídia-educação começa a colher os frutos nos lugares onde estão inseridos, contribuindo para a evolução de pessoas e comunidades. Mas de que forma contribuem? Desenvolvendo o sentimento de local, de regional, levantando questionamentos que provocam reflexões e discussões, oferecendo a possibilidade, por igual, da participação popular, desde um simples recado até como canal para busca de possibilidades, cobrança e mesmo de luta. As práticas relatadas promovem também a educação, a cultura, a saúde e informam.

Os participantes dos projetos, conforme relatos dos autores das pesquisas investigadas, deixaram de ser passivos e adotaram uma postura ativa, uma consciência crítica, analisando os problemas, percebendo a possibilidade de mudança, deixaram o senso comum e passaram a entender os processos, perdem o medo de participar e a falar, percebem sua importância nas ações, tornam-se inquietos, questionadores, tomam para si algumas delegações e buscam o diálogo. Diálogo não no sentido apenas de escutar o outro, mas do de compreender outras opiniões e respeitá-las, aceitar a opinião da maioria e buscar a melhor solução, ouvindo todos.

O desenvolvimento e aprimoramento dos processos só se dão com o tempo, com a aquisição da experiência, com a contribuição coletiva. Até mesmo porque, o objetivo é que se aprenda junto, atribuindo funções, descobrindo novas capacidades em cada um, sempre com ousadia e participação. E mesmo sendo uma necessidade humana participar, só se aprende, participando.

Este trabalho objetivou compreender e resgatar os conceitos teóricos e a análise de experiências envolvendo a Comunicação Comunitária e a Mídia-educação visando entender suas convergências e diferenças, contribuindo para que possa unir e fomentar ainda mais, estudos que aliem, ao mesmo tempo, as duas áreas e que os resultados tenham a proposta de uma educação para a libertação, no sentido de agregar um sentimento questionador. Conforme afirma Gadotti⁵², “Educar também é desequilibrar, duvidar, suspeitar, lutar, tomar partido, estar presente no mundo. Educar é posicionar-se, não se omitir”.

Complementa-se ainda com a observação de Baccega⁵³, que afirma que não devemos mais discutir o uso ou não dos meios de comunicação para a educação, mas usá-los, buscando estratégias, porque eles são canais de educação.

Fantin (2007, p.1) defende a educação, a comunicação e a mídia-educação como processos formadores e complementa que os meios de comunicação são “importantes na prática sócio-cultural na construção de significados da nossa intelegibilidade do mundo”.

Uma comunicação educativa promove a formação de um indivíduo mais crítico. Kaplún (1998, p.17) define a educação comunicativa como local onde se possa decidir quais são as mensagens, para que os receptores tomem consciência da sua realidade, refletindo, para discutir. Para o autor, os meios de comunicação devem ser instrumentos “para uma comunicação popular como alimentadores de um processo educativo transformador”. Essa comunicação não tem como intenção única informar, mas formar.

⁵² Disponível em http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/342.pdf acesso em 29/09/10 às 10h10.

⁵³ Disponível em http://www.bocc.uff.br/_esp/autor.php?codautor=1324. Acesso em 08/09/10 às 8h40.

Conforme afirma Peruzzo (1999, p.163), a participação ativa na produção, planejamento e na gestão de um meio de comunicação comunitária, já são indicativos de níveis de participação ampliada. Acontecendo também na Mídia-educação.

A escola não é apenas uma instituição com salas de aula, quadro negro e giz, fechada entre muros. A escola passou a ser a vida. Entender e participar de forma ativa, dialógica e questionadora permite aos sujeitos ampliar seus conhecimentos. Não que a escola deva ser substituída, mas deve agregar novos suportes, permitindo a alunos e professores a ampliação do conhecimento. Este exemplo é no meio formal de educação, contudo, no meio não-formal, o processo acontece da mesma forma.

São inúmeros os autores que estudam o uso da comunicação para a educação e o da educação para a comunicação, sendo eles Mário Kaplún, Guillermo Orozco Gómez, Paulo Freire, Celéstin Freinet, Jesús Martin-Barbero, José Manuel Moran, Juan D. Bordenave, Francisco Gutierrez, Pier Cesare Rivoltella, Cicília Peruzzo, Mônica Fantin, Maria Aparecida Baccega, Gilka Girardello, Zeneida Alves de Assumpção, Denise Cogo, Maria Inês Amarantes, Ismar de O. Soares e Maria Luiza Belloni, sendo estes os principais, que buscam, em comum, ressaltar a importância desses dois campos epistemológicos.

Nas conclusões apresentadas nas teses e dissertações houve a particularidade delas pontuarem a necessidade da implantação de políticas educacionais e comunicacionais para a participação popular com o objetivo de cidadania na formação dos indivíduos.

Esta investigação permitiu, através da pesquisa bibliográfica, alcançar uma abrangência maior em relação às análises envolvendo a Comunicação Comunitária e a Mídia-educação, de forma convergente e simultânea, observando suas distinções metodológicas, mas verificando as diversas possibilidades do trabalho conjunto.

Ficam registrados aqui exemplos positivos, um tanto restritos, a necessidade da busca de novas capacitações técnicas e de mediação, mas também, pontuados, o desenvolvimento do indivíduo como agente transformador, da luta pela Comunicação Comunitária e da Mídia-educação como processo novo, comprometido e inovador no Brasil, onde começa a contribuir para a mudança na vida de algumas comunidades.

Finalizo esta pesquisa com uma frase de Mário Kaplún (1998, p.215) que resume, eficientemente, a convergência entre a Comunicação Comunitária e a Mídia-educação. “Aprender e comunicar são componente de um mesmo processo cognitivo; componentes simultâneos que se interrelacionam e necessitam-se reciprocamente”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Patrícia H. **Gênese teórica e prática da educomunicação**. Alianza NCE/USP. Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos 29/08 a 02/09/07.

ALVES JR, Dori. **A relação mídia e educação física**: um estudo das mensagens esportivas na televisão e seus efeitos na prática da educação física escolar, na percepção do professor. 1v. 77p. Mestrado. Universidade de Brasília - UNB. Orientador: Aldo Antônio de Azevedo. Biblioteca depositária: UNB.

AMARANTES, Maria Inês. **Radio comunitária na escola: protagonismo adolescente e dramaturgia na comunicação educativa**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2004.

ANDRADE, Paulo Emílio de C. **Ongs e educação**: significados atribuídos por jovens à participação em projetos educativos. 1v. 243p. Mestrado. Universidade Estadual de Minas Gerais - UFMG. Orientadores: Geraldo M.P.Leão e Juarez T.Dayrell. Biblioteca depositária: UFMG.

ANSELMO, Marcia A. **A representação das práticas socioculturais de crianças e adolescentes do jornal Boca de Rua**: a experiência do Boquinho. 1v. 171p. Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Orientador: Karla Maria Muller. Biblioteca depositária: FABICO.

ARAUJO, Alessandra O. **Trajetórias juvenis nas ondas da rádio-escola**. 1v. 190p. Mestrado. Universidade Federal do Ceará - UFC. Orientadora: Ercilia Maria B.de Olinda. Biblioteca depositária: Humanidades/UFC.

ASSMANN, Hugo (org). **Redes digitais e metamorfose do aprender**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ASSUMPCÃO, Zeneida A. **A rádio no espaço escolar**: para falar e escrever melhor. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. **Radioescola: uma proposta para o ensino de primeiro grau**. São Paulo: Annablume, 1999.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação/Educação**: Um campo em acção. Disponível em http://www.bocc.uff.br/_esp/autor.php?codautor=1324. Acesso em 08 set.2010 às 8h40.

_____. **Comunicação, Educação e Tecnologia**: interação. Revista do curso Gestão de Processos comunicacionais, Ano X – N.1 – jan/abr 2005.

BELLONI, Maria Luiza (org). **A formação na sociedade do espetáculo**. São Paulo: Loyola, coleção tendências, 2002.

_____. **O que é Mídia-Educação**. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

_____. **Os jovens e a internet: representações, usos e apropriações.** In: FANTIN, Mônica; GIRARDELLO, Gilka (orgs). Liga, roda, clica: Estudos em mídia, cultura e infância. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. **Os processos comunicacionais nas rádios comunitárias legalizadas do sertão do Piauí.** Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

BESKOW, Cristina A. **Comunicação, educação e inclusão digital: quem “tá ligado” na escola estadual paulista? Uma análise da interatividade no projeto TôLigado: o jornal interativo da sua escola.** 1v. 251p. Mestrado. Universidade de São Paulo – ECA/USP. Orientadora: Brasilina Passarelli. Biblioteca depositária: ECA/USP.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **Liberalismo e democracia.** 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOTÃO, Paulo Roberto. **Mídia Comunitária: novas tecnologias e a emergência do local.** INTERCOM, 2002.

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. **Comunicação e educação.** São Paulo: Hacker, 2001.

BRANDÃO, Tania Cecília da S. **A educação na voz das comunidades.** 1v. 120p. Mestrado. Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Orientadora: Valéria Augusta C.de M.Wigel. Biblioteca depositária: UFAM.

BUCKINGHAN, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas.** São Paulo: Loyola, 2000. Tradução Gilka Girardello e Isabel Orofino.

CACHEADO, Eneida Marly M. **A educomunicação como estratégia de promoção dos direitos de crianças e adolescentes no Amazonas.** 1v. 200p. Mestrado. Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Orientador: Narciso Júlio F.Lobo. Biblioteca depositária: UFAM.

CAMPOS, Neide P.de. **A experiência estética na formação do professor.** In: BELLONI, Maria Luiza. A formação na sociedade do espetáculo. São Paulo: Loyola, 2002.

CANCIAN, Renato (s.d., online). **Breve história do Regime Militar.** Disponível em <http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/historia-regime-militar.jhtm> em 19 set. 2010 às 15h47.

COGO, Denise Maria. **No ar... Uma rádio comunitária.** São Paulo: Paulinas, 1998.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

COSTA, Jivaneide A.S. **As potencialidades educativas do rádio como interface pedagógicas na prática docente.** 1v. 128p. Mestrado. Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Orientador: Luis Paulo L.Mercado. Biblioteca depositária: UFAL.

COUTO, Viviane M. **Estratégias de comunicação para integração e mobilização social:** a rádio Centre-Ville e os imigrantes brasileiros na cidade de Montreal - Canadá. 1v. 105p. Mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Orientador: ANGELO B.F. Callou. Biblioteca depositária: UFRPE.

COVRE, Maria de Lourdes M. **O que e cidadania.** 3.ed. São Paulo : Brasiliense, 1995.

DELCIN, Rosemeire C.do A. A metamorfose da sala de aula para o ciberespaço. In: ASSMANN, Hugo (org). **Redes digitais e metamorfose do aprender.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DELIBERADOR, Luzia M.Y. **A importância da comunicação e do exercício de cidadania para mudar a realidade de uma Escola Pública.** Caso do Colégio Estadual do Jardim Independência, Sarandi/PR. Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos 29/08 a 02/09/07.

DOITOWIEWSKI, Mariat de O. C. **Possibilidades de usos e mediações das mídias audiovisuais em sala de aula.** 1v. 127p. Mestrado. Estácio de Sá. Orientadora: Lina C.Nunes. Biblioteca depositária: Biblioteca Setorial Centro I.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global:** assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FAVARETTO, Fernando. **A literatura de Ariano suassuna na TV:** um estudo de formação estética. 1v. 158p. Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS. Orientadora: Rosa Maria B.fischer. Biblioteca depositária: Biblioteca setorial de educação.

FANTIN, Mônica. Mídia-educação e a formação do educador. In: **Mídia-educação.** Conceitos, experiências e diálogos. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

_____. **Perspectivas teóricas-metodológicas da mídia-educação.** Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos 29/08 a 02/09/07.

_____. **Liga, Roda, Clica:** Estudos em mídia, cultura e infância. Campinas- SP: Papyrus, 2008.

FELIPE, Eloísio L. **Não se perca no controle remoto:** uma experiência de mídia-educação na escola. 1v. 104p. Mestrado. Universidade Federal do Paraná - UFPR. Orientadora: Susana da C. Ferreira. Biblioteca depositária: UFPR.

FELIX, Carla B. **Entre Discursos:** Mídia e Subjetividade nos Espaços Populares. 1v. 157p. Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Orientador: Paulo Roberto G.Vaz. Biblioteca depositária: UFRJ.

FERNANDES, Francisco A.M. **Mídia, educação e cidadania.** Revista Ciências Humanas, v.9, n.2. Taubaté, SP: Unitau, PRPPG, 2003, p.161-164.

FERREIRA, Helen P. **Serviço de Radiodifusão Comunitária: Metamorfose e singularidade.** 1v. 115p. Mestrado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Orientador: Mauro José S.R.Costa. Biblioteca depositária: UERJ.

FERREIRA, João B. **Comunicação Comunitária: Processos de comunicação em comunidades rurais do Amazonas e impacto da Comunicação de Massa.** 1v. 200p. Mestrado. Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Orientador: Nelson Matos de Noronha. Biblioteca depositária: UFAM.

FÍGARO, Roseli. **Gestão da comunicação no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo.** São Paulo: Atlas, 2005.

FRANCO, Maristela de O. **O papel educativo das rádios comunitárias: a vez da comunidade.** 1v. 111p. Mestrado. Escola Superior de Teologia. Orientadora: Laude Erandi Brandenburg. Biblioteca depositária: EST.

FREINET, Célestin. **O Jornal Escolar.** Lisboa: Estampa, 2.ed., 1974.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 ed., 1981.

FROST, Alexandra F.N; ROCHA, Anderson A. **Jornalismo e educomunicação: uma transformação na conscientização ambiental.** Maringá: Faculdade Maringá, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Reinventando paulo Freire na escola do século XXI.** Disponível em http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/342.pdf acesso em 29 set. 2010 às 10h10.

GAIA, Rossana. **Educação mediada por interface: a mensagem pedagógica da hipermídia.** In: NUNES, Pedro (org). **Mídias digitais e interatividade.** João Pessoa: UFPB, 2009.

GIRARDELLO, Gilka. **Produção cultural infantil diante da tela: da TV à internet.** In: FANTIN, Mônica; GIRARDELLO, Gilka (orgs). **Liga, roda, clica: Estudos em mídia, cultura e infância.** Campinas, SP: Papirus, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf> acesso em 13 ago.2010 às 17h50.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** São Paulo: Loyola, 1995.

GOIDANICH, Maria Elisabeth. **Mídia, cidadania e consumo: estamos formando consumidores ou cidadãos?** In: BELLONI, Maria Luiza. **A formação na sociedade do espetáculo.** São Paulo: Loyola, 2002.

GOMES, Nilza G. **Computador na escola: novas tecnologias e inovações educacionais.** In: BELLONI, Maria Luiza. **A formação na sociedade do espetáculo.** São Paulo: Loyola, 2002.

GOMES, Guilherme O. **Comunicação, educação e novas tecnologias: tríade do século XXI**. Palestra realizada na abertura do V Simpósio de Pesquisa em Comunicação na Região Centro-Oeste, Goiânia, Brasil, Universidade Federal de Goiás, maio, 1999.

GOMES, Pedro Gilberto; SOARES, Ismar de O. **Da formação do senso crítico à educação para a comunicação**. São Paulo: Loyola, sd.

GOMES, Paulo Marinho. **Integração de mídias no piloto do programa de formação continuada de professores em mídias na educação**. 1v. 152p. Mestrado. Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Orientador: Luis Paulo L.Mercado. Biblioteca depositária: UFAL.

GOULART, Clóvis de S. **Formas e sistemas de governo: Uma alternativa para a democracia brasileira**. Porto Alegre: CPGD-UFSC, 1995.

GRILO, Andressa de O. **A educomunicação e a construção da cidadania: análise de projeto de ONG Curitiba na escola**. 1v. 152p. Mestrado. Universidade Federal do Paraná - UFPR. Orientadora: Rosa Maria C.Dalla Costa. Biblioteca depositária: UFPR.

GUARESCHI, Pedrinho A; BIZ, Osvaldo. **Mídia, educação e cidadania: tudo o que você deve saber sobre mídia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUTIERREZ, Francisco. **Linguagem total: Uma pedagogia dos meios de comunicação**. São Paulo: Summus, 2.ed, 1978.

JAMBEIRO, Otton. Reflexões sobre políticas e estratégias sociais de informação, cultura e comunicação em tempos digitais. In: **Comunicação para Cidadania**. Peruzzo, Cícilia Maria K. (org.). São Paulo: INTERCOM, Salvador: UNEB, 2003.

KAPLÚN, Mario. **Una Pedagogia de La Comunicación**. Madrid: Ediciones de La Torre, 1998.

KREUCH, Rosane Maria. **A participação das crianças na produção de websites nas escolas públicas municipais de Florianópolis**. 1v. 260p. Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Orientadora: Gilka Elvira P.Girardello . Biblioteca depositária: BU.

KWECKO, Viviani R. **Educação e comunicação: a experiência de jovens no desenvolvimento de um programa de rádio**. 1v. 124p. Mestrado. Universidade Federal de Pelotas. Orientadora: Tania Maria E.Porto. Biblioteca depositária: Biblioteca Setorial do campus das Ciências Sociais.

LABNI, Cláudia Regina; MAIA, Aline S.C. **Comunicação Comunitária: possibilidade de educação para a cidadania**. Rastros / Revista do núcleo de estudos em comunicação, ano 10, n.12. Joinville: Bom Jesus / Ielusc, novembro/2009.

LACERDA, Juciano de S. NOERNBERG, Priscila. **Notícias do Paraíso: considerações sobre os três primeiros meses de um jornal comunitário realizado em projeto de extensão do IELUSC**. Mídia Cidadã, 2007. Acessado em <http://www.unicentro.br/redemc/2007/M%C3%8DDIA%20CIDAD%C3%83-%202011-%20Not%C3%ADcias%20do%20Para%C3%ADso-%20Juciano%20e%20Priscila.pdf>, no dia 15 jan.2011 às 13:40.

LANGE, Talvani (*et al*), Alice no país da propaganda: um estudo da linguagem publicitária e sua recepção junto ao público infantil. In: VIVARTA, Veet. **Infância e Consumo: estudos no campo da comunicação**. Brasília, DF; ANDI; Instituto Alana, 2009.

LUIZ JR, Celso. **O cinema como fonte de pesquisa na sala de aula: análise fílmica sobre a resistência armada à ditadura militar brasileira**. 1v. 124p. Mestrado. Universidade Estadual de Maringá - UEM. Orientadora: Teresa K. Teruya. Biblioteca depositária: UEM.

MALERBA, João P.C. **Rádios Comunitárias 2.0: possibilidades e limites de redes**. 1v. 181p. Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Orientador: Raquel Paiva de A. Soares. Biblioteca depositária: UFRJ.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania?** 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUZA, Mauro Wilton de (org). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. Tradução e transcrição Sílvia Cristina Dotta e Kiel Pimenta. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MARTINI, Rafael G. **Educação e Comunicação em ambiente associativo: Web site como um dispositivo de educomunicação**. 1v. 197p. Mestrado. Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Orientadora: Ademilde S.Sartori. Biblioteca depositária: UDESC.

MELO, José Marques de. **Imprensa comunitária no Brasil**. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo, nº 2, p. 50-60, 1979.

MELO, Alessandra P.C. de. **Formação profissional em educação física: um estudo sobre a inserção das mídias na pós-graduação “stricto-sensu” da Universidade de Brasília**. 1v. 131p. Mestrado. Universidade de Brasília - UNB. Orientador: Alfredo Feres Neto. Biblioteca depositária: UNB.

MENDES, Diego de S. **Luz, câmera e pesquisa-ação: a inserção da mídia-educação na formação contínua de professores de Educação Física**. 1v. 124p. Mestrado. Universidade Federal de São Carlos - UFSC. Orientador: Giovani de L.Pires. Biblioteca depositária: UFSC.

MIKE, Helenita S. **Oficina de TV, uma prática educacional: estudo de caso de uma criança abrangida**. 1v. 169p. Mestrado. Universidade de São Paulo – ECA/USP. Orientadora: Regina Helena L.Caldana. Biblioteca depositária: BCRP.

MORAN, José Manuel. **A palavra-chave é integrar**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt em 14/12/10 às 14h40.

_____. **Educar pela Comunicação: a análise dos meios na escola e na comunidade**. Revista Comunicação e Sociedade. Ano IX, nº 16, julho 1989. São Bernardo do Campo, SP: Metodista.

OLIVEIRA, Joaquim Roberto de. **Comunicação e cidadania às margens do São Francisco: os correspondentes populares da Diocese de Juazeiro - BA**. 1v. 173p.

doutorado. Universidade Metodista de São Paulo - UMESP. Orientadora: Cicília Maria K.Peruzzo. Biblioteca depositária: jalmar Bowden.

OLIVEIRA, Ana Elisa. **Rádio escola: uma sintonia no ar**. 1v. 119p. Mestrado. Universidade Federal do Paraná - UFPR. Orientadora: Rosa Maria C.Dalla Costa. Biblioteca depositária: UFPR.

PEREIRA, Silvio da C. **Mídia-educação no contexto escolar**: mapeamento crítico dos trabalhos realizados nas escolas de ensino fundamental em Florianópolis. 1v. 265p. Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Orientadora: Gilka Elvira P.Girardello . Biblioteca depositária: BU.

PERES, Fábio L. **Rodando o engenho: reflexões teórico-metodológicas sobre a brincadeira de fazer vídeo, na perspectiva da mídia-educação**. 1v. 130p. Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Orientadora: Gilka Elvira P.Girardello. Biblioteca depositária: BU.

PERUZZO, Cicília Maria K. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. INTERCOM, 2006.

_____. Comunicação Comunitária e educação para a cidadania. In: BARBOSA, Marialva (org.). **Vanguarda do Pensamento Comunicacional Brasileiro**: as contribuições da INTERCOM (1977-2007). Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos 29/08 a 02/09/07.

_____. **Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania**. Revista Fronteiras estudos midiáticos. São Paulo, V. 1, p. 111-128, 2001.

_____(org.). **Comunicação e Culturas Populares**. São Paulo, INTERCOM: Sociedade Brasileira para Estudos Interdisciplinares de Comunicação, 1995.

_____. **Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania**. Revista Latino-americana de Ciencias de la Comunicación, ano II, n.3, jul//dic. 2005. São Paulo: ALAIC. p.18-41.

_____. **Televisão Comunitária – Dimensão pública e participação na mídia local**. Rio de Janeiro: Manual X, 2007.

_____. Mídia comunitária, liberdade de comunicação e desenvolvimento. In: **Comunicação para Cidadania**. Peruzzo, Cicília Maria K. (org.). São Paulo: INTERCOM, Salvador: UNEB, 2003.

_____. Internet e Democracia Comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação. In: MARQUES, José de Melo; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

_____. **O Lugar da Comunicação Comunitária nas Políticas de Comunicação no Brasil**. Trabalho apresentado ao GT Economia Política e Políticas de Comunicação, XVII Encontro da Compôs, na UNIP, São Paulo-SP, em junho de 2008.

_____. **TV Comunitária no Brasil: Aspectos Históricos.** Acessado em <http://boecc.unisinos.br/pag/peruzzo-cicilia-tv-comunitaria.pdf>, no dia 26 jan. 2011 às 11h:15.

_____. **TV Comunitária no Brasil: Histórico e Participação Popular na Gestão e na Programação.** In: PERUZZO, Cicília. (org). **Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina.** São Paulo: Angellara, 2004.

_____. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania.** Apresentado no CELACOM/ENDICOM 2004. Bernardo do Campo, SP. Promoção da Cátedra Unesco / Umesp de Comunicação regional/UMESP.

_____. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** São Paulo: Vozes, 1998.

_____. **Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania.** Revista Fronteiras estudos midiáticos. São Paulo, V. 1, p. 111-128, 2002.

PORTO, Tânia Maria E. **A televisão na escola... Afinal, que pedagogia é esta?** Araraquara: JM Editora, 2000.

REZENDE FILHO, Cyro de B.; CÂMARA NETO, Isnard de A. **A evolução do conceito de cidadania.** Revista Ciências Humanas, V.7, N.2. Taubaté, SP: Unitau, PRPPG, 2001, p.17-23.

RIVOLTELLA, Pier Cesare. **A formação da consciência civil entre o “real” e o “virtual”.** In: FANTIN, Mônica; GIRARDELLO, Gilka (orgs). **Liga, roda, clica: Estudos em mídia, cultura e infância.** Campinas, SP: Papirus, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social.** São Paulo: Martin Claret, 2003.
SADER. Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** 10 ed. São Paulo: Atual, 1990.

SAMPAIO, Inês Silvia V. **Televisão, publicidade e infância.** São Paulo:Annablume, Fortaleza:Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

SEGAWA, Francine Sayuri. **Programa Educom.rádio: um estudo sobre representações.** 1v. 281p. Mestrado. Universidade de São Paulo – ECA/USP. Orientador: Jaime Francisco P.Cordeiro. Biblioteca depositária: FEUSP.

SELIGMAN, Laura. **A escola e a formação do leitor crítico da mídia: Políticas públicas no Brasil e em Santa Catarina.** 1v. 101p. Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí. Orientador: Rogério Christofoletti. Biblioteca depositária: Biblioteca Central Comunitária de Itajaí.

SERRO, Rosane de F.P. **Comunicação comunitária em áreas de risco socioambiental.** 1v. 108p. Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Orientadora: Raquel P.de A. Soares. Biblioteca depositária: UFRJ.

SILVA, Charles da. **O amor em cena – um estudo sobre o consumo da telenovela malhação por jovens educandos das redes de ensino pública e privada.** 1v. 208p. Mestrado. Universidade Federal de São Carlos - UFSC. Orientadora: Ingrid D.Wiggers. Biblioteca depositária: BU.

SILVA, Edna Teixeira da. **Linguagens e Gêneros digitais: o blog e o ensino da Língua Portuguesa**. 1v. 83p. Mestrado. Universidade Braz Cubas. Orientadora: Eliana M.de Melo. Biblioteca depositária: Universidade Braz Cubas.

SOARES, Ismar. **Comunicação / Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais**. Brasília: Contato, ano 1, n. 2, 1999.

SOARES, Gracia Maria L.de Lima. **Educação pelos meios de comunicação: produção coletiva de comunicação na perspectiva da educomunicação**. 1v. 135p. Doutorado.Universidade de São Paulo – ECA/USP. Orientador: Marcos Ferreira dos Santos. Biblioteca depositária: FEUSP.

SOUZA, Karla Isabel. **Vídeo digital na educação: Aplicação da narrativa audiovisual**. 1v. 250p. Doutorado. Universidade estadual de São Paulo. Orientador: Sérgio Ferreira do Amaral. Biblioteca depositária: Biblioteca Central.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
TESSAROTTO, Marco Antônio de O. **Radiofusão comunitária e inclusão dos segmentos quilombolas na Paraíba: referências e análises sobre a fala ideal**. 1v. 155p. Mestrado. Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Orientador: Wellington José de O. Pereira. Biblioteca depositária: UFPB.

TRINDADE, Larissa C. **O educador no ensino da leitura da publicidade televisiva**. 1v. 138p. Mestrado.Universidade do Oeste Paulista - Unoeste. Orientadora: Maria de Lourdes Z.T.Perez. Biblioteca depositária: Rede de bibliotecas da Unoeste.
TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria D. **Mobilização social: Um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRESCA, Laura C. **Políticas locais de fomento à Comunicação Comunitária: Os casos das prefeituras de Fortaleza, João Pessoa, Macapá, Porto Alegre e Recife**. 1v. 186p. Mestrado. Universidade Metodista de São Paulo - UMESP. Orientadora: Cicília Maria K.Peruzzo. Biblioteca depositária: UMESP.

VASCONCELOS, Andréa S. de. **De “estrangeiro” @ “naturalizado”**: flagrantes do processo de inclusão digital de uma professora da educação básica. 1v. 126p. Mestrado. Universidade Federal de Campo Grande - UFCG. Orientadora: Denise L.de Araújo. Biblioteca depositária: UFCG.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ULLA, Carlsson; FEILITZEN, Cecília von (orgs). **A criança e a mídia: imagem, educação, participação**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: Unesco, 2002.

UTRERAS, Jorge M. **Comunicación popular, alternativa y participatoria**. [s.l]: Quipus, 1988.

VIVARTA, Veet (coord). **Remoto controle**: linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes. São Paulo: Cortez, 2004. (Série Mídia e Mobilização Social, 7).

WASEM, Marcelo S. **Processos colaborativos, contaminações e jogos de alteridade em arte pública**: experiências na criação de uma rádio comunitária. 1v. 126p. Mestrado. Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Orientador: José Luiz Kinceler. Biblioteca depositária: UDESC.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 6.ed. Lisboa : Editorial Presença, 1985.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. **A natureza da comunicação popular e comunitária**. Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos 29/08 a 02/09/07.

ANEXO I Palavra-chave	Nível	Total
Comunicação Comunitária	Mestrado	28
Comunicação Comunitária	Doutorado	06
Mídia-educação	Mestrado	75
Mídia-educação	Doutorado	14
Educomunicação	Mestrado	55
Educomunicação	Doutorado	15
Comunicação e educação	Mestrado	184
Comunicação e educação	Doutorado	53
Total		431 teses e dissertações